



Ministério do Meio Ambiente
Serviço Florestal Brasileiro

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

BRASÍLIA/2013



Ministério do Meio Ambiente
Serviço Florestal Brasileiro

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013).

Brasília/2013

LISTA DE SIGLAS

SIGLA	SIGNIFICADO	SIGLA	SIGNIFICADO
ABC	Programa Agricultura de Baixo Carbono	LAF	Sistema de Licenciamento de Atividades Florestais
Abema	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente	LDO	Lei das Diretrizes Orçamentárias
AFI	Auditorias Florestais Independentes	LGFP	Lei de Gestão de Florestas Públicas
ANA	Agência Nacional de Águas	LOA	Lei Orçamentária Anual
Anamma	Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente	LPF	Laboratório de Produtos Florestais
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ANPM	Associação Nacional dos Produtores de Pisos de Madeira	MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
APA	Área de Proteção Ambiental	MD	Ministério da Defesa
Apex	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos	MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
APNE	Associação Plantas do Nordeste	MFC	Manejo Florestal Comunitário
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural	MMA	Ministério do Meio Ambiente
Autex	Autorização de Exploração	MONA	Monumento Natural
CAM	Centro de Apoio aos Microempreendedores	MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
CDN	Conselho de Defesa Nacional	OAF	Organismos de Auditoria Florestal
Ceman	Centro de Monitoramento Ambiental	Oema	Órgão estadual de Meio Ambiente
Cenaflor	Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal	OIMT	Organização Internacional de Madeiras Tropicais
Ceprof-PA	Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará	OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
CGFPU	Cadastro Geral de Florestas Públicas da União	PAAR	Plano Anual de Aplicação Regionalizada
CGU	Controladoria Geral da União	PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
Cirad	Centro Internacional de Pesquisa Agronômica e Desenvolvimento do Governo Francês	PAE	Projeto Agroextrativista
Cites	Convenção do Clima, da Biodiversidade e das Espécies Ameaçadas	PAF	Projeto de Assentamento Florestal
CNAE	Comissão Nacional de Classificação	PAMFC	Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar
CNFP	Cadastro Nacional de Florestas Públicas	PAOF	Plano Anual de Outorga Florestal
CNI	Confederação Nacional da Indústria	PAS	Plano Amazônia Sustentável
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação	PIB	Produto interno bruto
Cogest	Coordenação de Gestão Estratégica	Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente	PMCF	Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar
Contag	Confederação Nacional dos	PMFS	Plano de Manejo Florestal

SIGLA	SIGNIFICADO	SIGLA	SIGNIFICADO
	Trabalhadores na Agricultura		Sustentável
Conticom	Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira	PNF	Plano Nacional de Florestas
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal	PNGF	Portal Nacional da Gestão Florestal
DAF	Diretoria de Administração e Finanças	PNMC	Plano Nacional sobre Mudança do Clima
Detex	Sistema de Detecção da Exploração Seletiva	PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
DFS	Distritos Florestais Sustentáveis	POA	Plano Operacional Anual
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	PPA	Plano Plurianual
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral	PPCDAM	Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
DOF	Documento de Origem Florestal	RAC	Requisitos de Avaliação da Conformidade
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Resex	Reserva Extrativista
Esaf	Escola de Administração Fazendária	Sedam	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	Semace	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
FBOMS	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável	Semarh	Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
FIP	Forest Investment Program	Serfal	Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal
Flona	Floresta Nacional	SFB	Serviço Florestal Brasileiro
FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente	Siasg	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
FNMC	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	Sicafi	Sistema de Cadastro, Fiscalização e Arrecadação
FPF	Florestas Públicas Federais	Siconv	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
Funai	Fundação Nacional do Índio	SIGPlan	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
Furb	Fundação Universidade Regional Blumenau	Sinima	Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente
Geal	Gerência Executiva de Administração e Logística	SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
GECF	Gerência Executiva de Concessões Florestais	Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
GECFP	Gerência Executiva de Cadastro de Florestas Públicas	Sipam	Sistema de Proteção da Amazônia
GEF	Global Environment Facility	Sisac	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

SIGLA	SIGNIFICADO	SIGLA	SIGNIFICADO
GEFC	Gerência Executiva de Florestas Comunitárias	Sisflora	Sistema de Cadastro, Comercialização e Transporte de Produtos Florestais
Gefom	Gerência Executiva de Fundo e Fomento	Sisnama	Sistema Nacional do Meio Ambiente
Geinf	Gerência Executiva de Informações Florestais	SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
GIZ	Agência de Cooperação Alemã	Snif	Sistema Nacional de Informações Florestais
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	SPU	Secretaria de Patrimônio da União
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	TCU	Tribunal de Contas da União
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	UC	Unidade de Conservação
IFC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	UCN	The International Union Conservation of Nature
IFN	Inventário Florestal Nacional	Ufac	Universidade Federal do Acre
IFT	Instituto Floresta Tropical	UFC	Universidade Federal do Ceará
Imazon	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Inbra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	UFPR	Universidade Federal do Paraná
Inea	Instituto Estadual do Meio Ambiente	UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	UFS	Universidade Federal de Sergipe
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial	UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
Ipam	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia	UMF	Unidade de Manejo Florestal
ISA/VIC	Associação Instituto Socioambiental de Viçosa	UnB	Universidade de Brasília
ITTO	International Tropical Timber Organization	Unir	Fundação Universidade Federal de Rondônia
JBRJ	Jardim Botânico do Rio de Janeiro	UR	Unidade Regional
		USP	Universidade de São Paulo
		WWF	World Wide Fund for Nature
		ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Identificação da UJ.....	15
Quadro 2. Atividades Desenvolvidas por Gerência e Centro Especializado.....	21
Quadro 3. Matriz Lógico-Institucional 2012-2015.....	27
Quadro 4. Vinculação do planejamento estratégico (Matriz Lógica, Quadro 3) com o PPA.....	29
Quadro 5. Linhas de ação do FNDF em 2012.....	42
Quadro 6. Resumo do monitoramento socioambiental dos contratos de concessão florestal da Flona do Jamari.....	50
Quadro 7. Programa 2036 – Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios (referente ao quadro A.4.1).....	57
Quadro 8. Objetivo 0471 (referente ao quadro a.4.2).....	58
Quadro 9. Objetivo 0472 (referente ao quadro a.4.2).....	58
Quadro 10. Objetivo 0228 (referente ao quadro a.4.2).....	60
Quadro 11. Iniciativa 01J9 (referente ao Quadro A.4.3).....	61
Quadro 12. Iniciativa 01JF (referente ao Quadro A.4.3).....	62
Quadro 13. Iniciativa 00OX (referente ao Quadro A.4.3).....	62
Quadro 14. Iniciativa 00P2 (referente ao Quadro A.4.3).....	62
Quadro 15. Iniciativa 00P2 (referente ao Quadro A.4.3).....	63
Quadro 16. Ação 20MI (referente ao quadro A.4.4).....	63
Quadro 17. Ação 2D12 (referente ao Quadro A.4.4).....	64
Quadro 18. Ação 20A7 (referente ao quadro A.4.4).....	65
Quadro 19. Ação 4950 (referente ao quadro A.4.4).....	66
Quadro 20. Ação 6035 (referente ao quadro A.4.4).....	67
Quadro 21. Ação 8298 (referente ao quadro A.4.4).....	68
Quadro 22. Ação 8304 (referente ao quadro A.4.4).....	69
Quadro 23. Ação 10TC (referente ao quadro A.4.4).....	69
Quadro 24. Ação 10TD (referente ao quadro A.4.4).....	70
Quadro 25. Ação 8300 – Apoio ao manejo florestal comunitário e familiar.....	71
Quadro 26. Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente.....	72
Quadro 27. Ação 2000 (referente ao quadro A.4.6).....	72
Quadro 28. Ação 20CW (referente ao quadro A.4.6).....	73
Quadro 29. Ação 2004 (referente ao quadro A.4.6).....	74
Quadro 30. Ação 2010 (referente ao quadro A.4.6).....	74
Quadro 31. Ação 2011 (referente ao quadro A.4.6).....	75
Quadro 32. Ação 2012 (referente ao quadro A.4.6).....	75
Quadro 33. Identificação das Unidades Orçamentárias (referente ao quadro A.4.7).....	76
Quadro 34. Programação de Despesas Correntes (referente ao quadro A.4.8).....	76
Quadro 35. Programação de Despesas de Capital (referente ao quadro A.4.9).....	77
Quadro 36. Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência (referente ao quadro A.4.10).....	77
Quadro 37. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (referente ao quadro A.4.11).....	78
Quadro 38. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários (referente ao quadro A.4.12).....	79
Quadro 39. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários (referente ao quadro A.4.13).....	80
Quadro 40. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação (referente ao quadro A.4.14).....	81
Quadro 41. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação (referente ao quadro A.4.15).....	82
Quadro 42. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (referente ao quadro A.5.2).....	83
Quadro 43. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência (referente ao quadro A.5.3).....	84
Quadro 44. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios (referente ao quadro A.5.4).....	85
Quadro 45. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes (referente ao quadro A.5.5).....	85

Quadro 46. Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF) (referente ao quadro A.5.8).....	86
Quadro 47. Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (referente ao quadro A.5.10) .	86
Quadro 48. Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) (referente ao quadro A.5.11).	87
Quadro 49. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) (referente ao quadro A.5.12).....	87
Quadro 50. Força de Trabalho do SFB – Situação apurada em 31/12 (referente ao quadro A.6.1).	89
Quadro 51. Situações que reduzem a força de trabalho do SFB – Situação em 31/12. (referente ao quadro A.6.2).	89
Quadro 52. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do SFB (Situação em 31 de dezembro) (referente ao quadro A.6.3).....	90
Quadro 53. Quantidade de servidores do SFB por faixa etária – Situação apurada em 31/12 (referente ao quadro A.6.4)	90
Quadro 54. Quantidade de servidores do SFB por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12 (referente ao quadro A.6.5).....	91
Quadro 55. Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (referente ao quadro A.6.6).....	92
Quadro 56. Atos sujeitos ao registro do TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007) (referente ao quadro A.6.9).	94
Quadro 57. Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) (referente ao quadro A.6.10). .	95
Quadro 58. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (referente ao quadro A.6.17).....	97
Quadro 59. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (referente ao quadro A.6.18).	98
Quadro 60. Composição do Quadro de Estagiários (referente ao quadro A.6.19).....	100
Quadro 61. Frota de Veículos do SFB.....	101
Quadro 62. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros (referente ao quadro A.7.2).....	102
Quadro 63. Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada (referente ao quadro A.8.1).	103
Quadro 64. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (referente ao quadro A.9.1).	105
Quadro 65. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água (referente ao quadro A.9.2).....	106
Quadro 66. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício (referente ao quadro A.10.1).	107
Quadro 67. Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada (referente ao quadro A.11.1).	109
Quadro 68. Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada (referente ao quadro A.11.2).	109
Quadro 69. Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais (referente ao quadro B.16.1)	111

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Organograma do Serviço Florestal Brasileiro.	20
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Resumo dos processos licitatórios para concessão florestal lançados em 2012.....	49
Tabela 2. Produção florestal e arrecadação dos contratos de concessão florestal em 2012.....	49

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Parte A.....	14
1. Identificação e atributos do Serviço Florestal Brasileiro.....	15
1.1 Identificação do SFB.....	15
1.2 Finalidade e Competências Institucionais	17
1.3 Organograma Funcional.....	19
1.4 Macroprocessos Finalísticos	22
1.5 Macroprocessos de Apoio	23
1.6 Principais Parceiros.....	23
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações	26
2.1 Planejamento das Ações.....	26
2.2. Estratégia de atuação perante os objetivos estratégicos	30
2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações	47
2.4 Indicadores	56
3. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão	56
4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira	56
4.1 Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ.....	56
4.1.1 <i>Informações sobre Programas Temáticos.....</i>	56
4.1.2 <i>Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos.....</i>	57
4.1.3 <i>Informações sobre iniciativas vinculadas a Programa Temáticos de Responsabilidade do SFB.....</i>	61
4.1.4 <i>Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....</i>	63
4.1.5 <i>Informações sobre programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....</i>	72
4.1.6 <i>Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....</i>	72
4.2 Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa.....	76
4.2.1 <i>Identificação das Unidades Orçamentárias.....</i>	76
4.2.2 <i>Programação de Despesas.....</i>	76
4.2.3 <i>Movimentação de Créditos Interna e Externa</i>	78
4.2.4 <i>Execução Orçamentária da Despesa</i>	79

5 Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira	83
5.1 Reconhecimento de Passivos.....	83
5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios anteriores	83
5.2.1 <i>Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</i>	83
5.2.2 <i>Análise Crítica</i>	83
5.3 Transferências de Recursos	84
5.3.1 <i>Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício</i>	84
5.3.2 <i>Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios</i>	85
5.3.3 <i>Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes</i>	85
5.3.4 <i>Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse</i>	85
5.3.5 <i>Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse</i>	85
5.3.6 <i>Análise Crítica</i>	85
5.4 Suprimento de Fundos.....	86
5.4.1 <i>Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos</i>	86
5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ	88
6 Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados.	89
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	89
6.1.1 <i>Demonstração da Força de Trabalho à Disposição</i>	89
6.1.2 <i>Qualificação da Força de Trabalho</i>	90
6.1.3 <i>Demonstração dos Custos de Pessoal</i>	92
6.1.4 <i>Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas</i>	94
6.1.5 <i>Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos</i>	94
6.1.6 <i>Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos</i>	94
6.1.7 <i>Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação</i>	94
6.1.8 <i>Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos</i>	95
6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	96
6.2.1 <i>Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão</i> .	96

6.2.2	<i>Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público.....</i>	96
6.2.3	<i>Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados</i>	96
6.2.4	<i>Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva</i>	97
6.2.5	<i>Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....</i>	98
6.2.6	<i>Composição do Quadro de Estagiários</i>	100
7	Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário.....	100
7.1	<i>Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....</i>	100
7.2	<i>Gestão do Patrimônio Imobiliário</i>	102
7.2.1	<i>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....</i>	102
7.2.2	<i>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros</i>	102
7.2.3	<i>Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ</i>	102
8	Gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento.....	103
8.1	<i>Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....</i>	103
9	Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental	105
9.1	<i>Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i>	105
9.2	<i>Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água</i>	106
10	Conformidade e tratamento de disposições legais e normativas	107
10.1	<i>Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício</i>	107
10.1.1	<i>Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....</i>	107
10.1.2	<i>Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....</i>	108
10.1.3	<i>Recomendações do OCI Atendidas no Exercício</i>	108
10.1.4	<i>Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício</i>	108
10.2	<i>Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....</i>	108
10.2.1	<i>Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93</i>	108
10.3	<i>Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV</i>	109
10.3.1	<i>Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....</i>	109
11	Informações Contábeis.....	109

11. 1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	109
11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.....	109
11. 2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	109
11.2.1 Declaração Plena.....	109
11.2.2 Declaração com Ressalva.....	109
12 Outras Informações sobre a Gestão.....	110
12.1 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício	110
PARTE B.....	111
1 Contratações de consultores na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	111
2 Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos (item 31)	112
Conclusões.....	115
Declarações Anexas	117

Introdução

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) é órgão da Administração Federal Direta, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Sua missão é conciliar uso e conservação das florestas, valorizando-as em benefício das gerações presentes e futuras. O SFB foi criado pela Lei 11.284, de 2 de março de 2006, como o órgão gestor das florestas públicas federais e, dentre suas atribuições, destaca-se a implementação das concessões florestais.

As concessões florestais avançam gradativamente na Amazônia, permitindo a produção de madeira de forma sustentável e devidamente controlada e monitorada pelo poder público, para atender à demanda crescente de diversos setores da economia. Em 2013, teremos mais de um milhão de hectares concessionados. Estamos gerando renda e criando empregos verdes em municípios de baixo IDH. Caminhamos para assumir a vocação florestal da Amazônia, por meio da valorização da floresta em pé e do compromisso do Brasil com o desenvolvimento de uma economia florestal relevante e a redução das emissões dos gases de efeito estufa.

Ao mesmo tempo, apesar de possuímos mais de 60% do território coberto por florestas, ainda pouco conhecemos dessa riqueza. Precisamos, portanto, conhecer nossas florestas por dentro, a sua qualidade, o seu potencial. Não podemos ser conhecidos apenas pelo que “perdemos de florestas”. Dessa forma, depois de mais de quarenta anos da primeira iniciativa, estamos implementando o Inventário Florestal Nacional do Brasil (IFN-BR). Com o IFN-BR, serão geradas informações periódicas sobre as florestas naturais e plantadas, sua composição, diversidade, extensão, dinâmica e estoques de madeira, biomassa e carbono. O Brasil, finalmente, conhecerá sua riqueza florestal. Com isso, produzirá políticas mais eficazes de como melhor usá-la e conservá-la.

No entanto, as florestas não estão vazias. Incluir as populações que lá vivem em uma economia florestal, dando condições de vida digna para as famílias, é a melhor forma de valorizar as florestas, manter a biodiversidade cultural e combater a pobreza extrema em todas as regiões florestais do país. O reflorestamento com espécies de valor comercial em áreas desmatadas é também uma forma tanto de gerar renda ao produtor rural brasileiro quanto de combater a desertificação nas regiões semiáridas. Para esse fim, produtores e extensionistas devem ser capacitados para garantir maior produtividade e sustentabilidade ao seu negócio. O Serviço Florestal Brasileiro, atento a esse desafio, ofertou assistência técnica florestal e para a gestão de empreendimentos comunitários nos biomas Amazônia e Caatinga para cerca de 3.000 famílias. O Nordeste, em especial, tem 30% de sua matriz energética à base da lenha e do carvão. O governo, com a contribuição relevante do SFB, tem convergido esforços para incentivar a

oferta sustentável de lenha e para aumentar a eficiência energética dos fornos das indústrias, possibilitando vislumbrar um horizonte de inserção econômica do produtor do Semiárido, sustentabilidade de polos industriais relevantes e mitigação da desertificação em regiões críticas.

O Relatório de Gestão 2012 do Serviço Florestal Brasileiro apresenta os resultados alcançados pelo órgão no âmbito de suas ações e as informações sobre o planejamento e a gestão orçamentária e financeira da unidade.

Este relatório está estruturado de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 119/2012, a Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e a Portaria TCU nº 150/2012. Dessa forma, de acordo com a DN 119, o relatório contém os itens listados da Parte A, para órgãos da administração direta do Poder Executivo, e os itens 16 e 31 da Parte B. Além disso, as declarações das áreas responsáveis sobre as informações do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg) e do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) encontram-se anexas. O item 5.5 (informações sobre renúncias tributárias) não se aplica ao SFB.

É importante ressaltar que o SFB possui autonomia administrativa, orçamentária e financeira, conferidas por Contrato de Gestão e Desempenho. Esse Contrato estipula resultados anuais a serem alcançados pelo Serviço Florestal Brasileiro, bem como seus critérios de avaliação. Destaca-se que os recursos humanos do SFB são geridos pelo MMA, o que reflete em vários itens deste relatório relativos a RH, como se verá adiante.

Parte A

1. Identificação e atributos do Serviço Florestal Brasileiro

1.1 Identificação do SFB

Quadro 1. Identificação da UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Meio Ambiente		Código SIORG: 1927	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Serviço Florestal Brasileiro			
Denominação abreviada: SFB			
Código SIORG: 89539	Código LOA: 44102	Código SIAFI: 44102	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta		CNPJ: 37.115.375/0008-83	
Principal Atividade: Regulação, controle, definição de política e coordenação do meio ambiente.		Código CNAE: 8412-4	
Telefones/Fax de contato:	(61) 2028-7149	(61) 2028-7249	Fax : (61) 2028-7269
Endereço eletrônico: info@florestal.gov.br			
Página da internet: http://www.florestal.gov.br			
Endereço Postal: SCEN, Av. L4 Norte, Trecho 2, Bloco H – Brasília – DF CEP: 70.818-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.284/2006 (DOU de 3/3/2006)			
Decreto nº 6.101/2007 (DOU de 27/4/2007)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Contrato de Gestão e Desempenho nº 1/2010 (D.O.U. de 11 de março de 2010)			
Decreto nº 6.063/2007 (DOU de 20 de março de 2007)			
Resolução CONAMA nº 379/2006			
Decreto nº 5.975/2006			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Guia para Medição de Produtos e Subprodutos Florestais Madeireiros das Concessões Florestais			
Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF 2013			
Plano Anual de Aplicação Regionalizada – PAAR 2013			
Relatório Técnico Florestas Nativas de Produção Brasileiras			
Guia para o Manejo Florestal Comunitário			
Perguntas e Respostas sobre Concessão Florestal			
Gestão de Florestas Públicas e Comunidades			
Projeto GEF de Apoio ao Inventário Florestal Nacional			
Inventário Florestal Nacional – IFN			

Serviço Florestal Brasileiro – <i>Folder</i> com informações institucionais sobre o SFB	
Manual de Gestão e Monitoramento dos Contratos de Concessão da Floresta Nacional do Jamari	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
440075	Serviço Florestal Brasileiro
440088	Setorial Prog. Orçamentária e Financeira – SFB
440001	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MMA
440094	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
440056	ITTO – OIMT– Organização Internacional de Madeira Tropical
440110	KFW – Serviço Florestal Brasileiro – Exterior
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
44208	Serviço Florestal Brasileiro – SFB
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
440075	44208

1.2 Finalidade e Competências Institucionais

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) foi criado pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, como o órgão gestor das florestas públicas federais. O SFB compõe a estrutura do Ministério do Meio Ambiente (MMA), nos termos do Decreto nº 6.101/2007, e é órgão específico e colegiado, subordinado a esse Ministério. Destaca-se que o SFB possui autonomia administrativa e financeira conferidas pelo Contrato de Gestão e de Desempenho nº 1/2010¹, celebrado com o MMA, conforme publicado no Diário Oficial da União em 11/3/2010.

O Serviço Florestal Brasileiro tem por finalidade o exercício das competências previstas na Lei nº 11.284/2006, em especial, o disposto no art. 55:

“Art. 55. O SFB atua exclusivamente na gestão das florestas públicas e tem por competência:

I – exercer a função de órgão gestor prevista no art. 53 desta Lei, no âmbito federal, bem como de órgão gestor do FNDF;

II – apoiar a criação e gestão de programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica para a implementação de atividades florestais, incluindo manejo florestal, processamento de produtos florestais e exploração de serviços florestais;

III – estimular e fomentar a prática de atividades florestais sustentáveis madeireira, não madeireira e de serviços;

IV – promover estudos de mercado para produtos e serviços gerados pelas florestas;

V – propor planos de produção florestal sustentável de forma compatível com as demandas da sociedade;

VI – criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente;

VII – gerenciar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, exercendo as seguintes funções:

a) organizar e manter atualizado o Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União;

b) adotar as providências necessárias para interligar os cadastros estaduais e municipais ao Cadastro Nacional;

VIII – apoiar e atuar em parceria com os seus congêneres estaduais e municipais.”

Além das competências previstas no art. 55, o Serviço Florestal Brasileiro, no exercício da função de órgão gestor, também possui as seguintes competências previstas no art. 53 da Lei nº 11.284/2006:

¹ O Contrato de Gestão e Desempenho 2010/2011, firmado entre o Serviço Florestal Brasileiro e o Ministério do Meio Ambiente, já foi aditivado duas vezes. O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e Desempenho foi assinado em 30 de dezembro de 2011 e venceu em 31 de dezembro de 2012. Atualmente, está em vigor o Segundo Termo Aditivo ao Contrato, assinado em 28 de dezembro de 2012 e vigente até 31 de dezembro de 2013.

“Art. 53. Caberá aos órgãos gestores federal, estaduais e municipais, no âmbito de suas competências:

I – elaborar proposta de PAOF, a ser submetida ao poder concedente;

II – disciplinar a operacionalização da concessão florestal;

III – solicitar ao órgão ambiental competente a licença prévia prevista no art. 18 desta Lei;

IV – elaborar inventário amostral, relatório ambiental preliminar e outros estudos;

V – publicar editais, julgar licitações, promover os demais procedimentos licitatórios, inclusive audiência e consulta pública, definir os critérios para formalização dos contratos e celebrá-los com concessionários de manejo florestal sustentável, quando delegado pelo poder concedente;

VI – gerir e fiscalizar os contratos de concessão florestal;

VII – dirimir, no âmbito administrativo, as divergências entre concessionários, produtores independentes e comunidades locais;

VIII – controlar e cobrar o cumprimento das metas fixadas no contrato de concessão;

IX – fixar os critérios para cálculo dos preços de que trata o art. 36 desta Lei e proceder à sua revisão e reajuste na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;

X – cobrar e verificar o pagamento dos preços florestais e distribuí-los de acordo com esta Lei;

XI – acompanhar e intervir na execução do PMFS, nos casos e condições previstos nesta Lei;

XII – fixar e aplicar as penalidades administrativas e contratuais impostas aos concessionários, sem prejuízo das atribuições dos órgãos do Sisnama responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental;

XIII – indicar ao poder concedente a necessidade de extinção da concessão, nos casos previstos nesta Lei e no contrato;

XIV – estimular o aumento da qualidade, produtividade, rendimento e conservação do meio ambiente nas áreas sob concessão florestal;

XV – dispor sobre a realização de auditorias florestais independentes, conhecer seus resultados e adotar as medidas cabíveis, conforme o resultado;

XVI – disciplinar o acesso às unidades de manejo;

XVII – atuar em estreita cooperação com os órgãos de defesa da concorrência, com vistas em impedir a concentração econômica nos serviços e produtos florestais e na promoção da concorrência;

XVIII – incentivar a competitividade e zelar pelo cumprimento da legislação de defesa da concorrência, monitorando e acompanhando as práticas de mercado dos agentes do setor florestal;

XIX – efetuar o controle prévio e a posteriori de atos e negócios jurídicos a serem celebrados entre concessionários, impondo-lhes restrições à mútua constituição de direitos e obrigações, especialmente comerciais, incluindo a abstenção do próprio ato ou contrato ilegal;

XX – conhecer e julgar recursos em procedimentos administrativos;

XXI – promover ações para a disciplina dos mercados de produtos florestais e seus derivados, em especial para controlar a competição de produtos florestais de origem não sustentável;

XXII – reconhecer em ato administrativo as entidades que poderão realizar auditorias florestais;

XXIII – estimular a agregação de valor ao produto florestal na região em que for explorado.”

A Lei nº 11.284/2006 foi regulamentada pelo Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007. Esse decreto dispõe sobre o Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) e regulamenta, em âmbito federal, a destinação de florestas públicas às comunidades locais, o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), o licenciamento ambiental para o uso dos recursos florestais nos lotes ou unidades de manejo, a licitação e os contratos de concessão florestal, o monitoramento e as auditorias da gestão de florestas públicas.

Adicionalmente, em virtude do processo de reestruturação promovido pelo MMA, resultante do Decreto nº 6.101, de 26/4/2007, também foi atribuído ao Serviço Florestal Brasileiro o desenvolvimento de iniciativas de capacitação, pesquisa e assistência técnica na área florestal, com a incorporação do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor) e do Laboratório de Produtos Florestais (LPF).

Dessa forma, o Serviço Florestal Brasileiro, como gestor das florestas públicas, tem como base de seu trabalho o manejo florestal sustentável. Esse instrumento possibilita o uso da floresta de acordo com seu ciclo de crescimento e a extração adequada de produtos madeireiros e não madeireiros. Além disso, o manejo adequado permite o envolvimento das populações locais, a geração de renda, o desenvolvimento da região e o usufruto, pelas gerações futuras, dos recursos florestais e dos serviços ecossistêmicos decorrentes da apropriada conservação das florestas.

1.3 Organograma Funcional

O Serviço Florestal Brasileiro é formado por uma Diretoria Colegiada (constituída por uma Diretoria-Geral e quatro Diretorias), Chefia de Gabinete, Assessoria Jurídica, Ouvidoria, nove gerências, dois centros especializados (LPF e Cenaflor) e quatro Unidades Regionais (UR).

As Unidades Regionais atuam como executoras das atividades demandadas pela sede do SFB, em Brasília/DF. Portanto, todas as atividades administrativas e financeiras são desempenhadas pela equipe da sede. As URs estão localizadas em Natal/RN, Curitiba/PR, Porto Velho/RO e Santarém/PA.

Na Figura 1 é apresentado o organograma do órgão.

ORGANOGRAMA DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

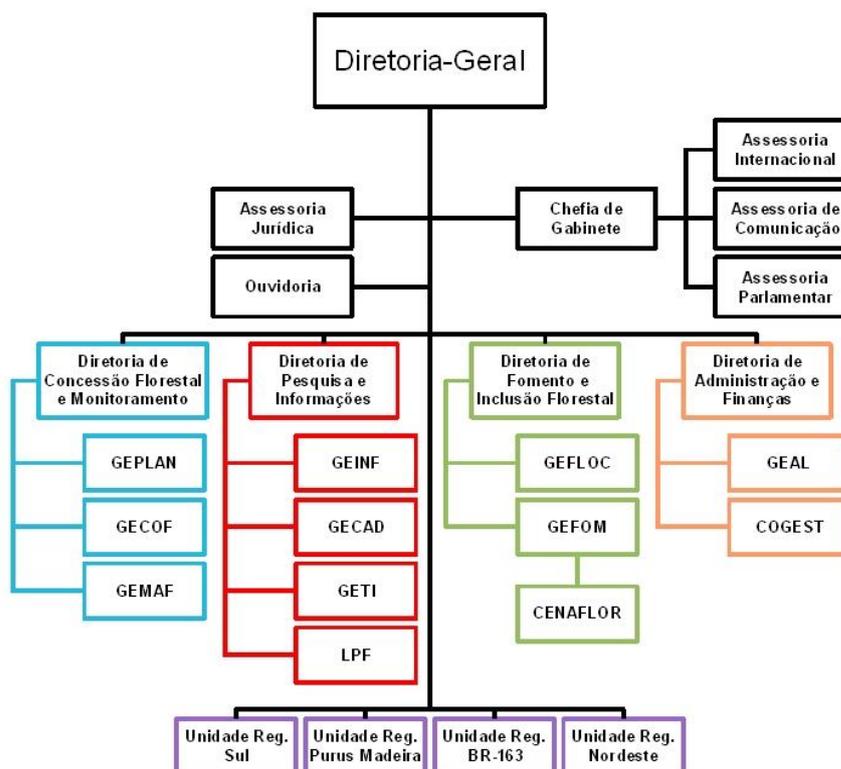


Figura 1. Organograma do Serviço Florestal Brasileiro.

No Quadro 2 são descritas as principais atividades desenvolvidas por cada área do Serviço Florestal Brasileiro. Dessa forma, é possível visualizar o funcionamento do órgão, por unidade responsável, de acordo com seus macroprocessos, principais processos e atividades, e produtos².

² Os produtos do Serviço Florestal Brasileiro serão descritos detalhadamente no item 2 deste Relatório.

Quadro 2. Atividades Desenvolvidas por Gerência e Centro Especializado.

Diretoria	Unidade	Macroprocesso	Processo	Principais Atividades/Produtos
Diretoria de Concessão Florestal e Monitoramento	Gerência de Planejamento (Geplan)	Gestão de Florestas Públicas	Concessões Florestais.	Elaboração do Plano Anual de Outorga Florestal. Desenvolvimento de estudos e cenários florestais.
	Gerência de Concessões Florestais (Gecof)			Implantação de concessões florestais.
	Gerência de Monitoramento e Auditorias Florestais (Gemaf)			Monitoramento das concessões florestais.
Diretoria de Pesquisa e Informações	Gerência de Informações Florestais (Geinf)	Desenvolvimento Florestal Sustentável	Sistema Nacional de Informações Florestais; Inventário Florestal Nacional	Implementação do Sistema Nacional de Informações Florestais; elaboração do Inventário Florestal Nacional.
	Gerência de Cadastro (Gecad)	Gestão de Florestas Públicas	Cadastro de Florestas Públicas.	Implementação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas.
	Gerência de Tecnologia da Informação (Geti)	Desenvolvimento Florestal Sustentável	Pesquisa e Transferência de Tecnologia.	Todas atividades relacionadas à área de tecnologia da informação do órgão.
	Laboratório de Produtos Florestais (LPF)			Atividades de pesquisa.
Diretoria de Fomento e Inclusão	Gerência de Florestas Comunitárias (Gefloc)	Gestão de Florestas Públicas	Manejo Florestal Comunitário.	Implementação do manejo florestal comunitário.
	Gerência de Captação e Fomento (Gefom)	Desenvolvimento Florestal Sustentável	Fomento Florestal; Silvicultura.	Implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.
	Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor)		Fomento Florestal.	Capacitação em manejo florestal sustentável.
Diretoria de Administração e Finanças	Gerência de Administração e Logística (Geal)	Desenvolvimento Institucional	Desenvolvimento das capacidades da instituição.	Atividades administrativas, financeiras e orçamentárias.
	Coordenação de Gestão Estratégica	Desenvolvimento Institucional	Desenvolvimento das capacidades da instituição.	Gestão Orçamentária, Planejamento e Gestão de Instrumentos de Cooperação.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

O Serviço Florestal Brasileiro possui dois macroprocessos finalísticos: 1- Gestão de Florestas Públicas; e 2- Desenvolvimento Florestal Sustentável.

O macroprocesso “Gestão de Florestas Públicas” é formado por quatro processos: (i) cadastro de florestas públicas; (ii) concessão florestal; (iii) manejo florestal sustentável; e (iv) monitoramento de florestas públicas. Esse macroprocesso permeia várias áreas do SFB, pois trata da principal função do órgão – promover o manejo florestal sustentável, por meio da concessão florestal e da adoção do manejo florestal comunitário. Dessa forma, todo o processo de concessão florestal – que se inicia com o cadastro de uma área florestal no Cadastro Nacional de Florestas Públicas, a publicação do Plano Anual de Outorga Florestal, a publicação de editais de concessão florestal e a assinatura de seu contrato e, por fim, o monitoramento das concessões florestais – está contido nesse macroprocesso. Além disso, as ações relacionadas à implementação do manejo florestal sustentável, como a contratação de assistências técnicas florestais e a promoção de arranjos produtivos locais, são desenvolvidas dentro desse macroprocesso.

As unidades do Serviço Florestal Brasileiro envolvidas com a “gestão de florestas públicas” trabalham em conjunto, pois as atividades desenvolvidas por uma gerência dependem diretamente dos resultados alcançados pela outra gerência.

Por sua vez, o macroprocesso “Desenvolvimento Florestal Sustentável” é formado por cinco processos: (i) Sistema Nacional de Informações Florestais; (ii) Inventário Florestal Nacional; (iii) Silvicultura; (iv) Pesquisa e Transferência de Tecnologia; e (v) Fomento. Nesse macroprocesso estão incluídas atividades muito diversas, que variam desde o desenvolvimento de pesquisas e capacitações na área florestal até a implementação de projetos de fomento florestal, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

Os resultados pretendidos por esse macroprocesso são os seguintes:

- implementação e consolidação do Sistema Nacional de Informações Florestais (Snif);
- implementação do Inventário Florestal Nacional;
- desenvolvimento de pesquisas na área florestal;
- realização de capacitações em manejo florestal sustentável; e
- implementação de projetos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

1.5 Macroprocessos de Apoio

O SFB possui um macroprocesso de apoio, o “desenvolvimento institucional”. Nesse macroprocesso estão contidas todas as atividades administrativas, orçamentárias e financeiras do órgão. Assim, a gestão de pessoas, a estruturação física do órgão, os processos administrativos, as contratações, os processos licitatórios, o protocolo, o patrimônio, enfim, tudo o que se relaciona com a gestão administrativa do órgão faz parte desse macroprocesso.

1.6 Principais Parceiros

Cadastro Nacional de Florestas Públicas

Os principais órgãos parceiros do Serviço Florestal Brasileiro, nos assuntos relacionados ao Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNEF), são:

- 1- no âmbito federal: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (do MDA), a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Ministério da Defesa (MD);
- 2- no âmbito estadual, os Institutos de Terras e os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente.

Esses órgãos repassam ao Serviço Florestal informações georeferenciadas sobre as áreas de terras públicas federais, estaduais e em alguns casos as municipais.

Planejamento Florestal

Para a estruturação do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), o SFB recebe e consolida as informações de diferentes órgãos do governo, tais como a ANP, DNIT, ICMBio, ANA, DNPM, CDN e de órgãos e institutos de pesquisa, tais como a UFMG, USP, Imazon, Ipam, dentre outras.

Concessões Florestais

A implementação das concessões florestais conta com vários parceiros, desde órgãos federais até organismos internacionais.

Com o objetivo de promover as concessões florestais nos estados, o SFB presta suporte técnico na estruturação dos programas dos principais estados detentores de florestas públicas. Essa assessoria visa repassar aos órgãos estaduais de florestas a experiência acumulada pelo Serviço Florestal Brasileiro na

modelagem de editais de concessão, na normatização do processo e na gestão de contratos. Os governos estaduais parceiros são o do Pará, o do Acre, o do Amapá e o do Amazonas.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) participam diretamente do processo de concessão florestal. O ICMBio é o órgão gestor das Florestas Nacionais, onde são realizadas as concessões, e é o responsável pela elaboração e aprovação dos Planos de Manejo dessas unidades de conservação. Por sua vez, o Ibama é o responsável pelo licenciamento ambiental das operações florestais dos concessionários, analisando e aprovando os Planos de Manejo Florestal Sustentável e os Planos Operativos Anuais, e realizando o monitoramento e a fiscalização ambiental da produção florestal.

Diversas outras agências governamentais e não governamentais também possuem cooperações técnicas com SFB, com destaque para a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex), com ações voltadas para a promoção comercial das empresas concessionárias; o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), que apóia a divulgação de editais de concessão florestal junto às redes que reúnem empresas comprometidas com a legalidade da produção florestal; e o Serviço Florestal Norte-Americano, por meio de assessoria técnica na área de estradas florestais e intercâmbio de experiências.

Monitoramento das Concessões Florestais

Em relação ao monitoramento dos contratos de concessão florestal, o SFB conta com o Ibama, o ICMBio, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Agência de Cooperação Alemã (GIZ), além de universidades e centros de pesquisa. O Ibama e o ICMBio atuam no monitoramento ambiental, e os demais órgãos nas cláusulas contratuais relativas à auditoria independente, ao monitoramento da biodiversidade e à geração de pesquisas nas unidades de manejo florestal.

Inventário Florestal Nacional (IFN)

Para a implementação do Inventário Florestal Nacional no Brasil, são estabelecidos acordos de cooperação técnica e convênios com instituições estaduais, que realizam o inventário em seus territórios.

Foram estabelecidos Acordos de Cooperação Técnica com as seguintes instituições: Embrapa, Semace, FURB, Semarh, Sema/PR, SEAB e SEA/RJ. Estão em fase de assinatura ou de negociação acordos com a Sema/RS, UFS, UFC, UFPR, JBRJ, Sema/BA, Sedam/RO, UFRRJ, UFSM e UNIR.

Com a FURB e a Semace foram celebrados convênios para a implementação do IFN.

Fomento Florestal

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), para o financiamento de seus projetos, conta com o apoio do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas (FNMC) e do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), do MMA. Os projetos do FNDF beneficiaram e apoiaram várias instituições, entre elas: a Cooperativa de Reflorestadores de Mata Atlântica do extremo sul da Bahia (Cooplantar), a Associação de Produtores Orgânicos da APA Itacaré/Serra Grande – Embaúba, e Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável da Comunidade do Juçara.

Participam do Conselho Consultivo do FNDF: MMA, MDA, MCT, MAPA, Abema, Anamma, FBOMS, Conticom, CNI e Contag.

As capacitações realizadas pelo SFB tiveram como principais parceiros: a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e a Comunidade Européia (CE), por meio do Projeto GCP/BRA/070/EC – “Manejo Florestal, Apoio à Produção Sustentável e Fortalecimento da Sociedade Civil na Amazônia Brasileira”; o Instituto Floresta Tropical (IFT), o Jardim Botânico de Nova York e a Universidade Federal do Acre (UFAC).

Manejo Florestal Comunitário

As ações de apoio ao manejo florestal comunitário tiveram como principais parceiros, além das secretarias afins do Ministério do Meio Ambiente, o ICMBio, o Inbra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por serem os órgãos responsáveis pela gestão das áreas onde se desenvolvem as ações de manejo florestal comunitário e familiar, bem como pela execução da política nacional de Assistência Técnica de Extensão Rural (Ater) para esses produtores. Adicionalmente, os estados do Amapá e do Pará, por meio de seus institutos florestais, atuaram em conjunto com o SFB em prol do fomento a atividades produtivas florestais comunitárias e familiares.

Fora do âmbito governamental, o macroprocesso contou com a parceria de instituições não governamentais sem fins lucrativos que executam as ações nos estados.

Pesquisa e Transferência de Tecnologia

Conforme apresentado no item 1.3, o Serviço Florestal Brasileiro possui em sua estrutura o Laboratório de Produtos Florestais (LPF), responsável pela elaboração e execução de pesquisas na área. Pesquisadores do LPF participam de projetos de P&D em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Universidade de Brasília (UnB), a Associação Nacional dos Produtores de Pisos de Madeira (ANPM), a Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Centro de Cooperação Internacional

em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad), a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), o Instituto Sinchi e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Planejamento das Ações

Em 2011, o Serviço Florestal Brasileiro iniciou o processo de revisão de seu planejamento estratégico para o período de 2012-2015. Como resultado desse processo, foram revistos a visão, a missão, os valores, os macroprocessos, os processos e as metas estratégicas do órgão, que são apresentados no Quadro 3.

O Quadro 4 apresenta a vinculação dos processos apresentados no planejamento estratégico do SFB com o PPA.

Matriz Lógico Institucional 2012-2015 (Macroprocessos)



MISSÃO

Conciliar uso e conservação das florestas, valorizando-as em benefício das gerações presentes e futuras.

VISÃO

Ser referência no desenvolvimento florestal e reconhecido como órgão inovador e de excelência na gestão pública.

VALORES

Transparência: comunicar à sociedade ações, resultados e informações de forma acessível, frequente e clara.

Respeito à diversidade de opiniões: fazer das diferenças uma oportunidade de amadurecimento e evolução das idéias e conceitos.

Participação social e cooperação: promover oportunidades de interação e ampla participação para nortear nossas ações em função do interesse público.

Inteligência institucional: evoluir por meio do conhecimento e do aprendizado gerado pelas interações pessoais e organizacionais.

Comprometimento: agir de forma proativa, dedicada e inovadora.

Quadro 3. Matriz Lógico-Institucional 2012-2015.

Macroprocessos	Processos	Objetivos Específicos	Metas Estratégicas
Gestão de Florestas Públicas	Cadastro das Florestas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atualização e integração cadastral e disponibilização pública das informações. ✓ Destinação de áreas de florestas públicas federais não destinadas prioritárias para a produção florestal. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 100% das florestas públicas cadastradas no CNFP. ✓ 6 milhões de hectares de florestas públicas destinadas para produção florestal.
	Concessão Florestal	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implantar e gerir as concessões florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 2 milhões de hectares de florestas públicas federais sob concessão.
	Manejo Florestal Comunitário	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ampliar o número de famílias beneficiadas pelo manejo florestal comunitário e familiar de uso múltiplo. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 5.000 famílias beneficiadas pelo manejo sustentável de suas florestas até 2015.
	Monitoramento de Florestas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Monitorar os contratos de concessão florestal. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 100% dos contratos de concessão monitorados.
Desenvolvimento Florestal Sustentável	Sistema Nacional de Informações Florestais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Consolidar o Sistema Nacional de Informações Florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Consolidação do Snif como um instrumento de planejamento e transparência da gestão pública florestal.

	Inventário Florestal Nacional	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar Inventário Florestal Nacional – primeira edição (2015). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Primeiro ciclo do IFN concluído.
	Silvicultura	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implantar a concessão florestal por meio de reflorestamento de áreas públicas federais degradadas ou convertidas. ✓ Promover o desenvolvimento da Silvicultura com espécies nativas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 50 mil hectares de reflorestamento em concessões de áreas públicas federais degradadas ou convertidas. ✓ 13 tecnologias difundidas.
	Pesquisa e Transferência de Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolver pesquisas para melhorar o aproveitamento dos recursos florestais. ✓ Promover pesquisa em manejo florestal sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 89 pesquisas realizadas. ✓ Rede de pesquisa em manejo florestal sustentável implantada.
	Fomento	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a capacitação e extensão em atividades florestais. ✓ Operar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. ✓ Promover Arranjos Produtivos Locais para o desenvolvimento da economia de base florestal. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 3.000 pessoas capacitadas entre produtores, técnicos e funcionários públicos, em atividades florestais sustentáveis. ✓ 60 projetos apoiados. ✓ 3 Arranjos Produtivos Apoiados.
Desenvolvimento Institucional	Desenvolvimento das capacidades da Instituição	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Definir o modelo de gestão institucional do Serviço Florestal Brasileiro. ✓ Implantar quadro de pessoal permanente. ✓ Implantar estrutura física adequada para o funcionamento da instituição. ✓ Normatizar processos administrativos. ✓ Implantar execução eficiente das ações planejadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Novo modelo institucional implantado. ✓ Ingresso de 250 servidores públicos efetivos. ✓ SFB instalado em sede própria. ✓ 100% dos processos administrativos normatizados. ✓ 80% das ações planejadas implementadas.

Quadro 4. Vinculação do planejamento estratégico (Matriz Lógica, Quadro 3) com o PPA.

PROGRAMA 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios				
Processo - Matriz Lógica	Objetivo PPA	Iniciativa	Ação	Ação Nome
Monitoramento de Florestas Públicas	0471 - Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.	01J9 - Planejamento, gestão e monitoramento das concessões florestais.	20MI	Monitoramento das concessões Florestais
Concessão Florestal			2D12	Planejamento e Gestão das Concessões Florestais
Silvicultura	0472 - Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.	01JF - Desenvolvimento da silvicultura com espécies nativas e de sistemas agroflorestais.	20A7	Desenvolvimento da Silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais
Fomento	0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)	00OX - Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis	4950	Capacitação em Atividades Florestais
Pesquisa e Transferência de Tecnologia			8298	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Florestal Sustentável
Cadastro das Florestas Públicas			6035	Pesquisa e Desenvolvimento Florestal
Inventário Florestal Nacional		00P2 - Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional.	8304	Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais
Sistema Nacional de Informações Florestais			10TC	Elaboração e Implantação do Inventário Florestal Nacional
			10TD	Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Informações Florestais
Manejo Florestal Comunitário	0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e o uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.	01IX - Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento.	8300	Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar

É importante ressaltar a criação, em julho de 2012, da Coordenação de Gestão Estratégica (Cogest), no âmbito da Diretoria de Administração e Finanças do Serviço Florestal Brasileiro. Entre as atribuições dessa Coordenação, estão a elaboração e o monitoramento do planejamento estratégico e operacional do órgão.

Além disso, com o objetivo de alcançar as metas estratégicas traçadas, o SFB desenvolve o seu Plano Operacional Anual (POA), em que são planejadas as atividades que visam atingir as metas anuais. Destaca-se que o planejamento dessas atividades é detalhado com base nos valores de crédito descentralizados pelo MMA para suas unidades orçamentárias vinculadas durante o exercício. A execução orçamentária desse Plano é monitorada pela Cogest, que realiza reuniões trimestrais com as unidades finalísticas do SFB, a fim de monitorar a execução das metas planejadas e realizar, se necessário, a realocação desses valores às unidades durante o exercício financeiro.

2.2. Estratégia de atuação perante os objetivos estratégicos

No item 2.1 deste Relatório, foi apresentada a Matriz Lógico-Institucional do Serviço Florestal Brasileiro, que representa o seu planejamento estratégico para o período de 2012 a 2015. Essa Matriz contém os objetivos estratégicos definidos pelo SFB para esse período e as metas traçadas para o alcance de resultados.

Este item 2.2 tem como finalidade descrever e analisar as estratégias adotadas pelo órgão para o desenvolvimento de seus objetivos estratégicos. Os objetivos relacionados ao processo “silvicultura” não serão analisados, pois não houve ações para a sua implementação no exercício de referência.

CADASTRO NACIONAL DE FLORESTAS PÚBLICAS (CNFP)

Objetivos estratégicos:

- ✓ **atualização cadastral e disponibilização pública das informações;**
- ✓ **destinação de áreas de florestas públicas federais não destinadas prioritárias para a produção florestal.**

O Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) foi instituído pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007, e seus procedimentos operacionais foram fixados pelas Resoluções do SFB nºs 02/2007 e 03/2011.

O CNFP é composto por informações do Cadastro Geral de Florestas Públicas da União e dos Cadastros de Florestas Públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Seu objetivo é reunir dados sobre as florestas públicas brasileiras, a fim de subsidiar o planejamento da gestão florestal. De

acordo com o Decreto nº 6.063/2007, o Cadastro das Florestas Públicas deve conter as informações sobre as terras de dominialidade pública, que possuem florestas, a partir da data base de 02 de março de 2006.

Os órgãos federais e os órgãos estaduais que fazem a gestão de terras públicas contribuem para o CNFP. Assim, para a elaboração do Cadastro Geral de Florestas Públicas da União, destaca-se a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal (Serfal), ambos do Ministério Desenvolvimento Agrário (MDA), do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério da Defesa (MD). Para a elaboração dos cadastros estaduais, participam os órgãos ambientais, os de florestas ou os institutos de terras de cada estado.

Ressalta-se também que, conforme disposto na Lei nº 11.284/2006, o CNFP está em processo de interligação com o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), do Incra/MDA.

Em 2012, foi realizada a quinta atualização dos dados e das informações do CNFP, com abrangência nacional. Naquele ano, foi implementado o sistema de organização, armazenamento e disseminação de informações geoespaciais, destinado a facilitar a análise das áreas georreferenciadas a serem inseridas ou modificadas no Cadastro, além de divulgar, disponibilizar informações à sociedade e conferir à União e aos estados uma ferramenta eficiente de gerenciamento das florestas públicas.

Também foi finalizado o Portal do CNFP, que, em conjunto com o Atlas do Cadastro, possibilita aos usuários realizar consultas às informações sobre o Cadastro, por meio de mapas interativos e geoserviços. Em 2013, o banco de dados corporativo do Serviço Florestal Brasileiro estará disponível aos usuários de geoprocessamento do órgão. Esse sistema possibilitará análises e consultas em um sistema geográfico organizado por regras de relacionamento de informações georreferenciadas, em banco de dados corporativo. Dessa forma, será assegurado o armazenamento dos dados e do histórico da dinâmica do cadastro.

O Acordo de Cooperação entre o Serviço Florestal Brasileiro e o Incra para acesso às informações do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) foi firmado e o SFB já está acessando os dados do SNCR. O Acordo está em fase de elaboração conjunta de protocolos e de sistemas de intercâmbio de banco de dados geográficos entre SFB, Incra e MDA, para aprimorar a integração dos referidos cadastros.

Em 2012, o CNFP teve acréscimo de cerca de 10 milhões de hectares de florestas públicas, o que representou o incremento de aproximadamente 3,6% em relação ao ano de 2011. Entre os anos de 2007 e 2012, foram cadastrados aproximadamente 308 milhões hectares de florestas públicas no Brasil, o equivalente a cerca de 35% do território brasileiro e a aproximadamente 62% das florestas brasileiras.

As florestas públicas podem ser divididas em dois grandes grupos: i) florestas destinadas; e ii) florestas não destinadas. O primeiro grupo subdivide-se em diversas categorias de destinação fundiária.

As florestas públicas brasileiras ocorrem em aproximadamente 308 milhões de hectares. Desses, possuem destinação 186 milhões federais e 45 milhões estaduais; e não possuem destinação 39 milhões federais e 37 milhões estaduais. A maior parte das florestas públicas não destinadas estaduais estão na região da Amazônia Legal. A área de florestas públicas destinadas inseridas no CNFP até 2012 representa aproximadamente 75% do total das florestas cadastradas.

Quando categorizadas por tipo de destinação, referente ao tipo de uso florestal, as destinadas ao Uso Comunitário correspondem a 49% (Terras Indígenas, Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Assentamentos Sustentáveis – Agroextrativistas, Florestais e de Desenvolvimento Sustentável), as de proteção à biodiversidade, a 26% (demais UCs de dominialidade pública), e as de uso militar a 1% (áreas de uso restrito do Ministério da Defesa). As demais florestas públicas, ainda sem destinação específica, correspondem aos 24% restantes.

Os estados com maior quantidade de florestas públicas são o Amazonas e o Pará. A região Norte é a que possui maior quantidade de florestas públicas – 276,5 milhões de hectares, o que representa 90% do total.

Em relação ao objetivo que trata da “destinação de áreas de florestas públicas federais não destinadas prioritárias para a produção florestal”, foram encaminhadas manifestações de interesse em duas áreas remanescentes do processo de regularização em glebas públicas federais. Esse encaminhamento foi realizado após consulta formal da Serfal/MDA a todos órgãos previstos na legislação pertinente (Incra, ICMBio, Funai, SFB e Oemas). Uma das áreas (aproximadamente 30.000 ha) está em processo de destinação ao SFB (remanescente da gleba Curuquetê, no município de Lábrea – AM), pois o MDA já manifestou concordância com a transferência ao SFB e a destinação da área para produção florestal sustentável. Essa iniciativa é parte do esforço conjunto do PPCDAM³ para destinar terras públicas federais ainda sem destinação na Amazônia e estimular o seu desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável.

Dessa forma, o CNFP é resultado de um processo dinâmico e com atualização anual. Assim, áreas não destinadas podem passar a ter uma destinação, bem como áreas destinadas podem ter seu tipo de destinação alterada. A principal estratégia de atualização do Cadastro se baseia no constante aprimoramento dos sistemas de permuta de informações.

Atualmente, existem várias políticas que mantêm a sustentabilidade da permuta de informação entre os órgãos de governo. As informações entre os órgãos federais são obtidas praticamente sem que seja necessária a solicitação dos dados, pois a maioria dos órgãos dispõe de sistema informatizado que

³ Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM).

disponibiliza os dados *on-line*. Já nas esferas estaduais e municipais, esses sistemas ocorrem com menor frequência e, em alguns casos, ainda existe a necessidade de solicitação formal dos dados para que venham a ser disponibilizados. Em outros casos, os dados não estão organizados de maneira que seja possível a inclusão das informações no Cadastro.

No contexto político, a implantação do PPCDAM fase 3 representou uma demonstração de consenso na discussão dos entes federativos quanto à importância da regularização fundiária, com a identificação das áreas com florestas públicas não destinadas e a sua destinação para as concessões florestais (posteriormente à manifestação de desinteresse imediato do ICMBio, da Funai e de outros órgãos afins). Esse entendimento poderá acelerar o processo de repasse dos remanescentes de glebas públicas federais ainda sem destinação na Amazônia Legal.

CONCESSÃO FLORESTAL

Objetivo estratégico:

- ✓ **implantar e gerir as concessões florestais.**

Publicação do Plano Anual de Outorga Florestal 2013

O Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) foi instituído pela Lei nº 11.284/2006 e normatizado pelo Decreto nº 6.063/2007. Essa legislação estabeleceu uma série de mecanismos específicos para a gestão das florestas públicas e determinou que o PAOF seria o instrumento de planejamento das ações voltadas à produção florestal sustentável no âmbito da União.

O Plano Anual de Outorga Florestal identifica o conjunto de florestas públicas aptas a serem submetidas ao processo de concessão florestal no ano de sua vigência e deve ser publicado até 31 de julho do ano anterior. O PAOF descreve cada área de florestas selecionada, assim como o seu processo de seleção, conforme os critérios estabelecidos na Lei e no Decreto citados.

O principal objetivo do Plano Anual de Outorga Florestal é disponibilizar à sociedade informações antecipadas sobre as florestas públicas federais passíveis de concessão, os mecanismos utilizados para essa seleção e as concessões em andamento. O processo de elaboração conta com a participação popular por meio de consulta pública via internet e de reuniões com órgãos gestores estaduais, municipais e atores da sociedade civil organizada. Assim, o PAOF materializa-se como um instrumento de planejamento florestal participativo e transparente.

O Plano Anual de Outorga Florestal da União para o ano de 2013 (elaborado em 2012) tem como objetivo selecionar e descrever as Florestas Públicas Federais (FPF) passíveis do estabelecimento de unidades de manejo florestal para concessão no período de janeiro a dezembro de 2013, considerando a

convergência e o alinhamento com outras políticas públicas da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

O PAOF 2013 foi elaborado com base no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), que, em novembro de 2011, registrava aproximadamente 297 milhões de hectares de florestas públicas cadastradas – cerca de 222 milhões de hectares de florestas públicas federais, 75 milhões de hectares de florestas públicas estaduais e 5,3 mil hectares de florestas públicas municipais. Os 222 milhões de hectares de florestas públicas federais foram avaliados para concessão florestal, considerando seus impedimentos e restrições legais. Nesse sentido, foram excluídos 98,2% da área total, especialmente terras indígenas, unidades de proteção integral e áreas de uso comunitário.

Dessa forma, como resultado final do processo de seleção de áreas passíveis de concessão florestal em 2013, o PAOF tornou elegível para concessão 5,3 milhões de hectares de florestas públicas federais, distribuídos em doze Florestas Nacionais e duas áreas destacadas de glebas não destinadas, com interesse do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para destinação direta. Essas áreas estão localizadas em quatro estados da Federação: Acre, Amazonas, Pará e Rondônia.

O processo de elaboração do PAOF 2013 considerou iniciativas de grande valor estratégico, como, por exemplo: o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA); a Política de Titulação dos Assentamentos; o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC); o Programa Nacional de Florestas (PNF); o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM); o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC); o Plano Amazônia Sustentável (PAS); a Operação Arco Verde; e o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. Além disso, aspectos importantes relativos a outras concessões e políticas setoriais foram considerados nesse Plano, tais como: mineração, petróleo e gás, infraestrutura, energia e água.

O PAOF 2013 também apresentou as manifestações formais do Conselho de Defesa Nacional (CDN), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), em cumprimento aos dispositivos da Lei nº 11.284/2006.

O Plano Anual de Outorga Florestal 2013 estabeleceu os critérios de acessibilidade ao processo de concessão por pessoas jurídicas de micro, pequeno e médio portes, como forma de promover a equidade na política de gestão de florestas públicas no Brasil. O estabelecimento de parâmetros para a definição de tamanhos das unidades de manejo considerou as peculiaridades regionais, como a área necessária para completar um ciclo de produção da floresta e a estrutura, o porte e a capacidade dos agentes envolvidos na cadeia produtiva dos produtos e serviços objeto da concessão.

Esse PAOF estabeleceu a inclusão obrigatória de pelo menos duas das categorias de unidades de manejo em cada lote de concessão presente nos editais em 2013, como forma de ampliar a oportunidade

de acesso às concessões, sendo uma, obrigatoriamente, pequena. Da mesma forma, com o objetivo de promover a consolidação de empreendimentos com escalas que permitissem a eventual instalação de parques tecnológicos com elevados aportes de capital, o PAOF 2013 estabeleceu que, a cada dois lotes de concessão florestal licitados em 2013, pelo menos um deve conter unidades de manejo de tamanho grande.

No PAOF de 2013, as atualizações das informações sobre o setor madeireiro na Amazônia Legal foram realizadas a partir dos dados oficiais dos sistemas eletrônicos de controle florestal do Ibama (Documento de Origem Florestal – DOF) e dos estados (Sistema de Cadastro, Comercialização e Transporte de Produtos Florestais – Sisflora), com informações do ano de 2011.

Concessão Florestal

O Serviço Florestal Brasileiro possui metas claras voltadas para a ampliação da escala produtiva do manejo florestal sustentável em florestas públicas, por meio das concessões florestais. Essas metas estão mensuradas em milhares de hectares. Todavia, para o alcance desse objetivo estratégico, é necessário que um conjunto de ações sejam levadas à frente com sucesso. Aspectos importantes, como a elaboração de planos de manejo de Florestas Nacionais, estudos ambientais, econômicos, sociais, jurídicos e regulatórios, são etapas fundamentais para a modelagem de novos editais de concessões florestais.

Desenvolver uma modelagem econômica e regulatória capaz de conciliar benefícios socioambientais com um nível de atratividade econômica que desperte o interesse de agentes privados para orientar investimentos em regiões remotas, em uma atividade pouco conhecida como o manejo florestal, se apresenta como um grande desafio do processo. Nesse sentido, o SFB vem realizando esforços para o refinamento de suas análises, a melhoria na qualidade dos dados e a incorporação das melhores práticas regulatórias, fruto do acúmulo gerado pela experiência da atuação das agências reguladoras no Brasil.

Para o alcance desse objetivo, diversas inovações metodológicas e conceituais foram introduzidas aos novos editais de licitação para concessões florestais, lançados e elaborados em 2012. Essas mudanças alcançaram o objetivo esperado, com o aumento do número de empresas interessadas no processo.

Outra ação voltada para a melhoria do processo regulatório foi a cooperação estabelecida com a *International Finance Corporation* (IFC), organismo internacional associado ao Grupo Banco Mundial. Esse organismo possui vasta experiência na modelagem de processos de regulação, tendo apoiado dezenas de países (inclusive o Brasil) em seus processos de desestatização e de concessão em outros

setores. Essa cooperação visa realizar uma análise completa da estrutura legal e técnica do processo de concessão florestal, por meio de um edital modelo, a ser desenvolvido nas Flonas de Itaituba I e II, no Pará.

Outro grande desafio para o avanço das concessões florestais é a ampliação do número de Florestas Nacionais com planos de manejo aprovados. Para enfrentar esse desafio, o Serviço Florestal Brasileiro e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sob a coordenação da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, instituíram uma comissão para acelerar a elaboração dos referidos planos de manejo. Essa comissão foi criada por ato da Ministra de Estado do Meio Ambiente, por meio da Portaria Conjunta MMA nº 472, de 9 de dezembro de 2011, publicado no DOU no dia 12 de dezembro de 2011, página 211, seção 1.

MONITORAMENTO DE FLORESTAS PÚBLICAS

Objetivo estratégico:

- ✓ **monitorar os contratos de concessão florestal.**

O monitoramento das concessões florestais é realizado por meio da avaliação do cumprimento das cláusulas dos contratos de concessão florestal firmados entre os concessionários vencedores dos processos de licitação e o Serviço Florestal Brasileiro. Dentre essas cláusulas, se destacam o regime econômico e financeiro, as obrigações do concessionário, a prestação de contas e os relatórios, o sistema de cadeia de custódia das concessões, o sistema de rastreamento dos veículos de madeira e o cumprimento dos indicadores.

O edital de licitação determinou nove indicadores de classificação para avaliação da proposta técnica das empresas participantes do certame licitatório da Flona do Jamari e de Saracá-Taquera. Os indicadores selecionados pertencem a quatro critérios: menor impacto ambiental; maior benefício social; maior eficiência; e maior agregação de valor na região da concessão florestal.

A verificação se iniciou no ano de 2010, com a avaliação do monitoramento da dinâmica de crescimento e da recuperação da floresta (A1) e do investimento em infraestrutura e serviços para a comunidade local (A3). No ano de 2012, procedeu-se à avaliação dos indicadores A1, A3, geração de empregos locais (A4) e geração de empregos da concessão florestal (A5).

O indicador de menor impacto ambiental (A2) – redução de danos à floresta remanescente durante a exploração florestal está em revisão e o teste de uma nova metodologia com a utilização de imagens de satélite foi iniciado em 2012.

O monitoramento das concessões florestais inclui atividades de campo. Os técnicos do Serviço Florestal Brasileiro realizaram, em campo, acompanhamento das atividades de exploração, com o objetivo de assegurar e disciplinar o controle de toda a produção de produtos florestais nas concessões e garantir medidas corretivas no processo, quando necessárias.

De forma geral, constatou-se que os concessionários operaram em obediência às cláusulas contratuais e utilizaram práticas de exploração florestal com impacto reduzido. A empresa concessionária Sakura Indústria e Comércio de Madeiras Ltda., da Flona do Jamari, operou até o mês de abril/2012, quando houve a rescisão contratual.

Os principais aspectos identificados nessas visitas foram relacionados aos ajustes no sistema de controle de cadeia de custódia, à correção de drenagem e colocação de placas de identificação em alguns pátios de estocagem e à retirada de galhos e outros materiais debaixo das pontes para evitar a retenção de água durante as chuvas.

Com relação ao monitoramento dos impactos das concessões florestais, foi iniciada, em 2012, com o apoio técnico da GIZ, uma proposta de um sistema participativo de monitoramento dos impactos econômicos, sociais e ambientais das concessões florestais. No entanto, a proposta ainda não foi concluída, o que impossibilitou a implantação do sistema no ano de 2012.

Quanto às auditorias florestais independentes, a legislação prevê que seja feita por entidades devidamente acreditadas no Inmetro. No entanto, não se tem nenhuma entidade acreditada até o momento, comprometendo a realização das auditorias independentes.

MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO

Objetivo estratégico:

- ✓ **ampliar o número de famílias beneficiadas pelo manejo florestal comunitário e familiar de uso múltiplo.**

Diante do objetivo estratégico de proporcionar às comunidades residentes em florestas públicas a possibilidade de manejar de forma autônoma e sustentável seus recursos naturais, o Serviço Florestal Brasileiro planejou várias ações nas comunidades, entre elas: apoio na gestão e organização dos empreendimentos comunitários; capacitação de produtores e agentes extensionistas em manejo florestal; estudos estratégicos; e eventos para articulação de políticas públicas correlatas. Além disso, em 2012 foram realizadas diversas reuniões técnicas e oficinas, com vistas a articular as políticas e os programas dos demais ministérios, para maior efetividade das ações de apoio ao manejo florestal comunitário (MFC), em especial no que tange à promoção de assistência técnica com ênfase em atividades florestais.

As ações planejadas puderam ser integralmente executadas em 2012, apesar das restrições orçamentárias e das dificuldades de atuação nas áreas de florestas públicas, cuja gestão pertence a outros órgãos do governo federal. Em 2012, o SFB efetivou a contratação de serviços terceirizados para a atuação nas comunidades, obtendo maior escala na capacitação e prestação de assistência técnica aos produtores e garantindo maior eficiência e economicidade no uso dos recursos. Além disso, o trabalho de articulação permitiu o apoio ao MFC por outros órgãos do governo federal (a exemplo do MDA e Incra) que possuíam maior disponibilidade orçamentária.

No ano de 2012, o SFB teve como principais focos de atuação a articulação de parcerias com os demais órgãos governamentais, para inserção da pauta do manejo florestal comunitário nas políticas públicas de desenvolvimento agrário, e a contratação, com orçamento próprio, de prestadoras de serviços para a execução das atividades finalísticas junto aos beneficiários. Com isso, foi possível otimizar recursos e minimizar obstáculos relativos à escassez de recursos orçamentários e de servidores para a execução das ações necessárias ao alcance das metas estratégicas.

Os riscos advindos dessa estratégia estão relacionados à necessidade de convencimento dos demais órgãos públicos, não relacionados diretamente a questões produtivas florestais, na execução das ações de apoio ao manejo florestal comunitário.

A pulverização das ações voltadas ao fomento das atividades florestais e a falta de entendimento entre os órgãos para o apoio à temática também prejudicaram o alcance mais eficiente de metas a partir de um melhor uso de políticas públicas existentes. Em 2012, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário, que é coordenado pelo MMA e MDA e secretariado pelo SFB, não elaborou seu Plano Anual, em razão das dificuldades de articulação entre os Ministérios envolvidos, prejudicando a execução das ações previstas no seu planejamento estratégico acordado com a sociedade civil em fins de 2011.

Para 2013, mesmo com o uso dessa estratégia de contratação de serviços técnicos para atendimento aos beneficiários, há previsão de que a escassez de recursos e de pessoal efetivo poderá impactar a capacidade de ampliação das ações, dificultando o alcance das metas estratégicas previstas no PPA.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES FLORESTAIS (Snif)

Objetivo estratégico:

- ✓ **consolidar o Sistema Nacional de Informações Florestais (Snif).**

Uma das competências do Serviço Florestal Brasileiro é criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais (Snif), integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima).

O Snif foi disponibilizado à sociedade no *site* do SFB (www.florestal.gov.br/snif) e é composto pelos seguintes temas: recursos florestais; produção florestal; e ensino e pesquisa florestal. Esse Sistema foi construído por meio da reunião e organização de dados coletados em diversas instituições brasileiras, que são atualizados periodicamente.

No âmbito do Snif, também foi desenvolvido o sistema de informações do Portal Nacional da Gestão Florestal (PNGF), com o objetivo de reunir e disponibilizar as principais informações sobre as atividades de controle florestal exercidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), em atendimento à Resolução Conama nº 379/2006.

Dessa forma, o Snif é uma plataforma que tem como objetivo principal compilar e disponibilizar informações sobre as florestas e o setor florestal brasileiro, a fim de subsidiar o planejamento estratégico no setor e facilitar o acesso e a disseminação de informações florestais para toda a sociedade.

Para consolidar o Snif, em 2012 foram estabelecidos os seguintes objetivos estratégicos:

- a) fortalecer e desenvolver a capacidade de gestão do Snif;
- b) produzir e disseminar informações florestais em nível nacional e internacional;
- c) realizar a manutenção evolutiva do sistema de informações do Portal Nacional de Gestão Florestal e a integração com o sistema Documento de Origem Florestal (DOF); e
- d) fazer parcerias com os órgãos do Sisnama, para inserção de dados de gestão florestal dos estados brasileiros.

A maioria dos objetivos estratégicos planejados para 2012 no âmbito do Snif foi alcançada. No entanto, ainda existem alguns entraves para a completa consolidação do Snif. O principal foi a falta de capacidade de realização de serviços na área de Tecnologia da Informação (TI). Para a solução desse problema, foi contratada uma empresa para o desenvolvimento de produtos e serviços na área de TI, no final de dezembro de 2012, após longo processo de licitação. Um segundo problema é a redução constante da equipe da Gerência Executiva de Informações Florestais, designada a trabalhar com o Snif. Isso vem ocorrendo em razão de o órgão ser formado, em sua maioria, por servidores contratados de forma temporária e, por isso, existir uma alta taxa de evasão de pessoal.

A fim de consolidar o Snif, foram realizadas as seguintes ações em 2012:

- a) atualização do *site* do Snif com dados divulgados no ano de 2012;
- b) elaboração de uma nova versão do livro “Florestas do Brasil em Resumo”, que será distribuído a partir do primeiro semestre de 2013;

- c) envio de informações para elaboração do Relatório Nacional para a 10^a Seção do Fórum das Nações Unidas para Florestas e ao ITTO, que elabora um relatório sobre manejo de florestas tropicais;
- d) contratação de consultoria para realizar a manutenção evolutiva do sistema de informações do Portal Nacional de Gestão Florestal e a integração com o DOF do Ibama, que contém informações sobre o transporte e o uso dos produtos florestais brasileiros; e
- e) realização de curso com a finalidade de capacitar representantes dos estados para inserção de dados de gestão florestal estadual nas regiões Sudeste e Centro-Oeste e, com isso, fazer a integração com os órgãos do Sisnama.

INVENTÁRIO FLORESTAL NACIONAL (IFN)

Objetivo Estratégico:

- ✓ **realizar Inventário Florestal Nacional – edição 2015.**

O objetivo do Inventário Florestal Nacional (IFN) é gerar informações sobre os recursos florestais, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas de uso e conservação das florestas brasileiras. O IFN produzirá informações sobre os estoques, a composição de espécies, a saúde e a vitalidade das florestas, assim como sobre as mudanças ao longo do tempo, a partir de comparações das estimativas feitas a cada cinco anos. Desse modo, essas estimativas servirão para subsidiar a formulação de políticas nacionais, regionais e locais baseadas em dados e informações acuradas e atuais, de grande utilidade para o setor público e privado, e manterão a sociedade e a classe política informadas sobre a existência, extensão e qualidade dos recursos florestais do país. Além dessas aplicações, o IFN será uma importante referência para atender à crescente demanda de informações florestais do país por organizações e acordos internacionais, tais como a Convenção do Clima, da Biodiversidade e das Espécies Ameaçadas (Cites).

Para realizar o Inventário Florestal Nacional, o SFB identificou os estados que demonstraram maior interesse em realizar o inventário em seu território e iniciou uma negociação sobre as fontes de financiamento para o projeto, com o levantamento em campo, a identificação botânica em herbários, a análise de solos e o controle de qualidade dos dados levantados. Para outros estados, nos quais os governos ainda não tenham demonstrado interesse, deverá ser realizada uma apresentação do IFN e das formas de participação e contribuição dos estados. Além das negociações com os governos estaduais, são identificadas instituições parceiras que possam contribuir com os programas associados, quais sejam: treinamento, controle de qualidade, pesquisa, florestas plantadas e parcelas permanentes, identificação botânica das espécies coletadas em campo.

Os principais riscos identificados para a implementação do IFN são: (i) eventuais atrasos dos processos licitatórios e, com isso, de todas as outras atividades correlatas, tais como, capacitação das equipes de campo, análise de solos, identificação botânica pelos herbários, controle de qualidade, entre outros; e (ii) a duração maior do que a esperada das articulações com os governos estaduais, o que atrasaria os acordos de cooperação e a definição das responsabilidades de cada ente para a implementação do inventário. Para minimizar esses riscos, o SFB tem refinado os documentos e otimizado os procedimentos e fluxogramas referentes aos processos licitatórios. Além disso, estão sendo identificados estados mais propensos a implementar o IFN de forma mais imediata e é feito, constantemente, um trabalho de apresentação e sensibilização dos governos estaduais.

Um gargalo que precisa ser sanado é a quantidade de pessoal técnico na equipe da Gerência de Informações Florestais, em número insuficiente para acompanhar todas as atividades que serão implementadas no ano de 2013, em decorrência da previsão da execução de seis inventários. Para auxiliar no desenvolvimento de ações estruturantes, estão sendo contratados consultores pelo Projeto GEF de apoio ao IFN. Além disso, aguarda-se, para os próximos meses, a chegada de novos técnicos concursados, o que reforçará a equipe.

De maneira geral, a implementação do IFN encontra-se em um momento bem favorável. Destaca-se que o Novo Código Florestal atribui a sua realização à União, aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal. Além disso, atualmente, há três projetos que estão financiando a execução do IFN em todo o país, com recursos que somam cerca de 115 milhões de reais.

FOMENTO

Objetivos estratégicos:

- ✓ **operar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF);**
- ✓ **promover a capacitação e extensão em atividades florestais.**

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) tem por missão “fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor”. O FNDF apresenta natureza contábil e tem por principal atividade a reversão de parte da arrecadação obtida pelo órgão gestor das concessões florestais, no âmbito federal, para o apoio a projetos de organizações públicas e privadas sem fins lucrativos, relacionados ao desenvolvimento do setor florestal.

Em 2012, o FNDF atuou em parceria com outros fundos socioambientais (FNMA, FNMC e Fundo Socioambiental da Caixa), a fim de propiciar maior impacto e escala nos resultados. Os fundos se

organizaram na divisão de responsabilidades e, com isso, otimizaram o uso de seu pessoal e de recursos em prol de ações comuns. Esse foi, sem dúvida, um grande avanço na sinergia entre Fundos, evitando sobreposição de esforços e aumentando sua eficiência e eficácia.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal conta com o Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR), instrumento de planejamento, no qual são definidas, entre outras, as linhas de atuação e a estratégia para alcançá-las. O PAAR indica os temas, os públicos e os biomas prioritários, as modalidades de seleção, as formas de aplicação e respectivas disponibilidades de recursos, além da situação da carteira de projetos. É apresentado ao Conselho Consultivo do FNDF, que apresenta suas sugestões. As linhas de atuação definidas para 2012 foram as apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5. Linhas de ação do FNDF em 2012.

Tema prioritário	Estratégia de desenvolvimento
Fortalecimento do Manejo Florestal Sustentável	Qualificação de extencionistas e universitários para o fortalecimento de atividades florestais sustentáveis.
Fortalecimento da gestão de negócios florestais madeireiros	Capacitação e assistência técnica para gestão de negócios florestais madeireiros.

Projetos nessas linhas foram selecionados por meio de chamadas públicas e, em seguida, procedeu-se à contratação de instituição especializada para a prestação de serviços a um conjunto de beneficiários. O FNDF faz a gestão e fiscalização dos contratos. Esse mecanismo permite atingir um número maior de beneficiários com menor custo administrativo e financeiro. Como não há repasse de valores por meio de convênios, os produtos são pagos mediante a entrega e aprovação, o que permite melhor controle do desembolso e melhor qualidade do serviço.

A partir das indicações contidas no PAAR 2012, foram traçadas ações, que podem ser divididas em etapas distintas do trabalho do FNDF: (i) a seleção de demandas; e (ii) a execução de contratos.

A primeira etapa constitui-se de chamadas públicas, por meio das quais foram recebidos projetos, que foram analisados por técnicos qualificados em regime de câmara técnica e aprovados em lista de prioridade de apoio, conforme pontuação de cada projeto. Com esses resultados, em dezembro de 2012 e janeiro de 2013 foram realizadas contratações de instituições prestadoras de serviços especializadas para atender às demandas apresentadas nesses projetos.

A segunda etapa – execução dos contratos – refere-se à efetivação das atividades previstas, análise de produtos técnicos e pagamento, quando há aprovação, de produtos. No ano de 2012, foram pagos produtos de demandas selecionadas em 2010. Os projetos aprovados em 2012 estão em execução, mas, até o término do ano, não houve pagamento de nenhum produto.

As maiores dificuldades para a implementação do PAAR estão relacionadas à limitação de pessoal e ao aperfeiçoamento contínuo de rotinas e procedimentos, uma vez que o FNDF iniciou sua operação recentemente. Para amenizar essas dificuldades, buscou-se o apoio técnico de profissionais de outras Gerências do SFB, sobretudo das demandantes de temas. Assim, a equipe do FNDF coordenou equipes formadas para atuação exclusiva nos processos de chamamento público e licitação e pôde se dedicar ao aperfeiçoamento de procedimentos e rotinas.

Quanto ao objetivo de promover a capacitação em atividades florestais, a estratégia adotada em 2012 foi ampliar a atuação do Serviço Florestal Brasileiro, por meio de parcerias e contratação de instituições executoras. A estratégia que passou a ser adotada visou ampliar o alcance das ações de capacitação do SFB e modificou o escopo de ação para focar em planejamento e gerenciamento de processos de capacitação.

Nessa mesma perspectiva foi iniciada a preparação para o emprego complementar das tecnologias de educação a distância, visando, com isso, à atualização da instituição para as tendências modernas e inclusivas na área de educação, com consequente ganho de escala.

PESQUISA E TRANFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Objetivos estratégicos:

- ✓ **desenvolver pesquisas para melhorar o aproveitamento dos recursos florestais;**
- ✓ **promover pesquisa em manejo florestal sustentável.**

Para que o Serviço Florestal Brasileiro pudesse atingir os objetivos estratégicos estabelecidos, foram executadas atividades dentro de duas metas estratégicas no ano de 2012, quais sejam “tecnologias desenvolvidas para o aproveitamento integral das árvores”; e “modelo de gestão pública reconhecido como de excelência por avaliação independente”.

Em “tecnologias desenvolvidas para o aproveitamento integral das árvores”, foram executados 20 projetos de pesquisa de forma contínua durante o ano de 2012. Desse total, 4 projetos foram concluídos e os 16 restantes terão sua execução continuada no ano de 2013, conforme previsto em seus cronogramas de execução. Além disso, outros 4 projetos foram aprovados e estão previstos para iniciar no primeiro trimestre de 2013.

Como resultados das pesquisas concluídas, podem-se mencionar: a avaliação da durabilidade natural e da eficiência de preservativos de 107 espécies de madeiras da Amazônia em campo de apodrecimento, merecendo destaque por sua alta durabilidade natural as espécies preciosa (*Aniba canelilla*), muirapixuna (*Cassia scleroxylon*), jataipeba (*Dialium guianense*), cumaru (*Dipteryx odorata*),

maparajuba (*Manilkara amazonica*), louro-canela (*Ocotea sp.*), abiurana (*Pouteria caimito*), pau-santo (*Zollernia paraensis*), muiracatiara-rajada (*Astronium lecointei*), angelim-vermelho (*Dinizia excelsa*) e a maçaranduba (*Manilkara huberi*); a avaliação da viabilidade técnica da produção de compostos de cimento Portland, tiras de embalagens longa vida recicladas e madeira, cujos resultados indicaram que as chapas confeccionadas apresentaram boa estabilidade dimensional e resistência mecânica próxima ou superior àquelas já apresentadas por outros tipos de chapas de cimento e outros materiais, como fibra de coco, babaçu e bambu; utilização da tecnologia de densitometria de raio-X e ultrassom na análise da qualidade de briquetes, que constatou que a densidade interna não se distribui de forma homogênea, implicando a produção de briquetes com reduzida resistência mecânica e baixa estabilidade dimensional; estudo do comportamento da dureza Janka de algumas espécies de madeiras da Amazônia, que verificou a inexistência de correlação entre a dureza e as características anatômicas das madeiras, a não ser uma possível relação com a presença de óleo e tilos nas células. Os resultados das pesquisas realizadas poderão ser aplicados para melhorar o aproveitamento dos recursos florestais.

Em “Modelo de gestão pública reconhecido como de excelência por avaliação independente”, foram desenvolvidas diversas atividades, visando à implantação de um sistema de gestão da qualidade no LPF. Entre as atividades executadas, podemos mencionar a participação do responsável pelo Comitê da Qualidade no curso “Requisitos gerais para competências de laboratório de ensaio e calibração”, que proporcionou a aquisição de conhecimentos para a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade do LPF.

Ao longo do exercício, as dificuldades encontradas pelo LPF para execução de suas atividades se referem, principalmente, aos processos de compras e serviços. Essas dificuldades têm origem na difícil adaptação operacional das necessidades específicas de um centro de pesquisa à morosidade desses processos. Para agilizar a aquisição de materiais e as contratações de serviços, os processos foram iniciados nos dois primeiros trimestres. Mesmo assim, muitos materiais não foram adquiridos, tendo em vista a dificuldade em se obterem cotações de preços nas empresas. Inicialmente, os procedimentos administrativos definidos para padronizar os diversos fluxos processuais internos do SFB se constituíram em uma dificuldade, mas, com o passar do tempo e o estabelecimento das rotinas, as dificuldades foram superadas e os processos passaram a evoluir satisfatoriamente.

Além disso, uma das principais dificuldades encontradas para o atingimento dos objetivos traçados pelo SFB tem sido a redução do quadro de pessoal do LPF, em decorrência de aposentadorias. Embora sem sucesso, foram envidados esforços no sentido de aumentar o quadro dos pesquisadores do LPF, com o objetivo de reduzir os impactos de aposentadorias iminentes, que atingem cerca de 70% da

força de trabalho desse Centro. Como tentativa de suprir essas ausências, a administração tem feito ajustes no seu escopo de trabalho e realocações de pessoal.

A escassez de recursos destinados à aquisição de equipamentos tem sido outro empecilho ao cumprimento de importantes metas e ações. Para minimizar os impactos nos objetivos estratégicos delineados, o LPF tem realizado parcerias com outras instituições para utilizar seus equipamentos e viabilizar a execução das atividades previstas nos projetos de pesquisa.

Para cumprir seu plano de ação, no que se refere ao desenvolvimento das pesquisas previstas no planejamento estratégico, a ação “Pesquisa e Desenvolvimento Florestal” contou, em 2012, com a renovação do acordo de cooperação técnica com a Universidade de Brasília (UnB), o que possibilitou a retomada do desenvolvimento de projetos de pesquisa conjuntos e a capacitação e a orientação de alunos, técnicos e pesquisadores. Na mesma linha, o LPF implementou cotas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e contou também com a renovação do acordo de cooperação técnica entre o Serviço Florestal Brasileiro e o Centro Internacional de Pesquisa Agronômica e Desenvolvimento (Cirad) do governo francês. Essa cooperação técnica, coordenada no âmbito do SFB pelo Laboratório de Produtos Florestais, é centrada na valorização dos resíduos vegetais agroflorestais e vem fortalecendo as pesquisas do LPF na área de energia da biomassa. Ações como essas poderiam ser ampliadas e fortalecidas a partir do reconhecimento formal do LPF como instituição de pesquisa, em consequência da atribuição dessa competência ao SFB.

DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES DA INSTITUIÇÃO

Objetivos estratégicos:

- ✓ **implantar estrutura física adequada para o funcionamento da instituição;**
- ✓ **implantar quadro de pessoal permanente;**
- ✓ **normatizar processos administrativos;**
- ✓ **implantar execução eficiente das ações planejadas.**

No Serviço Florestal Brasileiro, a Gerência de Administração e Logística é responsável, entre outras, pelas atividades administrativas, tais como: aquisições de bens e contratações de serviços para a sede e Unidades Regionais (URs), execução das etapas da despesa pública, gestão documental, gestão do patrimônio e almoxarifado e gestão de pessoas.

Com vistas a implantar estrutura física adequada para o funcionamento da instituição, em 2012 foi finalizado o pregão para aquisição de mobiliários (estações de trabalho, mesas de reunião, cadeiras, armários, gaveteiros), aparelhos telefônicos, televisores, ferramentas e equipamentos para atender ao novo

laboratório de secagem, bem como demandas de outras áreas do Laboratório de Produtos Florestais (LPF), das Unidades Regionais e da sede do Serviço Florestal Brasileiro.

Na Unidade Regional Nordeste, localizada em Natal (RN), foi iniciado o processo de locação de nova sede, dado que seus servidores estavam lotados nas dependências do Ibama. Essa ação foi impulsionada, principalmente, pela necessidade de maior visibilidade institucional e de melhores instalações e condições de trabalho aos servidores. A aprovação, pela Ministra do MMA, da locação do imóvel escolhido se deu em meados de fevereiro de 2013.

Ainda, foram adquiridos novos aparelhos de ar-condicionado para a sede e URs, a fim de substituir alguns dos aparelhos antigos, reduzindo o nível de ruído e o consumo de energia, e equipar o novo laboratório de secagem do LPF. Foram adquiridos, também, equipamentos de informática, tais como computadores e servidores de rede. Todas essas aquisições foram feitas por meio de licitação, na modalidade pregão.

Verifica-se que houve fortalecimento na área de licitações e contratos por meio do incremento de servidores, que passou de quatro, em 2011, para sete em 2012. É importante salientar que essa equipe é, basicamente, formada por agentes administrativos (71% do total), cargo de nível médio, e apenas dois pregoeiros – um ocupante de cargo em comissão (DAS 101.1) sem vínculo e o outro, coordenador da área, é servidor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, requisitado ao Serviço Florestal Brasileiro desde 2007.

Em que pese esse incremento ocorrido no decorrer do ano, observa-se que grande parte da execução desses processos se deu no último trimestre do exercício de 2012. Esse fato sobrecarregou os servidores das áreas de licitações e contratos para a condução dos certames, bem como a área financeira, quando da emissão dos empenhos (primeira etapa da despesa pública). Dessa forma, faz-se mister que as áreas demandantes e a própria Gerência encaminhem as demandas e iniciem os processos no primeiro semestre de cada exercício.

Em relação à gestão de pessoas, observa-se que, apesar de o Serviço Florestal não possuir autonomia nessa área, a Gerência possui, em sua estrutura, dois servidores responsáveis pelo encaminhamento de documentação e demandas relativas a recursos humanos à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério do Meio Ambiente (CGGP/MMA), geração de relatórios, acompanhamento da avaliação de desempenho e outras atividades afins.

Além disso, estão sendo realizadas tratativas com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão visando à nomeação de 50 analistas ambientais, cargo de nível superior, do concurso para o MMA realizado em 2010. A chegada desses analistas se faz necessária para suprir a carência de pessoal detectada em várias gerências, substituir servidores temporários, cujos contratos serão prorrogados até no

máximo 2014, e possibilitar a realização de concurso próprio para complementar o quadro de pessoal da sede do Serviço Florestal e das Unidades Regionais.

Em relação ao objetivo estratégico “Normatizar processos administrativos”, compete à Gerência de Administração e Logística definir procedimentos administrativos internos e elaborar manuais de orientação das rotinas administrativas, bem como promover capacitação para os responsáveis a fim de atingir tal objetivo.

Em 2012 houve um importante avanço no que tange ao mapeamento dos processos: a elaboração dos fluxogramas de pregão e contratações diretas por meio de dispensa de licitação, com fulcro nos incisos I e II do art. 24 da Lei de Licitações, e inexigibilidade. A elaboração desses fluxogramas possibilitou a padronização e visualização de todas as etapas do processo, das áreas responsáveis, bem como da sequência das etapas e das principais peças que devem compor os autos.

Oficializou-se, no âmbito do órgão, a adoção dos modelos elaborados pela Advocacia-Geral da União para elaboração dos termos de referência, editais de licitação e contratos, permitindo processos padronizados, melhores instruídos e, conseqüentemente, mais facilidade para as análises jurídicas.

Destarte, apesar da elaboração dos manuais de gestão de documentação, patrimonial e fiscalização de contratos estar inserida no Planejamento Operacional Anual de 2013, as minutas desses manuais foram elaboradas ainda em 2012 e se encontram na Gerência para análise e cumprimento das metas estabelecidas para o primeiro semestre deste exercício.

Por fim, com a finalidade de alcançar o objetivo estratégico de implantar a execução eficiente das ações planejadas, destaca-se o monitoramento do Plano Operacional Anual (POA) pela Coordenação de Gestão Estratégica (Cogest). A Cogest, em consonância com as unidades finalísticas, analisa as atividades constantes inicialmente no POA para que, ao final do exercício financeiro, o SFB consiga implementar, no mínimo, 80% de suas ações planejadas.

2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações

Neste item serão apresentados os resultados alcançados em 2012 pelo Serviço Florestal Brasileiro, de acordo com as metas definidas no planejamento estratégico. É importante destacar que essas metas foram traçadas para o período de 2012-2015 e, portanto, os resultados descritos a seguir não correspondem à totalidade das metas.

As metas que se referem ao processo “silvicultura” não tiveram execução no exercício de referência.

Metas Estratégicas:

- ✓ **100% das florestas públicas cadastradas no CNFP;**
- ✓ **6 milhões de hectares de florestas públicas destinadas para produção florestal.**

O Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) está plenamente disponibilizado à sociedade. Foram implementados sistemas que garantem a disponibilização de dados por meio da internet e que se comunicam com o banco de dados espaciais do estado do Pará e do Ibama, possibilitando a esses órgãos obter as informações atualizadas do CNFP.

As unidades regionais do SFB foram equipadas para processar dados obtidos em campo e do Banco de Dados Corporativo do órgão. Além disso, qualquer cidadão pode obter os dados do CNFP pelo *site* do SFB, onde existem vários serviços de mapas interativos, bem como os dados em padrão Open GIS Consortium (OGC), para usuários avançados de geoprocessamento. Esses sistemas aumentam a velocidade de comunicação das informações georreferenciadas entre os órgãos federais, estaduais e dentro do próprio Serviço Florestal e, conseqüentemente, facilitam os processos de planejamento de outorga e posterior execução das concessões florestais.

Em 2012, o CNFP teve acréscimo de cerca de 10 milhões de hectares de florestas públicas, o que representou o incremento de aproximadamente 3,6% em relação ao ano de 2011. Entre os anos de 2007 e 2012, foram cadastrados aproximadamente 308 milhões hectares de florestas públicas no Brasil, equivalente a cerca de 35% do território brasileiro e a aproximadamente 62% das florestas brasileiras.

Por fim, foram indicadas três áreas de florestas públicas federais sem destinação para afetação ao Serviço Florestal Brasileiro, para desenvolvimento florestal sustentável, em tramitação no MMA e SPU.

Meta Estratégica:

- ✓ **2 milhões de hectares de florestas públicas federais sob concessão.**

Em 2012, o Serviço Florestal Brasileiro deu continuidade ao processo de estruturação das concessões florestais no Brasil. Nesse sentido, foi realizada ampla reformulação dos procedimentos e das metodologias de modelagem dos editais de concessão florestal. As mudanças promovidas procuraram adaptar, para a realidade das concessões florestais, os avanços e os aprendizados acumulados pelas agências reguladoras nos últimos dez anos.

Com base nessa nova modelagem, foram lançados dois editais de concessão florestal, abrangendo cinco Unidades de Manejo Florestal, que totalizaram 197.763 hectares de florestas públicas. Os certames

licitatórios alcançaram o objetivo de atrair empresas florestais para a concorrência. A Tabela 1 apresenta um resumo dos processos licitatórios lançados em 2012.

Tabela 1. Resumo dos processos licitatórios para concessão florestal lançados em 2012.

Editais de concessão florestal	UF	Área licitada	UMFs	Propostas	Estágio do certame
Flona de Jacundá	RO	111.457,00	3	11	Análise de recurso pelo TCU.
Flona de Saracá-Taquera, Lote Sul	PA	86.306,00	2	8	Análise de recursos.

Em 2012, também foi lançado o pré-edital de concessão florestal para a Floresta Nacional do Amana/PA. Esse pré-edital representou um relançamento dessa área, uma vez que o edital 01/2011, da mesma floresta, não obteve nenhum concorrente que cumprisse com todos os requisitos necessários para a assinatura dos contratos. O pré-edital lançado em 2012 foi objeto de um processo de audiências públicas, realizadas nos municípios de Itaituba/PA, 31/1/2012, e Jacareacanga/PA, 2/2/2012.

Assim, ainda durante o exercício de 2012, foi iniciada a elaboração de mais três editais de concessão florestal, para as Florestas Nacionais do Amana, de Altamira e do Crepori, cuja previsão de lançamento é no primeiro semestre de 2013, perfazendo 1.107.542 hectares.

Portanto, em 2012, foram lançados dois editais de concessão florestal, totalizando 197.763 hectares. Apesar dos editais lançados em 2012, a área total sob concessão permaneceu em 145.217 ha., bem aquém da meta anual de 700.000 hectares.

O não alcance da meta ocorreu em função dos recursos impetrados nas licitações de Jacundá e Saracá-Taquera e da avaliação do Serviço Florestal Brasileiro de que era necessária uma revisão em aspectos e dispositivos editalícios e contratuais, o que levou ao atraso na finalização dos editais das Flonas do Amana, Crepori e Altamira, que totalizam 1.107.542 hectares.

Além disso, foi dada continuidade à gestão dos contratos de concessão que estão em execução, com a atividade produtiva em andamento. Os quatro contratos em produção arrecadaram, em 2012, R\$ 402.719,59, para uma produção de 24.125,28 m³, conforme é apresentado na Tabela 2.

Tabela 2. Produção florestal e arrecadação dos contratos de concessão florestal em 2012.

Concessionários	Volume explorado em 2012 (em m³)	Valor arrecadado em 2012 (em R\$)
Madeflona	9.602,17	159.032,79
Amata	14.026,77	166.996,52
Ebata	496,34	75.979,68
Golf	0	710,60
TOTAL	24.125,28	402.719,59

Metas Estratégica:

- ✓ **100% dos contratos de concessão monitorados.**

Ao todo, foram realizadas dez visitas de campo durante o ano de 2012, visando ao monitoramento de 100% dos contratos de concessão vigentes. O Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007, em seu art. 52, enumera uma série de aspectos socioambientais que devem fazer parte do sistema de monitoramento das concessões florestais. Um resumo das ações realizadas durante o monitoramento está apresentado no Quadro 6.

Quadro 6. Resumo do monitoramento socioambiental dos contratos de concessão florestal da Flona do Jamari.

Aspectos do monitoramento	Método/ferramentas	Ações realizadas em 2012	Avaliação
Implementação dos POAs	Visitas de campo para acompanhar a implementação dos POAs.	Dez visitas de acompanhamento.	Os indicadores foram cumpridos.
	Auditorias externas.	Aguardando a acreditação de organismos pelo Inmetro.	Não há.
Proteção de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção	Implantação de medidas de avaliação e acompanhamento das populações de grupos de fauna.	Monitoramento da fauna.	Constatação de que mamíferos de pequeno e grande porte sofreram poucas mudanças na sua população.
	Medidas de vigilância e proteção contra a caça.	Manutenção da guarda patrimonial armada e motorizada.	Não houve registro de invasão de caçadores.
Proteção dos corpos d'água	Planejamento adequado da rede viária.		POAs incorporaram conceitos de proteção dos corpos d'água em seu planejamento viário.
	Uso de técnicas adequadas de construção de estradas, pontes e bueiros.	Avaliação das estradas, pontes e bueiros durante as visitas de campo.	Identificação de drenagens ineficientes em pátios de estocagem e deposição de galhos e outros materiais debaixo das pontes, que foram comunicadas aos concessionários.
Proteção da floresta contra incêndios, desmatamentos e explorações ilegais e outras ameaças à integridade das florestas públicas		Manutenção da guarda patrimonial armada e motorizada.	Identificou-se um novo ponto de extração ilegal de madeira (fora das UMFs), que está sendo monitorado pelo ICMBio.
	Medidas de vigilância e proteção contra invasões e atividades florestais e minerais ilegais.	Exigência de os concessionários estabelecerem seus serviços de vigilância.	O concessionário registrou e encaminhou ao SFB e ao ICMBio relato da exploração ilegal de madeira nos lotes localizados próximo à divisa da UMF III e dentro da UMF III, próximo à área da Mineradora Metalmig.
Aspectos do monitoramento	Método/ferramentas	Ações realizadas em 2012	Avaliação

Dinâmica de desenvolvimento floresta	Implantação de parcelas permanentes de inventário florestal contínuo.	Não há.	Não há.
Condições de trabalho	Análise de campo e verificação documental.	Avaliação das condições de segurança, alimentação e alojamento durante as visitas de campo.	As condições de alimentação, alojamento, transporte e segurança são compatíveis com as normas legais vigentes.
Existência de conflitos socioambientais	Sistema de vigilância.	Verificação de uma situação de uso conflitante de garimpeiros dentro da Flona.	O concessionário identificou na comunidade do entorno o grupo envolvido na atividade de garimpo ilegal dentro da UMF III, informando a este sobre a proibição da atividade dentro da área de concessão florestal, além da realização de campanhas educativas.
	Criação de canal de diálogo e participação da comunidade local.	Verificação em vistoria de campo.	Não há.
Qualidade da indústria de beneficiamento primário	Introdução de indicador classificatório relativo à agregação de valor.	Não há.	Não há.
	Inclusão da indústria no controle da cadeia de custódia.	Controle da cadeia de custódia na indústria por meio do Sistema de Cadeia de Custódia e vistorias de campo.	Verificou-se o cumprimento por meio de vistorias de campo

Meta Estratégica:

✓ 5.000 famílias beneficiadas pelo manejo sustentável de suas florestas até 2015.

Em relação à promoção do manejo florestal comunitário e familiar, para o ano de 2012, o SFB previu o atendimento de 1.000 famílias, por meio de ações de assistência técnica e capacitação. No entanto, devido às parcerias realizadas e à ampliação dos gastos previstos, foi possível beneficiar 1.648 famílias diretamente. Assim, houve uma superação de 64,8% em relação à meta inicialmente prevista.

As ações executadas são pré-requisitos para promover a ampliação da área sob manejo florestal comunitário na Amazônia e na Caatinga. Ao permitir o desenvolvimento de capacidades locais para o manejo sustentável e a assessoria direta para o desenvolvimento organizacional, produtivo e comercial dos empreendimentos comunitários, as atividades contribuem diretamente para o fortalecimento de atividades econômicas de base florestal, com inclusão e aumento de renda.

Meta Estratégica:

- ✓ **Consolidação do Sistema Nacional de Informações Florestais (Snif) como um instrumento de planejamento e transparência da gestão pública florestal.**

Em 2012, os dados do Snif foram atualizados e serviram de base para a produção de mais uma versão do livro “Florestas do Brasil em resumo” e para o Relatório Nacional para a 10ª Seção do Fórum das Nações Unidas para Florestas.

Também foram realizadas a manutenção corretiva do Portal Nacional de Gestão Florestal, a integração ao sistema DOF do Ibama e a capacitação dos estados das regiões Sudeste e Centro-Oeste, de maneira que, em 2013, os órgãos do Sisnama dessas regiões estejam aptos a complementar e atualizar as informações no PNGF para a produção de estatísticas sobre a gestão florestal do país. Espera-se que, em 2013, o Snif se consolide como um instrumento de planejamento e transparência da gestão pública florestal, por meio de investimentos em tecnologia da informação e construção de parcerias institucionais.

Meta Estratégica:

- ✓ **Primeiro ciclo do IFN concluído.**

Com o objetivo de implementar e concluir o primeiro ciclo do Inventário Florestal Nacional, em 2012, foram consolidadas as parcerias com os governos dos estados do Paraná, do Rio Grande do Sul, do Ceará, de Sergipe e do Rio de Janeiro e também as parcerias com as seguintes instituições: Museu Botânico Municipal de Curitiba, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Embrapa – Florestas.

Foram formalizados contratos para execução das seguintes atividades com os governos estaduais:

- a) levantamento dos dados de campo do IFN no estado do Paraná;
- b) levantamento dos dados de campo do IFN no estado do Rio Grande do Sul;
- c) identificação botânica de espécies vegetais do estado do Paraná.

O processo de elaboração dos termos de referência e a efetivação dos contratos foram fundamentais para a consolidação dos requisitos solicitados pelo Serviço Florestal Brasileiro e dos melhores procedimentos a serem adotados, tais como a audiência prévia para esclarecer dúvidas sobre o edital e sobre o levantamento de dados de campo com instituições/empresas interessadas.

Com base nessa experiência, foram elaborados documentos e estão em fase de negociação com os governos e instituições as seguintes atividades:

- a) Paraná: controle de qualidade dos dados coletados em campo do Inventário Florestal Nacional;
- b) Rio Grande do Sul: identificação botânica de espécies vegetais do estado e controle de qualidade dos dados coletados em campo do IFN-RS;
- c) Rio de Janeiro: levantamento dos dados de campo do IFN no estado, identificação botânica de espécies vegetais coletadas em campo e controle de qualidade dos dados coletados em campo;
- d) Ceará: levantamento dos dados de campo do IFN no estado, identificação botânica de espécies vegetais coletadas em campo e controle de qualidade dos dados coletados em campo;
- e) Sergipe: levantamento dos dados de campo do IFN no estado, identificação botânica de espécies vegetais coletadas em campo e controle de qualidade dos dados coletados em campo; e
- f) Rondônia: levantamento dos dados de campo do IFN no estado, identificação botânica de espécies vegetais coletadas em campo e controle de qualidade dos dados coletados em campo.

Outro resultado importante foi a implementação do Projeto GCP/BRA/079/GEF⁴ – Fortalecimento do Marco Nacional de Conhecimento e Informação para Subsidiar Políticas de Manejo Sustentável dos Recursos Florestais, financiado pelo *Global Environment Facility* (GEF) e com a FAO como agência implementadora. Além dele, foram aprovados o Plano de Investimentos do Brasil junto ao Forest Investment Program (FIP), que inclui recursos para realização do IFN em todo bioma Cerrado, e o projeto do IFN junto ao Fundo Amazônia, que prevê a realização do inventário no bioma Amazônia.

Metas Estratégicas:

- ✓ **60 projetos apoiados pelo FNDF; e**
- ✓ **3.000 pessoas capacitadas, entre produtores, técnicos e funcionários públicos, em atividades florestais sustentáveis.**

Em 2012, estavam em execução 21 projetos e foram selecionados outros 77, cuja implementação iniciou em 2013. Cabe destacar que os projetos apoiados pelo FNDF são iniciativas apresentadas no âmbito das chamadas públicas e têm características diferentes dos projetos apoiados no âmbito do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv). Os projetos do FNDF são pequenos projetos, com o objetivo exclusivo de apresentar a demanda do grupo social referente à determinada atividade florestal; portanto, não é apresentado orçamento ao FNDF. O conjunto das demandas da sociedade apresentados pauta a elaboração de Termos de Referência e, portanto, a licitação de serviços que serão ofertados.

⁴ Esse Projeto será detalhado no item 2 da Parte B deste Relatório.

Em 2012, foram lançadas 9 chamadas públicas, das quais 4 tratavam exclusivamente de capacitação e outras 5 contemplavam ações de capacitação. Assim, em 2012 foram selecionadas iniciativas que abrangerão aproximadamente 2.400 capacitações, que ocorrerão no exercício de 2013.

Ademais, foram capacitadas 401 pessoas, tendo sido priorizada a capacitação de gestores públicos no tema manejo florestal, assim como agentes de Ater e estudantes de nível técnico, de modo a complementar a sua formação profissional básica. Essa priorização permitiu contribuir para internalização do tema florestal nas instituições que possuem atribuições e atuação na cadeia de valor do setor e competências significativas para a melhoria do cenário do manejo florestal no país.

O FNDF ainda ampliou sua escala de atuação por meio de operação conjunta com Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), na qual o FNMC disponibilizou R\$ 7,4 milhões de acordo com o Termo de Cooperação Técnica nº 01/2012. Esses recursos foram utilizados na contratação de projetos de apoio ao manejo florestal da Caatinga, para suprir a demanda energética em biomassa de polos industriais importantes da região.

Dessa forma, o objetivo estratégico de operar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal foi atingido, contribuindo para o desenvolvimento setorial florestal e, conseqüentemente, para o interesse público de promover a conservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas por meio do uso sustentável das florestas. Além disso, embora a meta de capacitar 3.000 pessoas não tenha sido atingida no exercício 2012, foram realizadas contratações para seu efetivo atendimento em 2013 por meio das nove chamadas públicas do FNDF.

Metas Estratégicas:

- ✓ **89 pesquisas realizadas;**
- ✓ **rede de pesquisa em manejo florestal sustentável implantada.**

Durante o ano de 2012, foram executados 20 projetos de pesquisa de forma contínua. Desse total, estava prevista a conclusão de quatro projetos de pesquisa, devendo a execução dos outros 16 ter continuidade em 2013 e 2014. Alguns dos projetos que se encontram em andamento enfrentaram problemas referentes à contratação de serviços, à aquisição de materiais e equipamentos e ao afastamento, por motivos de saúde, do pesquisador responsável pelo projeto. Esses projetos tiveram seus cronogramas de atividades reprogramados e terão sua execução continuada em 2013.

Os resultados obtidos nos quatro projetos concluídos serão divulgados em revistas científicas e tecnológicas, de modo a serem disponibilizados a empresas e instituições que poderão utilizá-los e aplicá-los, contribuindo para que o LPF atinja seu objetivo estratégico de melhorar o aproveitamento dos recursos florestais.

Metas Estratégicas:

- ✓ **100% dos processos administrativos normatizados;**
- ✓ **ingresso de 250 servidores públicos efetivos;**
- ✓ **SFB instalado em sede própria;**
- ✓ **80% das ações planejadas implementadas.**

A Gerência de Administração e Logística é responsável pelo funcionamento do órgão. Para tanto, realiza licitações e contratações diretas para aquisição de bens e contratação de serviços. Ademais, a Gerência também é responsável pelo almoxarifado e patrimônio, gestão documental e execução financeira.

As metas da Gerência em 2012 baseiam-se na condução das contratações de serviços e aquisições de materiais necessários para o funcionamento do Serviço Florestal e de suas Unidades Regionais, bem como na normatização dos processos administrativos.

Em relação à meta “100% dos processos administrativos normatizados”, que se coaduna com o objetivo estratégico “Normatizar processos administrativos”, a Gerência realizou a elaboração de manuais de gestão documentação, gestão de almoxarifado e patrimônio e fiscalização de contratos. Contudo, as revisões e impressões ainda não foram feitas, tendo em vista que essas ações foram inseridas no Planejamento Operacional Anual de 2013. Ressalta-se que as minutas desses manuais se encontram na Gerência para análise e cumprimento das metas estabelecidas para o primeiro semestre deste exercício. Ainda em 2012, visando ao cumprimento da meta “100% dos processos administrativos normatizados”, foram elaborados três fluxogramas para mapeamento dos processos, quais sejam: (i) pregão; (ii) dispensa de licitação, com fulcro nos incisos I e II do art. 24 da Lei de Licitações; e (iii) inexigibilidade.

Esses fluxogramas foram aprovados pelo Conselho Diretor e são utilizados como referência para as gerências e diretorias do órgão no que tange à instrução processual para contratações e compras por meio de licitação na modalidade de pregão e contratação direta por meio de dispensa e inexigibilidade.

A elaboração dos fluxogramas trouxe algumas vantagens na condução dos processos. As principais delas são a celeridade e a adequada instrução processual. Isso se dá porque os servidores envolvidos no processo, ao praticarem o ato administrativo, têm clareza dos seguintes pontos: (i) a área para a qual o processo deverá ser encaminhado; (ii) qual será a próxima etapa do processo a ser cumprida; e (iii) qual peça deverá compor os autos naquele momento. Assim, conclui-se que a padronização dos procedimentos por meio dos fluxogramas torna a gestão dos processos mais eficiente.

Em relação à meta estratégica que trata do ingresso de 250 servidores públicos efetivos, estão sendo realizadas tratativas com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando à nomeação

de 50 analistas ambientais, cargo de nível superior, do concurso para o MMA realizado em 2010. A previsão da chegada desses analistas é para o primeiro semestre de 2013.

Além disso, destaca-se que o Serviço Florestal Brasileiro atualmente está localizado dentro da sede do Ibama, no Setor de Clubes Norte, em Brasília/DF. Portanto, uma das metas do SFB é a sua instalação em sede própria. Sobre esse assunto, em 2012 tratou-se com o MMA sobre a mudança do SFB da sede do Ibama, e a previsão para a mudança do órgão é também para o primeiro semestre de 2013.

Em relação à meta de 80% das ações planejadas implementadas no âmbito do SFB, a Coordenação de Gestão Estratégica (Cogest) realiza o trabalho de monitorar o Plano Operacional Anual (POA) do exercício com uma periodicidade trimestral. A Cogest, em consonância com as unidades finalísticas, analisa nesse período as atividades constantes inicialmente do POA, para que, ao final do exercício financeiro, o SFB consiga implementar no mínimo 80% de suas ações planejadas.

2.4 Indicadores

O Serviço Florestal Brasileiro ainda não desenvolveu seus indicadores institucionais. Os indicadores estão sendo elaborados e discutidos.

3. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

Em reunião realizada entre representantes dos órgãos do Ministério do Meio Ambiente e representante da Controladoria-Geral da União, decidiu-se que este item será apresentado somente no Relatório da Secretaria Executiva (Secex) do MMA.

4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1 Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações sobre Programas Temáticos

O Serviço Florestal Brasileiro executa ações do Programa 2036 – Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios. O órgão responsável pelo Programa é o Ministério do Meio Ambiente e o SFB é responsável pelo preenchimento no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do objetivo 0469 (no qual não possui metas específicas⁵) e por metas de três objetivos: 0228, 0471 e 0472.

⁵ As metas do objetivo 0469 são de responsabilidade do MMA, do ICMBio, do Ibama, do MDA e do Inbra. O SFB divide a responsabilidade de execução de apenas uma meta – elaborar e implementar quatro Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFCs).

Neste Relatório serão detalhadas as informações sobre os objetivos, as iniciativas e as ações sob responsabilidade do SFB, na medida de suas atribuições, pois nem todas as metas ou ações contidas em cada objetivo são de sua competência.

Destaca-se que, diante do novo modelo do PPA, não é possível, para o Serviço Florestal Brasileiro, apresentar a execução orçamentária e financeira por programa, objetivos, metas e iniciativas, mas apenas nas ações orçamentárias implementadas sob sua competência.

Quadro 7. Programa 2036 – Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios (referente ao quadro A.4.1).

Identificação do Programa de Governo		
Código Programa	2036	
Título	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios	
Órgão Responsável	Ministério do Meio Ambiente (MMA).	
Objetivos Relacionados ao Programa		
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável pelo Gerenciamento
0228	Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e dos instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).	Ministério do Meio Ambiente (possui metas e iniciativas relacionadas a ações do SFB).
0469	Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e o uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.	Ministério do Meio Ambiente (possui metas e iniciativas relacionadas a ações do SFB).
0471	Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.	Ministério do Meio Ambiente (possui metas e iniciativas relacionadas a ações do SFB).
0472	Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.	Ministério do Meio Ambiente (possui metas e iniciativas relacionadas a ações do SFB).

4.1.2 Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos.

Neste item, serão apresentados os objetivos e as metas implementados pelo SFB, dentro do Programa 2036. Destaca-se que as informações relativas à execução orçamentária e financeira das metas não serão apresentadas, uma vez que o novo modelo do PPA 2012-2015 não traz esse tipo de agregação de dados nas metas e objetivos.

Objetivo 0471– Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.

Quadro 8. Objetivo 0471 (referente ao quadro A.4.2).

Identificação do Objetivo				
Código	0471			
Descrição	Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.			
Programa	2036			
Órgão Responsável	Ministério do Meio Ambiente			
Metas do Exercício				
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física	
			Prevista até o final do PPA (2015)	Realizada
-	Conceder 3.000.000 hectares de florestas públicas no bioma Amazônia.	hectares	3.000.000	146.000

As concessões florestais no Brasil estão em fase de estruturação e ampliação de escala. Em resumo, o estágio de implementação é o seguinte:

- ✓ 5 contratos de concessão florestal em operação, totalizando 146.000 hectares;
- ✓ 5 contratos de concessão florestal em licitação, que somam 190.000 hectares;
- ✓ 3 editais de concessão florestal, em 12 novas Unidades de Manejo Florestal, em fase final de elaboração, que totalizarão 1.150.000 hectares de florestas concedidas.

Objetivo 0472 – Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.

Quadro 9. Objetivo 0472 (referente ao quadro A.4.2).

Identificação do Objetivo				
Código	0472			
Descrição	Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.			
Programa	2036			
Órgão Responsável	Ministério do Meio Ambiente			
Metas do Exercício				
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física	
			Prevista até o final do PPA (2015)	Realizada
1	Ampliar a área de florestas plantadas em 6 milhões de hectares.	hectares	6.000.000	0
2	Ampliar em 600 mil hectares as florestas plantadas com espécies nativas.	hectares	600.000	0

As florestas brasileiras, distribuídas por seis biomas com características particulares, ocupam aproximadamente 516 milhões de hectares, cerca de 60% do território brasileiro, e desempenham importantes funções sociais, econômicas e ambientais.

Em 2012, foi sancionada a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, alterada pela Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e revoga a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que instituía o Código Florestal brasileiro. Essa nova Lei Florestal traz disposições legais que buscam conciliar produção florestal, produção agrícola, proteção ambiental e sustentabilidade em um quadro social inclusivo.

Em 2013, o governo federal estará empenhado em apresentar novas propostas de regulamentação da Lei nº 12.651/2012 e em coordenar programas e projetos para implementação da nova Lei Florestal. Já o desenvolvimento de alternativas sustentáveis de uso das florestas públicas federais por meio de concessões florestais faz parte do conjunto de ações para a redução das desigualdades regionais e do desmatamento, para o ordenamento da ocupação do território amazônico e para a geração de um ambiente de legalidade do uso das florestas.

Meta 1

O reflorestamento com espécies de valor comercial em áreas desmatadas é também uma forma tanto de gerar renda ao produtor rural brasileiro quanto de combater a desertificação nas regiões semiáridas. Para esse fim, produtores e extensionistas devem ser capacitados para garantir maior produtividade e sustentabilidade ao seu negócio.

O Serviço Florestal Brasileiro, atento a esse desafio, ofertou assistência técnica florestal e para a gestão de empreendimentos nos biomas Amazônia e Caatinga para cerca de 3.000 famílias. O Nordeste, em especial, tem 30% de sua matriz energética à base da lenha e do carvão. O governo, com a contribuição relevante do Serviço Florestal Brasileiro, tem convergido esforços para incentivar a oferta sustentável de lenha e o aumento da eficiência energética dos fornos das indústrias, possibilitando vislumbrar um horizonte de inserção econômica do produtor do Semiárido, sustentabilidade de polos industriais relevantes e mitigação da desertificação em regiões críticas.

Meta 2

Apesar de possuímos mais de 60% do território coberto por florestas, ainda pouco conhecemos dessa riqueza. Precisamos, portanto, conhecer nossas florestas por dentro, a sua qualidade, o seu potencial. Não podemos ser conhecidos apenas pelo que “perdemos de florestas”. Dessa forma, depois de mais de quarenta anos da primeira iniciativa, estamos implantando o Inventário Florestal Nacional do

Brasil (IFN-BR). Com a implementação do IFN-BR, serão geradas informações periódicas sobre as florestas naturais e plantadas, sua composição, diversidade, extensão, dinâmica e estoques de madeira, biomassa e carbono. O Brasil, finalmente, conhecerá sua riqueza florestal. Com isso, produzirá políticas mais eficazes de como melhor usá-la e conservá-la, incluindo uso de espécies nativas para produção.

Objetivo 0228 – Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)

Quadro 10. Objetivo 0228 (referente ao quadro A.4.2).

Identificação do Objetivo				
Código	0228			
Descrição	Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e dos instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).			
Programa	2036			
Órgão Responsável	Ministério do Meio Ambiente			
Metas do Exercício				
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física	
			Prevista até o final do PPA (2015)	Realizada
1	Apoiar, por instrumentos de fomento florestal, 400 atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável.	unidade	400	77
2	Implementar o Inventário Florestal Nacional em 27 unidades da Federação.	unidade	27	2

O ano de 2012 foi marcado pelas discussões em torno da publicação do novo Código Florestal (Lei nº12.651, de 25/5/2012). Dessa forma, a articulação com o Sisnama, na temática gestão florestal, ficou pendente do ponto de vista técnico e jurídico.

No que diz respeito ao fomento da gestão florestal, em 2012 foram lançadas 9 chamadas públicas de projetos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), com foco em assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal comunitário, familiar e de uso múltiplo, na promoção do uso sustentável de recursos florestais, no fortalecimento do manejo comunitário na Caatinga, inclusive em polos industriais, e em atividades florestais sustentáveis na Amazônia.

Outro instrumento de fomento aprimorado diz respeito ao Fundo Estratégico Clima, que contempla o Programa de Investimento Florestal (FIP), com foco no bioma Cerrado.

Em relação à geração e disponibilização de informações florestais, o Inventário Florestal Nacional do Brasil (IFN-BR) vem-se consolidando como um importante instrumento de monitoramento da qualidade das florestas brasileiras. O IFN-BR consiste na coleta sistemática de dados biofísicos e

socioambientais de campo a cada cinco anos, em todo território nacional. Com a implementação do IFN-BR serão geradas informações periódicas sobre as florestas naturais e plantadas, sua composição, diversidade, extensão, dinâmica e estoques de madeira, biomassa e carbono. Em 2012, foram iniciados os trabalhos do IFN no Ceará, Sergipe, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e concluídos os trabalhos do IFN em Santa Catarina e Distrito Federal. Para o ano de 2013, serão iniciadas as atividades do IFN nos estados da Amazônia e do Cerrado.

Meta 1

A estratégia para alcance da meta perpassa pelo lançamento de chamamentos públicos. Em 2012 foram lançadas 9 chamadas públicas de projetos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF).

Meta 2

O IFN vem sendo coordenado pelo Serviço Florestal Brasileiro por meio de parcerias com os governos estaduais. Em 2012, foram iniciados os trabalhos do IFN no Ceará, Sergipe, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e concluídos os trabalhos em Santa Catarina e Distrito Federal. Para o ano de 2013, serão iniciadas as atividades do IFN nos estados da Amazônia e do Cerrado.

4.1.3 Informações sobre iniciativas vinculadas a Programa Temáticos de Responsabilidade do SFB

Este item do Relatório apresenta as iniciativas do PPA nas quais o Serviço Florestal Brasileiro possui ações vinculadas. É importante destacar que as iniciativas não possuem metas e execução nem física nem financeira. Os resultados das iniciativas são expressos na execução das ações, que serão detalhadas no item 4.1.4.

Iniciativa 01J9 – Planejamento, gestão e monitoramento das concessões florestais.

Quadro 11. Iniciativa 01J9 (referente ao Quadro A.4.3).

Identificação da Iniciativa	
Código	01J9
Descrição	Planejamento, gestão e monitoramento das concessões florestais.
Objetivo	0471 – Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Meio Ambiente.
Ações Orçamentárias associadas à Iniciativa	
Código	Descrição
10.44102.18.541.2036.20MI	Monitoramento das Concessões Florestais.
10.44102.18.541.2036.20WC	Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais.
10.44102.18.541.2036.2D12	Planejamento e Gestão das Concessões Florestais.

Iniciativa 01JF – Desenvolvimento da silvicultura com espécies nativas e de sistemas agroflorestais.

Quadro 12. Iniciativa 01JF (referente ao Quadro A.4.3).

Identificação da Iniciativa	
Código	01JF
Descrição	Desenvolvimento da silvicultura com espécies nativas e de sistemas agroflorestais.
Objetivo	0472 – Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Meio Ambiente.
Ações Orçamentárias associadas à Iniciativa	
Código	Descrição
10.44102.18.573.2036.20A7	Desenvolvimento da Silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais.

Iniciativa 00OX – Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis.

Quadro 13. Iniciativa 00OX (referente ao Quadro A.4.3).

Identificação da Iniciativa	
Código	00OX
Descrição	Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis.
Objetivo	0228 – Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e dos instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Meio Ambiente.
Ações Orçamentárias associadas à Iniciativa	
Código	Descrição
10.44102.18.128.2036.4950	Capacitação em Atividades Florestais.
10.44102.18.541.2036.8298	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Florestal Sustentável.
10.44102.18.571.2036.6035	Pesquisa e Desenvolvimento Florestal.
10.44102.18.573.2036.20WB	Pesquisa e Informações Florestais.

Iniciativa 00P2 – Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional.

Quadro 14. Iniciativa 00P2 (referente ao Quadro A.4.3).

Identificação da Iniciativa	
Código	00P2
Descrição	Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional
Objetivo	0228 – Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e dos instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Meio Ambiente.
Ações Orçamentárias associadas à Iniciativa	
Código	Descrição
10.44102.18.127.2036.8304	Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais.
10.44102.18.541.2036.10TC	Elaboração e Implantação do Inventário Florestal Nacional.
10.44102.18.541.2036.10TD	Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Informações Florestais.
10.44102.18.541.2036.20WD	Inventário Florestal Nacional.

Iniciativa 01IX – Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento.

Quadro 15. Iniciativa 00P2 (referente ao Quadro A.4.3).

Identificação da Iniciativa	
Código	01IX.
Descrição	Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento.
Objetivo	0469 – Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e o uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Meio Ambiente.
Ações Orçamentárias associadas à Iniciativa	
Código	Descrição
10.44102.18.541.2036.8300	Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar.
10.44102.18.541.2036.20WA	Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar.

4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Ação 20MI – Monitoramento das Concessões Florestais.

Quadro 16. Ação 20MI (referente ao quadro A.4.4).

Identificação da Ação						
Código	20MI.					
Descrição	Contribuir para os estudos que subsidiem a oferta de florestas públicas para concessões florestais. Definição de procedimentos, metodologia e ferramentas para o monitoramento dos compromissos legais e contratuais, incluindo a implementação de sistemas informatizados de controle da cadeia de custódia e rastreamento de veículos transportando a produção de madeira. Controle da produção de produtos não madeireiros e de prestação de serviços nas concessões florestais. Monitoramento de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção nas áreas de concessões florestais, dos corpos d'água, das medidas de proteção contra incêndios, desmatamentos, invasão e explorações ilegais e outras ameaças à sua integridade e à dinâmica de desenvolvimento das florestas públicas, bem como o cumprimento de outras normas ambientais e trabalhistas, tomando as providências cabíveis para sua regularização, com o apoio dos órgãos pertinentes do poder público. Monitoramento remoto da integridade de áreas de florestas públicas integrando ações com órgão de fiscalização. Monitoramento dos impactos sociais, ambientais, econômicos gerados pelas concessões florestais e divulgação dos resultados por meio do Relatório Anual de Monitoramento das Concessões Florestais, garantindo a transparência, o diálogo e o acesso às informações. Coordenar, em cooperação com o Inmetro, a condução do processo de Auditorias Florestais Independentes (AFIs), incluindo a definição dos Requisitos de Avaliação da Conformidade (RAC), promoção da acreditação de Organismos de Auditoria Florestal (OAFs) e a realização, em um prazo não superior a cada três anos, das AFIs nas áreas de concessões florestais.					
Iniciativa	01J9 – Planejamento, gestão e monitoramento das concessões florestais.					
Unidade Responsável	Serviço Florestal Brasileiro (SFB).					
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB)					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	0,00	R\$ 427.063,54

1.400.000,00	1.400.000,00	555.194,58	427.063,54		128.131,04	
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Área Monitorada.	hectare	100.000	145.218	R\$ 780.050	R\$ 427.063,54

A meta física foi atingida no ano de 2012, pois todos os contratos de concessão florestal foram monitorados no que se refere ao cumprimento das suas cláusulas contratuais. No entanto, aspectos do monitoramento das concessões necessitam ser mais bem desenvolvidos. Por exemplo, a auditoria florestal independente carece de entidades acreditadas perante o Inmetro. O monitoramento dos impactos das concessões florestais depende do desenvolvimento de um sistema próprio e o monitoramento do impacto da exploração florestal carece do aprimoramento da metodologia de avaliação utilizando imagens de satélite.

Para o futuro, espera-se um aumento significativo no número de contratos de concessão a serem monitorados, o que vai demandar melhor estrutura de pessoal, mais recursos financeiros e procedimentos mais bem definidos, como o aperfeiçoamento de sistemas eletrônicos.

Ação 2D12– Planejamento e Gestão das Concessões Florestais

Quadro 17. Ação 2D12 (referente ao Quadro A.4.4).

Identificação da Ação						
Código	2D12.					
Descrição	Implementação das ações relativas à gestão florestal e concessões das florestas públicas da União. Coordenar a elaboração dos estudos ambientais preliminares para fins de licenciamento ambiental prévio e desenvolver estudos que subsidiem a oferta de florestas públicas para concessão florestal, considerando a adequação de aspectos tecnológicos e de mercado, como preços de produtos florestais, logística de exploração e de transporte no estabelecimento dos preços florestais. Definição das normas e dos parâmetros contratuais e das obrigações das partes. Produção e divulgação do Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas, garantindo a transparência, o diálogo e o acesso às informações.					
Iniciativa	01J9 – Planejamento, gestão e monitoramento das concessões florestais.					
Unidade Responsável	Serviço Florestal Brasileiro (SFB).					
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB)					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 7.000.000,00	R\$ 6.600.000,00	R\$ 4.544.262,81	R\$ 3.934.365,01	R\$ 0,00	R\$ 609.897,80	R\$ 3.934.365,01
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Área concedida	hectare	700.000	145.000	R\$ 5.650.000	R\$ 4.544.263

Esta ação engloba todas as atividades relacionadas ao processo de concessão florestal, desde a elaboração do Plano Anual de Outorga Florestal e dos editais de concessão até o monitoramento dos contratos assinados.

Inicialmente, destaca-se que, em julho de 2012, foi publicado o Plano Anual de Outorga Florestal, que selecionou as áreas passíveis de concessão florestal em 2013, tornando elegível para concessão 5,3 milhões de hectares de florestas públicas federais, distribuídos em doze Florestas Nacionais, e duas áreas destacadas de glebas não destinadas.

O cumprimento das metas foi compatível com o processo de avaliação e melhoria dos instrumentos editalícios e contratuais. Apesar do não alcance da meta, foram lançados dois editais de concessão florestal e elaborados três editais, que proporcionarão um aumento substantivo da área de florestas públicas em processo de concessão florestal em 2013.

Em dezembro de 2012, as licitações das concessões florestais nas Florestas Nacionais de Jacundá (RO) e de Saracá-Taquera – Lote Sul (PA) encontravam-se em andamento. Os processos licitatórios estão sujeitos a problemas administrativos e, por vezes, judiciais, associados a demandas de concorrentes e da sociedade em geral. Por essa razão, é sempre arriscado se determinar com exatidão a sua duração. O edital da Flona de Saracá-Taquera – Lote Sul sofreu atrasos dessa natureza e encontra-se em fase recursal.

Ação 20A7 – Desenvolvimento da Silvicultura com espécies florestais nativas e sistemas agroflorestais.

Quadro 18. Ação 20A7 (referente ao quadro A.4.4).

Identificação da Ação						
Código	20A7.					
Descrição	Promoção do fortalecimento e implantação de centros e unidades orientadas ao desenvolvimento e difusão tecnológica, à realização de pesquisas, ensaios de campo, treinamentos e atividades de difusão tecnológica, envolvendo publicação de materiais didáticos, programas radiofônicos, vídeos e outras mídias para a ampliação do conhecimento tecnológico silvicultural e a agregação de valores aos produtos e subprodutos da silvicultura com espécies nativas e sistemas agroflorestais.					
Iniciativa	01JF – Desenvolvimento da silvicultura com espécies nativas e de sistemas agroflorestais.					
Unidade Responsável	Serviço Florestal Brasileiro (SFB).					
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB)					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 1.361.875,00	R\$ 1.361.875,00	R\$ 8.047,62	R\$ 8.047,62	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.047,62
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Tecnologia difundida	unidade	1	1	R\$ 1.226.875	R\$ 8.048

Quase 90% do recurso previsto nesta ação é oriundo de doação internacional (fonte 195), ou seja, R\$ 1.211.875,00. Em virtude do atraso nas definições dos processos administrativos que envolvem estes recursos, o início da execução do recurso ficou comprometido. Contudo, por tratar-se de doação, os recursos serão utilizados em 2013, uma vez que tal dificuldade foi superada.

Ação 4950 – Capacitação em Atividades Florestais

Quadro 19. Ação 4950 (referente ao quadro A.4.4).

Identificação da Ação						
Código		4950.				
Descrição		<p>Promoção da adoção do Manejo Florestal como uma atividade econômica que compatibiliza a conservação e o uso sustentável dos recursos florestais com a geração de renda e de benefícios socioeconômicos para a sociedade. Depende, em grande medida, da geração e difusão de conhecimentos referentes às práticas a serem adotadas em campo.</p> <p>Considerando que a qualificação de técnicos e trabalhadores quanto às melhores práticas de manejo florestal, madeireiro e não madeireiro, é essencial para viabilizar a execução do manejo, a ação promove e articula, no âmbito federal, e em parcerias em outras entidades públicas e privadas, atividades de geração de conhecimentos, difusão e capacitação de técnicas adequadas para as atividades florestais. Essas parcerias priorizam as entidades de ensino e pesquisa, as entidades que realizam capacitação e qualificação profissionalizante de ensino formal e não formal, bem como as orientadas à difusão nos meios de comunicação da incorporação do componente florestal às atividades rurais.</p>				
Iniciativa		000X – Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis.				
Unidade Responsável		Serviço Florestal Brasileiro (SFB).				
Unidade Orçamentária		44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB)				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2.120.000,00	2.120.000,00	297.459,78	297.459,78	-	-	297.459,78
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Pessoa capacitada	unidade	340	521	R\$ 1.920.000	R\$ 297.460

A meta atingida foi superior à meta planejada. As capacitações realizadas tiveram um bom impacto em razão de seu uso estratégico pela instituição. Ao se priorizar como público das capacitações os gestores públicos – identificados como tomadores de decisão em suas instituições – e os agentes de assistência técnica e extensão rural, houve uma melhor relação custo e benefício. Isso ocorreu devido às características multiplicadoras desse público, com atuação direta e indireta junto a um público maior, e ao potencial de mobilização dos conhecimentos no interior de suas instituições, perante as comunidades e outros técnicos. Os cursos realizados também foram escolhidos e realizados em atendimento a demandas de instituições parceiras e atuaram como niveladores de conhecimento entre as instituições, visando inserir ou aperfeiçoar a agenda do manejo florestal nessas instituições.

Quanto à execução financeira, destaca-se que foram realizadas licitações para a realização de capacitações no final do exercício e foram firmados contratos no início de 2013. Desse modo, a execução financeira prevista em 2012 ocorrerá em 2013.

É importante ressaltar que, da dotação inicial prevista para esta ação, R\$ 1.570.000 refere-se ao valor do projeto KFW (fonte 195), que não foi executado em razão do atraso em processos administrativos.

Ação 6035 – Pesquisa e desenvolvimento florestal

Quadro 20. Ação 6035 (referente ao quadro A.4.4).

Identificação da Ação						
Código	6035.					
Descrição	Geração de conhecimentos, desenvolvimento e inovação de técnicas e tecnologias, para a implantação de sistemas de produção florestal sustentáveis e com ênfase no uso múltiplo das florestas naturais e plantadas. Agregação de valor aos produtos florestais madeireiros e não madeireiros, racionalizando a exploração e o processamento dos recursos florestais, aperfeiçoando as práticas de processamento associadas às indústrias de base florestal, valorizando as florestas, gerando renda e promovendo a inclusão social.					
Iniciativa	000X – Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis.					
Unidade Responsável	Serviço Florestal Brasileiro (SFB).					
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB).					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 1.827.500,00	R\$ 2.010.250,00	R\$ 214.339,51	R\$ 124.384,72	R\$ 0,00	R\$ 99.954,79	R\$ 124.384,72
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Pesquisa realizada	Unidade	20	4	R\$ 1.627.500	R\$ 214.340

A dotação final apresentada na “Execução Orçamentária e Financeira da Ação”, R\$ 2.010.250,00, refere-se ao valor do orçamento da fonte 100 para a Ação 6035 (R\$ 732.750,00), acrescido do valor na Fonte 195 (R\$ 1.277.500), referente ao Componente 5 do projeto “Gestão florestal para a produção sustentável na Amazônia”, financiado pelo banco alemão KFW. Em razão de questões operacionais, a execução desse projeto pelo SFB, que estava prevista para 2012, teve seu início adiado para 2013. Portanto, as metas do exercício para a ação dizem respeito à execução com recursos apenas da Fonte 100 da Ação 6035, com dotação final de R\$ 732.750,00. No entanto, o limite recebido por essa unidade não foi o total da dotação final, mas, sim, R\$ 380.000,00, limite disponibilizado após o contingenciamento.

Ao longo de 2012, os 20 projetos de P&D previstos nesta ação foram executados de forma simultânea e continuada em diversas proporções, conforme seus cronogramas de atividades, que têm a duração, em média, de 36 meses ou três anos. Desse total de 20 projetos, quatro foram concluídos em 2012 e 16 continuarão a ser desenvolvidos no ano de 2013, de acordo com o que foi planejado nos respectivos cronogramas de atividades de cada projeto. Para o ano de 2013, está prevista a conclusão de mais nove projetos do total de 16 e o início de 4 novos projetos. Ressaltamos que o fato de só terem sido concluídos 4 projetos em 2012 não significa que os 16 restantes se encontram em atraso. Alguns desses projetos finalizarão em 2013, outros em 2014 e outros até em 2015, de acordo com o planejamento feito com relação à execução das atividades de cada um desses projetos.

Paralelamente aos projetos de pesquisa, ainda dentro desta ação, o SFB realizou outras atividades objetivando aperfeiçoar o uso múltiplo dos recursos florestais, como a geração de produtos técnico-

científicos, a disseminação de informações e a transferência de tecnologias e a formação e a capacitação de estudantes profissionais via cooperações com universidades, como a UnB e a Universidade Federal do Oeste do Pará, entre outras.

Ao logo do exercício, os eventuais problemas para execução das atividades foram principalmente de caráter operacional, em relação ainda às adequações em curso após a reorganização institucional ocorrida no âmbito do MMA, com a incorporação do LPF pelo Serviço Florestal Brasileiro. Apesar de se apresentar em plena evolução, a integração institucional ainda apresentou percalços, principalmente no que se refere aos processos de compras e serviços. Essas dificuldades têm origem na difícil adaptação operacional das necessidades específicas de um centro de pesquisa à morosidade desses processos. Buscou-se junto às áreas administrativa e jurídica, outros mecanismos que pudessem ser utilizados de modo a agilizar os processos de compras, contratações de serviços etc., como, por exemplo, o estabelecimento de procedimentos administrativos de forma a padronizar os diversos fluxos processuais internos do SFB. Dessa maneira, o quadro aparenta evoluir satisfatoriamente e espera-se que as dificuldades venham a ser superadas no curto prazo.

Ação 8298 – Apoio a projetos de desenvolvimento florestal sustentável

Quadro 21. Ação 8298 (referente ao quadro A.4.4).

Identificação da Ação						
Código	8298.					
Descrição	Disponibilização de recursos provenientes da arrecadação com concessões florestais e recursos de outras fontes que venham a ser destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) para aplicação prioritária em projetos nas seguintes áreas: I – pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal; II – assistência técnica e extensão florestal; III – recuperação de áreas degradadas com espécies nativas; IV – aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais; V – controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos; VI – capacitação em manejo florestal e formação de agentes multiplicadores em atividades florestais; VII – educação ambiental; VIII – proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais.					
Iniciativa	000X – Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis.					
Unidade Responsável	Serviço Florestal Brasileiro (SFB).					
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB).					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 2.300.000,00	R\$ 2.300.000,00	R\$ 1.758.474,63	R\$ 89.488,63		R\$ 1.668.986,00	R\$ 89.488,63
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Iniciativa apoiada	unidade	12	15	R\$ 2.300.000	R\$ 1.758.474,63

A meta física atingida foi superior à meta planejada, não sendo necessária a execução orçamentária de toda dotação, uma vez que o processo licitatório de contratações permitiu uma redução

nas despesas inicialmente previstas. Os projetos estão sendo apoiados, colaborando para que o FNDF alcance seus objetivos, uma vez que eles são enquadrados dentro das linhas de apoio.

Ação 8304 – Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais

Quadro 22. Ação 8304 (referente ao quadro A.4.4).

Identificação da Ação						
Código	8304.					
Descrição	Consolidação das informações sobre as características florestais e fundiárias das florestas públicas em domínio da União, dos estados e dos municípios, delimitando suas áreas, registrando os imóveis e demarcando estas florestas.					
Iniciativa	00P2 – Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional.					
Unidade Responsável	Serviço Florestal Brasileiro (SFB).					
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB).					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 900.000,00	R\$ 900.000,00	R\$ 794.440,87	R\$ 759.064,87		R\$ 35.376,00	R\$ 759.064,87
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Floresta Cadastrada	hectare	10.000.000	10.818.801	R\$ 900.000,00	R\$ 794.440

As metas foram cumpridas e ocorreu a atualização anual do cadastro das florestas públicas, o que servirá de referencial técnico para as conseqüentes ações de planejamento e gestão das florestas públicas brasileiras.

No ano de 2012, o CNFP apresentou 308.085.367 ha de florestas públicas cadastradas, sendo 10.818.801 ha de novas florestas cadastradas. Desse total, 5.009.651 ha correspondem às Florestas Públicas Federais (2.825.070 ha são destinadas e 2.184.580 ha não destinadas) e 5.735.642 ha correspondem às Florestas Públicas Estaduais (2.982.988 ha destinadas e 2.752.654 ha sem destinação).

Ação 10TC – Elaboração e Implantação do Inventário Florestal Nacional.

Quadro 23. Ação 10TC (referente ao quadro A.4.4).

Identificação da Ação	
Código	10TC.
Descrição	Realização do mapeamento da cobertura florestal do país e amostragem para a qualificação das florestas, visando à produção de relatório quinquenal e disponibilização de acesso às informações sobre as florestas do Brasil pela sociedade, por meio da internet. A Ação permitirá a produção sistemática de indicadores sobre florestas, facilitando a sua gestão e demonstração da participação das florestas na economia do país, assim como subsidiando a elaboração de relatórios sobre o patrimônio florestal para atender a acordos e convenções internacionais sobre florestas dos quais o Brasil seja signatário, tais como a Avaliação Global dos Recursos Florestais, a Convenção de Mudanças Climáticas, a Convenção sobre Espécies Ameaçadas (Cites) e Convenção da Diversidade Biológica.
Iniciativa	00P2 – Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional.
Unidade Responsável	Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB).					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 1.050.000,00	R\$ 1.050.000,00	R\$ 797.538,20	R\$ 797.538,20	R\$ -	R\$ -	R\$ 797.538,20
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Inventário realizado.	%	10	10	R\$ 810.000	R\$ 797.538,20

A geração e disponibilização de informações florestais, por meio do Inventário Florestal Nacional do Brasil (IFN-BR), vem-se consolidando como um importante instrumento de monitoramento da qualidade das florestas brasileiras. O IFN-BR consiste na coleta sistemática de dados biofísicos e socioambientais de campo a cada cinco anos, em todo território nacional. Com a implementação do IFN-BR, serão geradas informações periódicas sobre as florestas naturais e plantadas, sua composição, diversidade, extensão, dinâmica e estoques de madeira, biomassa e carbono. Em 2012, foram iniciados os trabalhos do IFN no Ceará, Sergipe, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e concluídos os trabalhos do IFN em Santa Catarina e Distrito Federal. Para o ano de 2013, serão iniciadas as atividades do IFN nos estados da Amazônia e do Cerrado.

Ação 10TD- Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Informações Florestais.

Quadro 24. Ação 10TD (referente ao quadro A.4.4).

Identificação da Ação						
Código	10TD.					
Descrição	Consolidação do Sistema Nacional de Informações Florestais (Snif) visando a produzir, colecionar, organizar, armazenar, processar e disseminar dados, informações e conhecimentos sobre as florestas e o setor florestal, de modo a subsidiar projetos e políticas que conciliem o uso e a conservação das florestas do Brasil.					
Iniciativa	00P2 – Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional.					
Unidade Responsável	Serviço Florestal Brasileiro (SFB).					
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB).					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 895.500,00	R\$ 895.500,00	R\$ 700.982,32	R\$ 460.506,74	R\$ 0,00	R\$ 240.475,58	R\$ 460.506,74
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Sistema implantado	%	20	15	R\$ 750.000	R\$ 700.982

O Sistema Nacional de Informações Florestais (Snif), disponível no *site* do Serviço Florestal Brasileiro (www.florestal.gov.br/snif), é uma plataforma que concentra dados sobre as florestas e o setor florestal brasileiro para o uso da sociedade. Em 2012, seus dados foram atualizados e serviram de base

para a produção de mais uma versão do livro de bolso “Florestas do Brasil em Resumo” e para a elaboração do Relatório Nacional para a 10ª Seção do Fórum das Nações Unidas para Florestas.

Foi realizada também a manutenção corretiva do Portal Nacional da Gestão Florestal (PNGF), que é uma das bases de dados que compõem o Snif, além da capacitação dos estados da região Sudeste e Centro-Oeste e da integração com o sistema DOF do Ibama, de forma que, em 2013, os órgãos do Sisnama estivessem aptos a complementar e atualizar as informações no PNGF para a produção de estatísticas sobre a gestão florestal do país.

No ano de 2013, espera-se consolidar o Snif como um instrumento de planejamento e transparência da gestão pública florestal, por meio de investimentos em tecnologia da informação e construção de parcerias institucionais.

Ação 8300 – Apoio ao manejo florestal comunitário e familiar

Quadro 25. Ação 8300 – Apoio ao manejo florestal comunitário e familiar.

Identificação da Ação						
Código	8300.					
Descrição	Fomento à produção florestal comunitária. Promoção de capacitação, assistência técnica e extensão florestal para o manejo comunitário, para o processamento e agregação de valor à produção, bem como para sua comercialização. Diagnóstico e proposição de adaptações aos instrumentos econômicos associados ao uso e à conservação dos recursos florestais manejados por comunidades. Elaboração, execução e monitoramento das Ações propostas nos Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.					
Iniciativa	01IX – Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento.					
Unidade Responsável	Serviço Florestal Brasileiro (SFB).					
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB).					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação(em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial*	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 1.850.000,00	R\$ 1.850.000,00	R\$ 1.478.894,19	R\$ 149.554,09	R\$ 0,00	R\$ 1.329.340,10	R\$ 149.554,09
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Famílias beneficiadas	número	5.000	1648	R\$ 1.850.000	R\$ 1.478.894

Devido à dificuldade de obtenção dos dados relacionados a área efetivamente manejada por comunidades – por depender de informações estaduais e de outros órgãos –, a meta física foi alterada para "famílias beneficiadas", o que garante maior controle sobre os resultados das ações realizadas na atividade e consta como meta a ser atingida no PPA.

O SFB foi capaz de cumprir as metas físicas preestabelecidas, superando as inicialmente previstas, por ter obtido uma suplementação orçamentária e por ampliar parcerias com outros órgãos federais para a execução das ações.

Apesar do empenho financeiro acima do inicialmente previsto, observa-se que grande parte da execução ficou como restos a pagar. Isso ocorreu, pois a liberação dos recursos financeiros que não constavam da dotação inicial da gerência só ocorreu ao final do ano. Além disso, dificuldades de articulação para construção das propostas, o cuidado na elaboração de termos de referencia técnicos com qualidade e a escassez de pessoal fizeram com que os projetos somente ficassem prontos no segundo semestre. Esses fatores, juntos, fizeram com que as contratações ocorressem apenas em dezembro, não havendo tempo hábil para a execução e pagamento das atividades. Entretanto, 2013 já se inicia com ampliação dos produtores comunitários e familiares assistidos e sem interrupção de atividades em andamento.

4.1.5 Informações sobre programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro 26. Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente.

Identificação do Programa de Governo	
Código Programa	18.122.2124.2000.0001.
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente.
Órgão Responsável	44000 – Ministério do Meio Ambiente.

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.

Quadro 27. Ação 2000 (referente ao quadro A.4.6).

Identificação da Ação						
Código	2000.					
Descrição	Administração da Unidade.					
Unidade Responsável	Gerência de Administração e Logística – Geal (fonte 100) e Gerência de Planejamento (fonte 195).					
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.378.177	11.947.094	7.514.531	5.072.809	217	2.441.722	5.072.592
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	-	-	-	-	11.378.177	7.514.531

A ação “Administração da Unidade” é a ação responsável por gerir os recursos de dotação orçamentária para o funcionamento do Serviço Florestal Brasileiro e das Unidades Regionais, no tocante à estrutura e mobilidade administrativa.

Em relação à execução orçamentária e financeira da ação, observa-se que grande parte da ação foi composta pela dotação na Fonte 0195, doação, referente ao Projeto KfW – “Gestão Florestal para a

produção sustentável na Amazônia”, no valor de R\$ 3.979.818,00. Nessa fonte, não houve execução em 2012.

No que tange à Fonte 0100, a ação teve 94,31% de execução, considerando a dotação de R\$ 7.967.276. Ressalta-se que esse valor é a diferença entre a dotação final e a dotação do KfW.

A ação “Administração da Unidade” é oriunda da ação “Funcionamento do Serviço Florestal Brasileiro” e não há meta física por se tratar de ação administrativa.

Em função do Contrato de Gestão e Desempenho firmado entre o Serviço Florestal Brasileiro e o Ministério do Meio Ambiente, que confere maior autonomia ao órgão, foram realizadas contratações para atendimento da sede e das Unidades Regionais.

Na sede do Serviço Florestal, em Brasília, foram celebrados os seguintes contratos: serviços de impressão; serviço de copeiragem; serviço de limpeza; transporte de pessoal e motoboy; transporte interestadual de carga; empresa especializada para prestação de serviços de cotação de preços, reservas e emissão de bilhetes de passagens; serviços de manutenção predial; serviços de secretárias e técnicas em secretariado, telefonia móvel e fixa, internet e correio, serviço de publicação de matérias legais, entre outros.

Também foram feitas contratações de empresas para execução de serviços em todas as Unidades Regionais, quais sejam: fornecimento de combustível por meio do cartão, acesso à internet, serviço de oficina, suporte em Tecnologia da Informação e contratação de telefonia fixa.

Além disso, todos os materiais para o uso interno do Serviço Florestal foram adquiridos por meio da ação 2000, tais como os materiais de expediente de uso diário aplicados nas áreas do Serviço Florestal, inclusive nas Unidades Regionais, para execução de suas atividades.

Com relação aos “restos a pagar”, o valor refere-se a materiais que ainda não foram entregues no exercício anterior, bem como a contratos vigentes cujos valores foram inscritos para os pagamentos referentes ao mês de janeiro/2013.

Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados - exames periódicos.

Quadro 28. Ação 20CW (referente ao quadro A.4.6).

Identificação da Ação						
Código	20CW					
Descrição	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os exames sejam realizados pelo próprio órgão.					
Unidade Responsável	Gerência de Administração e Logística					
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

22.320	22.320	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Servidor beneficiado	und	124	-	22.320	0

Não houve execução física ou financeira na ação em razão de os servidores terem optado por realizar os exames clínicos por meio de planos de saúde particulares, desonerando o orçamento específico para essa finalidade.

Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes.

Quadro 29. Ação 2004 (referente ao quadro A.4.6).

Identificação da Ação						
Código	2004					
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.					
Unidade Responsável	Gerência de Administração e Logística					
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
120.000	150.000	140.901	140.901	0	0	
140.901						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Pessoa beneficiada	und	105	105	150.000	140.901

A execução financeira apresentou um pequeno acréscimo em razão da mudança da forma de pagamento do ressarcimento, ocorrida após alteração na legislação quanto à definição dos valores de ressarcimento, que passou a obedecer a uma tabela relacionada com a faixa etária e com a remuneração do servidor. Já a execução física se manteve de acordo com a previsão inicial.

Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados.

Quadro 30. Ação 2010 (referente ao quadro A.4.6).

Identificação da Ação	
Código	2010
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.
Unidade Responsável	Gerência de Administração e Logística
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro.
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
18.000	18.000	12.935,45	12.935,45	0	0	12.935,45
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Criança atendida	Und	16	15	18.000	12.935,45

A execução financeira apresentou um pequeno decréscimo devido ao não atendimento de uma criança prevista inicialmente, por motivo de idade superior à prevista em lei para recebimento do benefício, refletindo na meta física apresentada.

Ação 2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados.

Quadro 31. Ação 2011 (referente ao quadro A.4.6).

Identificação da Ação						
Código	2011					
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.					
Unidade Responsável	Gerência de Administração e Logística					
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
60.000	60.000	53.279	53.279	0	0	53.279
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Servidor beneficiado	Und	32	41	60.000	53.279

A execução orçamentária ficou um pouco abaixo do previsto devido ao subsídio como estrutura salarial dos servidores. No entanto, a meta física teve de ser ampliada, visto que a solicitação ou não do auxílio é decisão discricionária do servidor.

Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados

Quadro 32. Ação 2012 (referente ao quadro A.4.6).

Identificação da Ação						
Código	2012					
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.					
Unidade Responsável	Gerência de Administração e Logística					
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
480.000	480.000	393.197	393.197	0	0	393.197
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Servidor beneficiado	Und	132	170	480.000	393.197

A execução orçamentária da ação foi prevista com o valor superestimado devido à informação, no início do exercício, da entrada de novos servidores no decorrer do exercício no órgão. O aumento do quantitativo inicialmente previsto na meta física se deve à entrada desses novos servidores.

4.2 Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

Quadro 33. Identificação das Unidades Orçamentárias (referente ao quadro A.4.7)

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Serviço Florestal Brasileiro	44102	440088

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro 34. Programação de Despesas Correntes (referente ao quadro A.4.8)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA		13.897.432	11.013.486			26.682.297 22.046.060
	LOA		13.897.432	11.013.486			26.982.297 26.811.111
CRÉDITOS	Suplementares			2.790.000			1.910.765
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados						(580.000)	
Outras Operações							
Total		13.897.432	13.803.486			26.402.297 28.721.876	

Fonte: Siafi.

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro 35. Programação de Despesas de Capital (referente ao quadro A.4.9)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA		5.811.075	1.620.000			
	LOA		5.811.075	1.770.000			
CRÉDITOS	Suplementares		710.000	1.406.280			
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos	1.535.000				
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		7.956.075	3.176.280				

Fonte: Siafi.

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro 36. Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência (referente ao quadro A.4.10)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA		40.579.729	33.059.546	5.811.075	1.620.000	
	LOA		40.879.729	37.824.597	5.811.075	1.770.000	
CRÉDITOS	Suplementares			4.700.765	710.000	1.406.280	
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos			1.535.000		
		Reabertos					
	Créditos Cancelados		(580.000)				
Outras Operações							
Total		40.299.729	42.525.362	7.956.075	3.176.280		

Fonte: Siafi.

4.2.2.4 Análise Crítica

Na avaliação das dotações do exercício corrente em relação às dotações do exercício anterior, observamos a redução de 5,23% no grupo de despesas correntes (outras despesas correntes) e o acréscimo em 151,43% no grupo de despesas de capital (investimento). O Serviço Florestal Brasileiro é um órgão relativamente novo, em fase de expansão e estruturação, que carece de recursos humanos e orçamentários para o desempenho de sua missão institucional, razão pela qual fica prejudicado com o acréscimo de

5,59%, somente, em sua programação orçamentária na implementação de suas ações institucionais em relação ao ano anterior.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 37. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (referente ao quadro A.4.11)

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos		440002	18.122.2124.09HB	1.866.668		
			440002	18.122.2124.20TP	12.017.770		
			440002	18.541.2036.10TC			772.690
			440002	18.541.2036.10TD			578.083
			440002	18.122.2124.2000			2.220.770
			440002	18.301.2124.2004			150.000
			440002	18.365.2124.2010			18.000
			440002	18.331.2124.2011			60.000
			440002	18.306.2124.2012			480.000
			440002	18.301.2124.20CW			22.320
			440002	18.541.2036.20MI			414.159
			440002	18.541.2036.2D12			4.045.362
			440002	18.128.2036.4950			273.993
			440002	18.541.2036.8298			68.221
			440002	18.541.2036.8300			79.673
			440002	18.127.2036.8304			747.483
		440094	18.541.2036.8298			247.500	
	Recebidos	440094		18.541.2036.8298			1.916.486
Movimentação Externa	Concedidos		170009	18.122.2124.2000			31.430
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: Siafi.

Os valores apresentados acima referem-se às descentralizações internas entre Unidades Orçamentárias do mesmo órgão, objetivando o pagamento da despesa com pessoal, encargos sociais, benefícios e pagamento de pessoal por contratado temporário lotado no SFB.

Os pagamentos de pessoal realizados pela UG 440022 – Ministério do Meio Ambiente (MMA) encontram-se em conformidade com as determinações do contrato de gestão e de desempenho firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e o SFB (cláusula terceira, inciso IV, desse instrumento).

Além disso, houve uma movimentação interna referente ao recebimento de um recurso do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, seguida da devolução do valor não utilizado.

A única movimentação externa concedida pelo SFB deve-se à contratação de serviços prestados pela Escola de Administração Fazendária (Esaf) num evento patrocinado pelo SFB realizado no auditório dessa entidade.

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro 38. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários (referente ao quadro A.4.12)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	8.241.328	5.790.339	2.270.596	2.742.995
a) Convite				
b) Tomada de Preços	30.800	7.747	30.800	
c) Concorrência				
d) Pregão	6.541.542	5.782.592	2.239.796	2.742.995
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	865.932	1.001.672	693.421	777.601
g) Dispensa	806.092	958.472	628.602	755.751
h) Inexigibilidade	59.840	43.200	64.819	21.850
3. Regime de Execução Especial	12.057	11.478	12.057	11.478
i) Suprimento de Fundos	12.057	11.478	12.057	11.478
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	13.009.145	12.978.255	13.009.145	12.978.255
j) Pagamento em Folha	12.729.906	12.742.677	12.729.906	12.742.677
k) Diárias	279.239	235.578	279.239	235.578
5. Outros	9.862.536	11.742.492	9.471.678	10.679.602
6. Total (1+2+3+4+5)	30.322.012	31.524.236	25.446.897	27.189.931

Fonte: Siafi.

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro 39. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários (referente ao quadro A.4.13)

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
11 – vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	10.368.778	10.550.463	10.368.778	10.550.463			10.368.778	10.550.463
13 – obrigações patronais	1.991.006	1.957.481	1.991.006	1.957.481			1.991.006	1.957.481
96 – ressarcimento de desp. Pessoal requisitado		98.900		98.900				98.900
Demais elementos do grupo	370.122	135.833	370.122	135.833			370.122	135.833
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
04 – contratação por tempo determinado	8.279.288	9.395.767	8.279.288	9.395.767			8.279.288	9.395.767
39 – outros serviços de terceiros – pessoas jurídica	4.160.225	3.459.506	1.125.734	1.464.823	3.034.491	1.994.559	1.125.084	1.464.823
37 – locação de mão-de-obra	1.421.607	1.922.825	973.321	1.367.199	448.286	553.783	973.321	1.367.199
Demais elementos do grupo	2.543.235	3.715.202	2.005.123	2.089.214	538.112	1.625.983	2.002.388	2.089.214
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
52 – equip. e material permanente – op. Intra-orc	933.159	196.298	933.159	46.038	752.454	149.770	180.704	46.038
41 – Contribuições		85.259		85.259				85.259
39 – outros serviços de	222.586	7.747	222.586	7.747	97.180	7.747	125.406	

terceiros – pessoa jurídica								
Demais elementos do grupo	32.007		32.007		1.207		30.800	
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 40. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação (referente ao quadro A.4.14)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
7. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	1.668.986			
l) Convite				
m) Tomada de Preços				
n) Concorrência				
o) Pregão	1.668.986			
p) Concurso				
q) Consulta				
8. Contratações Diretas (g+h)				
r) Dispensa				
s) Inexigibilidade				
9. Regime de Execução Especial				
t) Suprimento de Fundos				
10. Pagamento de Pessoal (j+k)				
u) Pagamento em Folha				
v) Diárias				
11. Outros				
12. Total (1+2+3+4+5)	1.668.986			

Fonte: Siafi.

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 41. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação (referente ao quadro A.4.15)

Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
39 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.668.886		0		1.668.886		0	
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4.2.4.2.3 Análise crítica

Em relação à eficiência na execução orçamentária do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), a execução esteve em estrita conformidade procedimental com o que está estabelecido no Plano Plurianual (PPA), na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), na Lei Orçamentária Anual (LOA) e nas demais legislações correlatas.

Observa-se, ainda, as dificuldades enfrentadas pelo SFB com a diminuição do valor orçamentário aprovado e com os limites definidos para a gestão orçamentária do órgão. Os créditos recebidos seguem a regra determinada pela Portaria de Execução Orçamentária anual, que orienta o Ministério do Meio

Ambiente (MMA) e, conseqüentemente, suas unidades vinculadas na definição dos limites para movimentação e empenho. Essa prática, além de frustrar as expectativas do SFB, tem gerado dificuldades no planejamento dos exíguos recursos remanescentes. Históricos de desembolso de limites como o apresentado, que se repetem a cada ano, bem como a dificuldade de se obterem referenciais monetários maiores na elaboração da Proposta Orçamentária, têm sido fatores impeditivos para o cumprimento de uma programação satisfatória, afetando, significativamente, os resultados e desempenhos da execução orçamentária e financeira do órgão. Desse modo, é necessária extrema cautela na definição das prioridades a serem executadas e um enorme esforço administrativo na redução dos custos da unidade, de forma que a UJ se ajuste ao limite que lhe é estabelecido.

Por todo o exposto, conclui-se que os procedimentos orçamentários/financeiros estão de acordo com os bons princípios da administração pública, permitindo ao Serviço Florestal Brasileiro alcançar, no limite orçamentário imposto, o seu objetivo de gerir as florestas públicas brasileiras.

5 Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira

5.1 Reconhecimento de Passivos

Não consta.

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 42. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (referente ao quadro A.5.2). Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2012	49.767			49.767
2011	70.717	-1.843	20.809	48.064
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2012	6.543.884			6.543.884
2011	4.806.873	-449.823	3.188.713	1.168.337
...				

Fonte: Siafi.

5.2.2 Análise Crítica

Os empenhos passíveis de inscrição em Restos a Pagar foram analisados de acordo com os dispositivos legais e regulamentares pertinentes, em especial com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei

de Responsabilidade Fiscal); o art. 36 da Lei nº 4.320/1964; o Decreto-Lei nº 200/1967; os artigos 35, 67 e 68 do Decreto nº 93.872/86; e os códigos 02.03.07 e 02.03.18 do manual Siafi.

Em 2012, na inscrição de despesas em Restos a Pagar observou-se, ainda, a regra contida no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda ao titular de Poder ou Órgão contrair obrigações a serem pagas no exercício seguinte sem que haja disponibilidade de caixa.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 43. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência (referente ao quadro A.5.3)

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Serviço Florestal Brasileiro código SIAFI 44102									
CNPJ: 37.115..375/0008-8					UG/GESTÃO: 440075/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	716538/2009	03.161.750/0001-33	112.000,00	12.000,00	0	100.000,00	2009	2013	1
1	736531/2010	82.662.958/0001-02	674.000,00	112.400,00	0	562.000,00	2010	2013	1
1	762342/2011	11.822.269/0001-70	1.183.333,33	133.333,33	0	1.050.000,00	2011	2013	1
3	2209.015669/2012-37	02.317.176/0001-05	31.429,73	0	31.429,73	0	2012	2012	4
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: Siconv.									

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 44. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios (referente ao quadro A.5.4).

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Serviço Florestal Brasileiro código SIAFI 44102					
CNPJ:	37.115..375/0008-8					
UG/GESTÃO:	440075/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio		1	1	1.050.000,00	85.258,58	576.741,42
Contrato de Repasse	1			31.429,73		
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	1	1	1			

Fonte: Siconv.

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Quadro 45. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes (referente ao quadro A.5.5).

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Serviço Florestal Brasileiro código SIAFI 44102					
CNPJ: 37.115..375/0008-8			UG/GESTÃO: 440075/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	3		1.824.000,00	0	100%
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação	1		31.429,73		100%
Termo de Compromisso					
Totais			1.855.429,73		100%

Fonte: Siconv.

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Não há (não há informações referentes ao quadro A.5.6).

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não há (não há informações referentes ao quadro A.5.7).

5.3.6 Análise Crítica

O Decreto Lei 200/1967 trouxe a descentralização e a delegação como regras. Segundo o Decreto, salvo os casos de manifesta impraticabilidade ou inconveniência, a execução de programas federais de

caráter nitidamente local deverá ser delegada, no todo ou em parte, mediante convênio, aos órgãos estaduais ou municipais incumbidos de serviços correspondentes. *Art. 10, §5º, do Decreto Lei 200/1967.*

Inferre-se do exposto que executar as ações locais de interesse federal por meio das transferências voluntárias, ou seja, convênios e termos de cooperação, é uma forma de efetivação das políticas públicas em diferentes áreas.

No Plano Plurianual vigente em 2012, estava prevista a ação 10TC referente à Elaboração do Inventário Florestal Nacional (IFN). O Serviço Florestal Brasileiro é o órgão coordenador do IFN. Para cumprir essa competência, o SFB firmou convênios com outros estados a fim de proceder à política pública de levantamento dos recursos florestais nacionalmente. Em 2011, houve a celebração do convênio com o estado do Ceará. Em 2012, houve o repasse financeiro para que essa ação fosse cumprida. Segundo o instrumento firmado, ainda está no prazo de validade para a efetivação da ação.

5.4 Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro 46. Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF) (referente ao quadro A.5.8).

Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
UG 1	440075		7.210,00	8.283,82	15.493,82
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		7.210,00	8.283,92	15.493,92

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B"

Não se aplica. O SFB não utiliza conta tipo "B" para suprimento de fundos.

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro 47. Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (referente ao quadro A.5.10) .

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	440075	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Marcelo Arguelles de Souza	004.678.007-66	6.000,00	0	0	0
Tatiane Yoli Canton de Sousa	012.513.735-42	16.500,00	2.100,00	250,84	2.350,84
Josemar Mendes de Sousa	031.215.684-77	9.000,00	380,00	2.207,98	2.587,98
Carlos Alberto Ferreira	096.936.106-87	12.800,00	70,00	123,00	193,00

Getúlio Ferreira de Almeida	210.656.831-20	2.700,00	1.700,00	33,00	1.733,00
Rosalina dos Santos Dias	312.651.972/53	16.500,00	500,00	1.564,82	2.064,82
Newton Duque Estrada Barcellos	425.519.357-68	13.180,00	710,00	749,51	1459,51
Edson Rangel da Silva Junior	490.350.101-91	6.400,00	750,00	223,72	973,72
Mikhail Gorbachev Guy Eirado	691.693.811-00	12.700,00	580,00	1.046,45	1.626,45
Marcelo Santos Melo	601.596.772-20	21.500,00	420,00	2.084,50	2.504,50
Total Utilizado pela UG			7.210,00	8.283,92	15.493,92
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ					

Fonte: Siafi.

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Quadro 48. Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) (referente ao quadro A.5.11).

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Suprimento de Fundos							Total (R\$) (a+b+c)
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura			
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor		
2012	-	-	27	7.210,00	30	8.283,92	15.493,82	
2011	-	-	14	4.788,00	36	11.191,44	15.979,44	
2010	-	-	28	7.580,00	54	18.156,89	25.736,89	

Fonte: Siafi.

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.

Quadro 49. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) (referente ao quadro A.5.12).

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas							0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise							0	0	0	0	0	0
PC em Análise							0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas							0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas							24	15.443,31	25	15.335,86	44	29.069,23

Fonte: Siafi.

5.4.1.6 Análise Crítica

Primeiramente, observa-se que não houve alteração significativa no valor das despesas realizadas por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) em 2012, com relação ao exercício anterior.

No primeiro semestre de 2012, grande parte das despesas realizadas por meio de suprimento de fundos se deu devido à ausência de contrato de manutenção predial. Esse contrato foi celebrado somente em junho. Dessa forma, foram necessárias aquisições de materiais ou contratações de serviços com suprimento de fundos para atender a demandas urgentes, visando à manutenção de boas condições de trabalho aos servidores.

Observa-se que o CPGF também é utilizado nas unidades regionais do Serviço Florestal, localizadas em diferentes regiões do país, quais sejam: Porto Velho (RO), Curitiba (PR), Natal (RN) e Santarém (PA).

Entre as ações para incentivar a boa prática no uso do cartão, em agosto de 2012, a Gerência de Administração e Logística (Geal) promoveu uma reunião com os chefes das referidas unidades, a fim de, entre outros, passar orientações e tirar dúvidas dos supridos. Visando esclarecer as dúvidas mais comuns dos supridos acerca do uso do CPGF, a Geal disponibilizou, na intranet do órgão, o manual Perguntas e Respostas – Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento, da Controladoria-Geral da União (CGU).

Além disso, a Diretoria de Administração e Finanças encaminhou a “Comunicação interna 12/2012/DAF/SFB/MMA” a todas as gerências do órgão, enfatizando, entre outros, a necessidade de o suprido, preliminarmente à realização da despesa, realizar consulta na área de patrimônio e almoxarifado, a fim de verificar a existência do material desejado em estoque, e, caso necessário, consultar a natureza de despesa do bem para evitar a realização de despesa em grupo diverso daquele previsto e autorizado no Ato de Concessão.

Com relação às contratações de pessoas físicas para prestação de serviços por meio de suprimento de fundos, a área financeira possui rotina mensal de contatar o suprido a fim de solicitar o envio do Recibo de Pagamento a Pessoa Autônoma, evitando atrasos nos envios das informações acerca dos recolhimentos das contribuições previdenciárias à Receita Federal.

A área financeira também possui o controle de todas as naturezas de despesas efetuadas por suprimento de fundos. Esse controle possibilita a realização de compras diretas por dispensa de licitação, nos termos do inciso II, art. 24, Lei 8.666/93, sem incorrer em fracionamento de despesa.

Ademais, todas as prestações de contas dos processos abertos em 2012 foram aprovadas pela autoridade competente.

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

Não se aplica ao Serviço Florestal Brasileiro.

6 Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados.

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição

Quadro 50. Força de Trabalho do SFB – Situação apurada em 31/12 (referente ao quadro A.6.1).

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	126	11	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	126	11	5
• Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	94	9	2
• Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	4	1	2
• Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	-	-	-
• Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	28	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	65	-	10
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	12	-	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	203	11	17

Fonte: DataWare House – Siapenet.

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro 51. Situações que reduzem a força de trabalho do SFB – Situação em 31/12. (referente ao quadro A.6.2).

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	3
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
1.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
1.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
1.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
1.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
1.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
1.1. Doença em Pessoa da Família	-
1.2. Capacitação	-

5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
1.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
1.2. Serviço Militar	-
1.3. Atividade Política	-
1.4. Interesses Particulares	-
1.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	3

Fonte: DataWare House – Siapenet.

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 52. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do SFB (Situação em 31 de dezembro) (referente ao quadro A.6.3).

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	52	51	1	3
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	51	1	3
1.1.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	15	-	1
1.1.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	2	-	1
1.1.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	22	1	1
1.1.4. Sem Vínculo	-	12	-	-
1.1.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	-	-	-	-
Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	52	51	1	3

Fonte: DataWare House – Siapenet.

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 53. Quantidade de servidores do SFB por faixa etária – Situação apurada em 31/12 (referente ao quadro A.6.4)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	35	53	27	29	8
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	29	17	11	25	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários	6	36	16	4	3
2. Provimento de Cargo em Comissão	10	19	10	10	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	10	19	10	10	2
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	45	72	37	39	10

Fonte: DataWare House – Siapenet.

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro 54. Quantidade de servidores do SFB por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12 (referente ao quadro A.6.5)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	1	-	2	29	87	14	10	7
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos		-				-			
1.2. Servidores de Carreira		1	-	2	29	53			
1.3. Servidores com Contratos Temporários						65			
2. Provimento de Cargo em Comissão					4	47			
2.1. Cargos de Natureza Especial						-			
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					4	47			
2.3. Funções Gratificadas					-	-			
3. Totais (1+2)	-	1	-	2	33	165			

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 – Não Classificada.

Fonte: DataWare House – Siapenet.

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal

Quadro 55. Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (referente ao quadro A.6.6).

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimento s e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	3.452.206,80	18.525,44	463.266,42	228.784,47	351.101,42	316.522,77	2.003.317,00	265.742,17	10.518,33	7.109.984,82
	2011	3.616.244,86	13.089,68	484.364,76	245.812,58	381.389,82	330.627,76	2.035.290,66	-	12.462,97	7.119.283,09
	2010	3.412.654,59	7.998,46	456.814,94	218.594,53	348.086,96	206.647,83	1.752.191,54	-	13.495,45	6.416.484,30
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	-	6.096.302,66	497.395,84	195.987,57	258.273,06	23.645,00	75.838,91	-	-	7.147.443,04
	2011	-	6.962.731,65	578.388,33	193.632,90	271.475,18	11.767,00	26.511,23	-	-	8.044.506,29
	2010	-	7.452.288,02	615.584,15	204.029,55	314.480,32	-	-	-	-	8.586.382,94
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	18.977,84	-	2.537,10	1.612,17	4.822,20	1.172,00	10.148,00	-	-	39.269,31
	2011	4.705,26	-	2.299,42	-	1.232,94	303,00	2.193,00	-	163,42	10.897,04
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	136,69	136,69
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	889.852,75	2.046.640,14	294.635,34	101.431,61	109.325,15	45.975,71	600.858,02	13.386,78	1.447,64	4.103.553,14
	2011	837.747,44	1.983.417,01	290.777,67	103.207,14	111.214,59	43.302,06	430.674,39	-	2.815,74	3.803.156,04
	2010	708.215,26	2.084.985,14	294.924,48	78.182,42	123.949,70	10.067,80	338.030,37	-	1.719,33	3.640.074,50
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											

Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	6.101,28	421,01	-	-	304,00	148,00	3.976,00	-	-	10.950,29

Fonte: DataWare House – Siapenet.

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Os servidores inativos do Serviço Florestal Brasileiro estão inclusos na composição do Relatório de Gestão do Ministério do Meio Ambiente.

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Os servidores aposentados do Serviço Florestal Brasileiro estão inclusos na composição do Relatório de Gestão do Ministério do Meio Ambiente.

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Esta informação será fornecida pelo Relatório de Gestão do Ministério do Meio Ambiente.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não há.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro 56. Atos sujeitos ao registro do TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007) (referente ao quadro A.6.9).

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	7	4	19*	6**
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	7	4	19	6

Fonte: DataWare House – Siapenet.

Notas: * 3 atos de 2011 cadastrados em 2012, 5 atos de 2010 cadastrados em 2012 e 4 atos de 2009 cadastrados em 2012.

** 2 atos de 2010 cadastrados em 2011.

Quadro 57. Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) (referente ao quadro A.6.10).

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	24**	17	16	18*
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	16	17	16	18

Fonte: DataWare House – Siapenet.

Notas: * 1 ato de 2010 cadastrados em 2011.

** Agentes administrativos: 5, servidores sem vínculo: 3; rescisão contrato temporário: 14, aposentados: 2.

O Quadro A.6.11, que trata da regularidade do cadastro dos atos no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), não será apresentado porque está no Relatório de Gestão do MMA.

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Esta informação encontra-se no relatório do Ministério do Meio Ambiente.

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Esta informação encontra-se no relatório do Ministério do Meio Ambiente.

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

O Serviço Florestal Brasileiro não desenvolveu indicadores gerenciais sobre recursos humanos, pois este órgão não possui RH próprio, ou seja, todos os assuntos relacionados a Recursos Humanos são processados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Com o objetivo de facilitar a comunicação entre os dois órgãos, SFB e MMA, em 2012, a Gerência de Administração e Logística, da Diretoria de Administração e Finanças, definiu dois servidores para, entre outros, consolidar e encaminhar os formulários referentes a demandas apresentadas pelos servidores de assuntos relacionados a RH à área correspondente no Ministério do Meio Ambiente (MMA). Contudo, ressalta-se que todo o processamento e a execução dos dados e informações, inclusive pagamento de pessoal, é feito pela CGGP/MMA.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

O Serviço Florestal Brasileiro não possui terceirizados nos cargos e atividades do plano de cargos do órgão. A substituição dos terceirizados seguiu o Termo de Conciliação Judicial entre a União e o Ministério Público do Trabalho em 5 de novembro de 2007. Os funcionários terceirizados foram dispensados por meio da Portaria nº 64/2009, de 17/8/2009, e substituídos por meio de concurso público lançado pelo Edital nº 1 – MMA, de 12 de fevereiro de 2009.

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

O órgão não possui terceirizados em seu quadro para serem substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não houve.

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva

Quadro 58. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (referente ao quadro A.6.17)

Unidade Contratante													
Nome: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO													
UG/Gestão: 440075/0001						CNPJ:37.115.375/000-83							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	17/2012	RW Administração de Mão de Obra LTDA ME CNPJ: 11.027.483.0001-34 – UR SUL	11/06/2012	10/06/2013		x					A
2012	L	O	21/2012	Meganorte Serviços Especializados LTDA ME CNPJ: 07.174.641/0001-01 – UR PURUS	05/07/2012	04/07/2013		x					A
2012	L	O	24/2012	Sétima Serviços de Limpeza CNPJ: 07.618.334/0001-72 – UR SUL	11/07/2012	10/07/2013		x					A
2011	V	O	01/2011	Sistemare Segurança e Vigilância – LTDA CNPJ: 04.179.738/0001-19 – UR SUL	17/02/2011	17/08/2013				x			P
2011	V,L	O	16/2011	A.M.I Comercio e Serviços – LTDA ME CNPJ: 04.630.524/0001-17 – UR BR 163	03/08/2011	02/08/2013		x		x			P
2010	L	O	33/2010	Beta Brasil – CNPJ: 09.540.692/0001-35 – SEDE	22/09/2010	22/09/2013		x					P
2010	V	O	09/2010	Vidicom – Serviços de Vigilância – LTDA CNPJ: 07.069.574/0001-65 – UR BR 163	16/04/2010	15/04/2013				x			P
2011	L	O	07/2011	Betron Manutenção de Serviços – LTDA CNPJ: 04.743.378/0001-36 – UR SUL	25/04/2011	24/04/2012		x					E
2011	V	O	05/2011	Transbrasil Vigilância e Segurança – LTDA CNPJ:10.570.899/0001-31 – UR PURUS	23/03/2011	31/02/2012				x			E
2010	V,L	O	13/2010	Amazon Construções e Serviços – LTDA CNPJ: 04.558.234/0001-00 – UR PURUS	01/07/2010	29/06/2012		x					E
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Siafi.

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 59. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (referente ao quadro A.6.18).

Unidade Contratante													
Nome: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO						CNPJ:37.115.375/000-83							
UG/Gestão: 440075/0001													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	22/2012	Reluz Serviços Terceirizados LTDA – ME CNPJ: 04.105.439/0001-30 – UR PURUS	05/07/2012	04/07/2013				x			A
2012	4	O	33/2012	L&M Conservação e Obras LTDA – EPP CNPJ: 06.246.679/0001-80 - SEDE	27/09/2012	10/06/2013		x					A
2012	12	O	21/2012	Meganorte Serviços Especializados LTDA ME CNPJ: 07.174.641/0001-01 – UR PURUS	05/07/2012	04/07/2013				x			A
2012	4	O	16/2012	Sétima Serviços de Limpeza LTDA CNPJ: 07.618.334/0001-72 – UR SUL	11/06/2012	10/06/2013		x					A
2012	5	O	01/2012	Engservice Acre LTDA ME CNPJ: 08.841.478/0001-56 - SEDE	04/01/2012	01/08/2013				x			A
2012	12	O	23/2012	Seter Serviços e Terceirizado de Mão de Obra LTDA . CNPJ: 10.704.092/0001-44 - SEDE	09/07/2012	08/07/2013				x		x	A
2012	12	O	17/2012	RW Administração de Mão de Obra LTDA ME CNPJ: 11.027.483.0001-34 – UR SUL	11/06/2012	28/02/2013				x			E
2012	5	O	19/2012	União Assessoria Empresarial LTDA – ME CNPJ: 11.699.013/0001-17 – UR PURUS	02/07/2012	01/07/2013				x			A
2012	4	O	20/2012	União Assessoria Empresarial LTDA – ME CNPJ: 11.699.013/0001-17 – UR PURUS	02/07/2012	01/07/2013							A
2012	5	O	18/2012	Services Terceirizações LTDA CNPJ: 26.645.879/0001-12 – UR SUL	12/06/2012	11/06/2013				x			A
2012	4	O	13/2012	Lyon Executiva Comércio e Serviços Empresariais LTDA CNPJ: 72.588.650/0001-00 – SEDE	10/06/2012	26/09/2012		x					E
2011	1	O	01/2011	Sistemare Vigilância e Segurança – LTDA CNPJ: 04630.524/0001-17 – UR SUL	17/02/2011	17/08/13				x			P
2011	5	O	15/2011	A.M.I Comércio e Serviços – LTDA – CNPJ: 04.630.524.0001-17 – UR BR 163	03/08/2011	02/08/2013				x			P

2011	1	O	16/2011	A.M.I Comércio e Serviços – LTDA – CNPJ: 04.630.524.0001-17 – UR BR 163	03/08/2011	02/08/2013				x			P
2011	12	O	17/2011	A.M.I Comércio e Serviços – LTDA – CNPJ: 04.630.524.0001-17 -	03/08/2011	02/08/2013				x			P
2011	4	O	18/2011	A.M.I Comércio e Serviços – LTDA – CNPJ: 04.630.524.0001-17– UR BR 163	03/08/2011	02/08/2013		x					P
2011	5	O	02/2011	Betron Manutenção de Serviços – LTDA CNPJ: 04.743.378/0001-36 UR SUL	25/04/2011	24/04/2012				x			E
2011	12	O	07/2011	Betron Manutenção de Serviços – LTDA CNPJ: 04.743.378/0001-36 – UR SUL	25/04/2011	24/04/2012				x			E
2011	4	O	10/2011	Betron Manutenção de Serviços – LTDA CNPJ: 04.743.378/0001-36 – UR SUL	25/04/2011	24/02/2012		x					E
2011	12	O	11/2011	Betron Manutenção de Serviços – LTDA CNPJ: 04.743.378/0001-36 – UR SUL	25/04/2011	24/02/2012				x			E
2011	1	O	05/2011	Transbrasil Vigilância e Segurança – LTDA CNPJ:10.570.899/0001-31 – UR PURUS	23/03/2011	31/12/2012				x			E
2010	12	O	33/2010	Beta Brasil – CNPJ: 09.540.692/0001-35	22/09/2010	22/09/2013				x			P
2010	1	O	09/2010	VIDICOM – Serviços de Vigilância CNPJ: 07.069.574/0001-65 – UR BR 163	01/04/2010	15/04/2013				x			P
2010	5	O	38/2010	M.G.O de Freitas EPP CNPJ: 06.865.531/0001-44 – UR NE	01/12/2010	30/01/2013				x			E
2010	1,4,5,12	O	13/2010	Amazon Construções e Serviços – LTDA – CNPJ: 04.558.234/0001-00 – UR PURUS	01/07/2010	30/06/2012		x		x			E
2010	1	O	34/2010	Absoluta Comércio e Serviços – LTDA CNPJ:07.069.574/0001 – UR PURUS	23/11/2010	21/04/2012				x			E
2009	4	O	28/2009	Skyserv Locação de Mão de Obra - LTDA CNPJ: 04.271.959/0001-12 - SEDE	30/09/2009	08/06/2012		x					E
Observações:													
LEGENDA													
Área:				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis													

- 9. Manutenção de bens imóveis
- 10. Brigadistas
- 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
- 12. Outras

Fonte: Siafi.

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 60. Composição do Quadro de Estagiários (referente ao quadro A.6.19)

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
Área Fim	12	12	12	12	R\$ 93.888,00
Área Meio	-	-	-	-	-
2. Nível Médio					
Área Fim	-	-	-	-	-
Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)					

Fonte: Dicaad/MMA.

Cálculo: 12 estagiários x R\$ 652,00/ bolsa por mês x 12 meses = R\$ 93.888,00.

7 Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

O Serviço Florestal Brasileiro possui, atualmente, nove veículos de sua propriedade, distribuídos em suas unidades regionais nas cidades de Porto Velho/RO, Santarém/PA, Curitiba/PR e Natal/RN, conforme Quadro 48.

Quadro 61. Frota de Veículos do SFB.

Marca/Modelo	Ano/modelo	Placa	Renavam	Chassi	CNPJ
L 200, GL 141CV, Mitsubishi	2008/2008	JGC 8331	981725970	93XGNK7409C848452	37.115.375/0008-83
L 200, GL 141CV, Mitsubishi	2008/2008	JGC 8341	981726461	93XGNK7409C848485	37.115.375/0008-83
L 200, GL 141CV, Mitsubishi	2008/2008	JGC 8301	981721052	93XGNK7409C848487	37.115.375/0008-83
L 200, GL 141CV, Mitsubishi	2008/2008	JGC 8311	981724787	93XGNK7409C848480	37.115.375/0008-83
L 200, GL 141CV, Mitsubishi	2008/2008	JGC 8321	981725554	93XGNK7409C848479	37.115.375/0008-83
L 200, GL 141CV, Mitsubishi	2008/2008	JGC 6311	964949415	93XGNK7409C844646	37.115.375/0008-83
VW/Parati 1.6 – Cor branca	2006/2007	JHK 0955	901533319	9BWDB05W07T066300	37.115.375/0008-83
VW/Parati 1.6 – Cor branca	2006/2007	JHK 0965	901534056	9BWDB05W57T065532	37.115.375/0008-83
VW/Parati 1.6 – Cor branca	2006/2007	JHK 0975	901535265	9BWDB05W47T066428	37.115.375/0008-83
NRX 150 Bros, Honda*	2006/2007	JJQ 9022	911239073	9C2K03107R011357	CEDIDO/ICMBIO
NRX 150 Bros, Honda*	2006/2007	JJQ 9042	911239936	9C2K03107R003511	CEDIDO/ICMBIO
NRX 150 Bros, Honda*	2006/2007	JJQ 9032	911239499	9C2K03107R010646	CEDIDO/ICMBIO

Nota: * Importante ressaltar que as três motocicletas, modelo NRX 150 Bros Honda, foram cedidas ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – duas foram distribuídas para Unidade de Conservação Resex Tapajós Arapiuns, no estado do Pará, e uma para o Parque Nacional Mapinguari, no estado de Rondônia.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Não se aplica. O Serviço Florestal Brasileiro não possui bens de propriedade da União de uso especial sob sua responsabilidade.

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 62. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros (referente ao quadro A.7.2).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	03	03
	Porto Velho/RO	01	01
	Santarém/PA	01	01
	Curitiba/PR	01	01
	UF "n"	Σ	Σ
	município 1	00	00
	município 2	00	00
	município "n"	00	00
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	00	00
	cidade 2	00	00
	cidade "n"	00	00
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1	00	00
	cidade 2	00	00
	cidade "n"	00	00
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte: Gerência de Administração e Logística (Geal).

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Não se aplica. O Serviço Florestal Brasileiro não possui imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade.

Análise Crítica

O Serviço Florestal Brasileiro possui, atualmente, quatro Unidades Regionais, localizadas nos municípios de Porto Velho/RO, Santarém/PA, Natal/RN e Curitiba/PR. Também possui uma base avançada no município de Teixeira de Freitas/BA, que é parte integrante da Unidade Regional Nordeste, localizada em Natal/RN.

As sedes das Unidades Regionais encontram-se alocadas em imóveis locados de terceiros nos anos de 2010 e 2011. A exceção é a Unidade Regional Nordeste, que se encontra alocada dentro das instalações do Ibama na cidade de Natal/RN, bem como sua base avançada, localizada na cidade de

Teixeira de Freitas/BA, que funciona em local cedido dentro das instalações do Ministério Público do Estado da Bahia.

Com relação à UR Nordeste, é importante salientar que, em fevereiro de 2013, foi autorizado, pela Ministra de Estado do Meio Ambiente, locação de imóvel para abrigar essa UR, uma vez que o Ibama solicitou os espaços ocupados pelos servidores em suas instalações.

8 Gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 63. Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada (referente ao quadro A.8.1).

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
4	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
3	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
3	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
2	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
4	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
4	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
4	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
4	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
4	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
4	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
2	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
1	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
1	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
4	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
3	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
1	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
1	Auditoria de governança de TI.
1	Auditoria de sistemas de informação.
1	Auditoria de segurança da informação.
1	Auditoria de contratos de TI.

1	Auditoria de dados.
1	Outra(s). Qual(is)? _____
4	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
1	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
4	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
4	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
4	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
4	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
4	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
4	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
4	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
3	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
4	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
4	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: ____www.florestal.gov.br/pdti_____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
2	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
3	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
2	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
3	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
1	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
1	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
2	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(3)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
()	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
()	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
x	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
x	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Não existe contrato para o desenvolvimento de <i>software</i> firmado no exercício de 2012.	

9. Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 64. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (referente ao quadro A.9.1).

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 			x		
	Art. 5º da IN SLTI nº 01/2010, incisos III e IV				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 		x			
	Normas Técnicas da ABNT				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 				x	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 				x	
	Papel reciclado.				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 					
	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 			x		
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		x			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha 	x				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
(palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				x	
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? 	Foram feitas campanhas da A3P pela Ouvidoria do SFB por meio de envio de e-mails e <i>folders</i> .				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro 65. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água (referente ao quadro A.9.2).

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	1.300	1.385	1.330	16.432	16.052	18.873
Água						
Energia Elétrica						
			Total			

Fonte: Coordenação de Almojarifado, Logística e Patrimônio Coalp/Geal.

Em 2012, observa-se que houve uma pequena redução do consumo de papel em relação ao ano anterior. Importa salientar que essa redução se deu, principalmente, pelo controle efetuado pela Diretoria de Administração e Finanças (DAF), iniciado no final do exercício. Esse controle baseia-se no envio, pela DAF, às diretorias do órgão, de planilha mensal contendo o número de impressões produzidas por cada setor e detalhada por servidor, bem como o respectivo custo da impressão.

Com relação ao consumo de água e papel, os dados deverão ser fornecidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Pelo fato de o SFB estar localizado em blocos do seu edifício sede, as faturas de água e energia são controladas e pagas diretamente por aquela entidade.

10 Conformidade e tratamento de disposições legais e normativas

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro 66. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício (referente ao quadro A.10.1).

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Serviço Florestal Brasileiro.					1927
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC – 004.579/2011-9	AC 141/2012	1.6.2		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério do Meio Ambiente – Serviço Florestal Brasileiro.					1927
Descrição da Deliberação					
Recomendou ao Serviço Florestal Brasileiro que encaminhe ao Tribunal plano de ação atualizado, para atendimento da deliberação 9.5.3 do Acórdão 3009/2009 – Plenária, que foi considerada como em implementação (que o SFB disponibilize no Portal da Gestão Florestal as informações que devem obrigatoriamente ser fornecidas pelos estados acerca das autorizações de exploração e planos de manejo concedidas).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço Florestal Brasileiro – Gerência de Informações Florestais.					1927
Síntese da Providência Adotada					
Foi encaminhado ao TCU o Plano de ação atualizado no prazo solicitado.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
As principais ações empreendidas pelo Serviço Florestal Brasileiro para auxiliar os estados na implementação efetiva do Portal Nacional da Gestão Florestal, em 2012, foram ações de aprimoramento do Sistema do Portal, integração do Sistema DOF e ações da capacitação dos técnicos dos órgãos do Sisnama.					
1. Aprimoramento do PNGF					
1.1 – Manutenção corretiva do Portal – contratação de profissional					
A primeira versão do PNGF foi elaborada em 2010 e em 2012 foi revisado e aprimorado o seu funcionamento. Para isso foi contratado um profissional de tecnologia da informação que executou os serviços de aprimoramento das funcionalidades de entrada e saída de dados do Portal.					
1.2 - Integração do DOF					
Foram executados trabalhos junto ao IBAMA para integração do sistema do DOF ao PNGF, de forma que os dados de transporte florestal possam ser visualizados e analisados no âmbito no PNGF.					
2. – Capacitação de estados					
Cinco estados (MG,ES, TO, MS, GO), que ainda não haviam sido capacitados participaram de curso de capacitação para inclusão de dados no PNGF ministrados pelo SFB em Brasília, sendo dois técnicos de cada estado, um da área de gestão florestal e outro da área de tecnologia da informação.					
Lista de Participante do treinamento do PNGF nos dias 12 e 13 de julho de 2012.					

Instituição	Sigla	UF	Nome
Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás	SEMARH	GO	Élida da Cruz Nascimento Tavares
Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás	SEMARH	GO	Maurício Barros de Jesus
Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul	IMASUL	MS	Luiz Carlos Teixeira
Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul	IMASUL	MS	Leandro Camillo de Lelles
Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais	IEF	MG	Rinaldo José de Souza
Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	SEMADE	MG	Mariana Pereira Ramos
Secretaria do Meio Ambiente e Des. Sustentável do Estado de Tocantins	SEMADES	TO	João Carlos Noletto Ribeiro
Instituto Natureza do Tocantins	Naturatins	TO	Denilson Bezerra
Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo	IDAF	ES	Ademar Espindula Junior
Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo	IDAF	ES	Eduardo Chagas

Não foi possível cumprir com todas as ações previstas no plano de ação devido à demora das correções feitas no Portal e as dificuldades de integração do DOF junto ao IBAMA. As demais ações previstas no Plano serão estendidas para o ano de 2013.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

As dificuldades de contratação de empresa de apoio em informática para o Serviço Florestal Brasileiro prejudicam o andamento de todos os trabalhos com sistemas de informação no órgão. Finalmente a empresa foi contratada e espera-se, em 2013, a definição da melhor arquitetura a ser utilizada para viabilizar a integração entre os sistemas de informações dos estados e o PNGF e o desenvolvimento da solução que receberá as informações do lado do PNGF.

A rotatividade de pessoal nos órgãos estaduais dificulta os trabalhos com essas instituições, pois as pessoas treinadas muitas vezes saem do órgão e não repassam seu aprendizado para os outros.

Como o PNGF sofreu revisões e aprimoramentos durante todo o ano de 2012, houve dificuldade de cobrar dos órgãos estaduais a inclusão dos dados. Espera-se em 2013 atuar com maior rigor nessa tarefa de interlocução com os órgãos para que incluam os dados no PNGF.

É necessária uma legislação mais eficiente que obrigue os estados a incluírem dados no PNGF.

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não há deliberações do TCU que permaneçam pendentes de atendimento no exercício.

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Não há recomendações do OCI para o exercício.

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não há.

10.2 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

As informações relativas a este item serão fornecidas pelo MMA.

10.3 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.3.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

As declarações relativas à inserção e atualização de dados no Siasg e no Siconv encontram-se anexadas ao fim deste Relatório.

11 Informações Contábeis

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

As informações deste item encontram-se no Relatório do Ministério do Meio Ambiente.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Quadro 67. Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada (referente ao quadro A.11.1).

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO			Código da UG
ITTO-OIMT-Organização Internacional de Mad. Tropical			440056
Serviço Florestal Brasileiro			440075
Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal			440094
KFW Serviço Florestal Brasileiro - Exterior			440112
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada</p> <p>Ressalta-se que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASILIA - DF	Data	25/2/2013
Contador Responsável	JANE MARCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/0-O

11.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro 68. Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada (referente ao quadro A.11.2).

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO			Código da UG
Setorial de Programação Orçamentária e Financeira - SFB			440088
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada c) FALTA/RESTRICAO CONFORMIDADE DE REGISTROS GESTÃO - Restrição 951</p> <p>Ressalta-se que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASILIA - DF	Data	25/2/2013
Contador Responsável	JANE MARCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/0-O

12 Outras Informações sobre a Gestão

12.1 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício

Não há.

PARTE B

1 Contratações de consultores na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais (item 16)

Quadro 69. Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais (referente ao quadro B.16.1)

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura			FAO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Fortalecimento do Marco Nacional de Conhecimento e Informação para Subsidiar Políticas de Manejo Sustentável dos Recursos Florestais			GCP/BRA/079/GFF		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CTR-97142-1/2012					
Objetivo da Consultoria: Criar 20 ilustrações, em formato digital, padronizadas como desenho técnico, para exemplificar as instruções e facilitar a compreensão (i) do Manual de Campo do Inventário Florestal Nacional (IFN), de maneira a esclarecer e explicar as instruções para execução das atividades de campo, e (ii) do relatório do levantamento socioambiental do Distrito Federal.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/11/2012	04/04/2013	1.500,00	1.500,00	0	0
Insumos Externos					
Nenhum					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Até 20 ilustrações, com previsão de redução ou aumento em até 25%, por conveniência do Serviço Florestal Brasileiro. As ilustrações deverão ser entregues em forma digital (jpeg, tiff, png), a qualidade da resolução deverá ser de 1200 DPI e o padrão de cores CMYK e RGB. Caso o profissional faça as ilustrações diretamente no computador, deverá entregar também na extensão em que foi produzido, de forma a permitir sua edição posterior.			04/04/2013	1.500,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Roberto Lima			CPF: 194.345.518-03		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O consultor já apresentou algumas propostas de ilustrações para que os traços gerais fossem aprovados. Entretanto, o mesmo tem seu trabalho totalmente dependente da consolidação do Manual de Campo do IFN, que está sendo realizada pelo SFB.					
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CTR-97250-1/2012					
Objetivo da Consultoria: Atuar com a Gerência de Informações Florestais do SFB na elaboração de protocolos do fluxo de execução de todas as etapas e procedimentos relacionados ao componente de solos do Inventário Florestal Nacional (IFN).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/09/2012	17/04/2013	11.000,00	11.000,00	5.000,00	5.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Relatório técnico contendo: planejamento necessário para coleta de solos; metodologia de coleta para análises físicas e químicas de solos; protocolo para acondicionamento e envio de amostras de solo ao laboratório; padrões para aferição da qualidade de amostras de solos; protocolo de análises físicas e químicas de solos; características e o mecanismo de funcionamento de uma “biblioteca de solos”; relação dos laboratórios do país; forma que os resultados das análises deverão ser apresentados pelo laboratório de solos.	17/10/2012	5.000,00
Produto 2 - Relatório técnico contendo: metodologia para análise de dados do componente de solos do IFN; modelo para apresentação dos resultados; estudo de caso com os dados do IFN no DF e SC.	17/04/2013	6.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Renato Antonio Dedecek		CPF: 121.416.310-68
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O contrato foi previsto inicialmente para 2 meses, e o primeiro produto foi entregue no prazo previsto, mas, devido a um atraso na contratação das análises de solos para o desempenho de suas atividades, foi necessário um aditivo de prazo. A entrega do segundo produto depende de análises de solos, que devem ser contratadas até o final de fevereiro de 2013. Com os resultados dessas análises, será possível para o consultor desenvolver as atividades para apresentação do segundo produto.		

2 Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos (item 31)

Os Projetos de Cooperação Internacional são de grande importância no apoio à realização das ações de competência do SFB. Além de fazer parte de alguns projetos do MMA, em 2012, o SFB contou com a execução de 4 projetos de cooperação técnica, que serão brevemente descritos a seguir.

O Projeto de Cooperação GCP/BRA/079/GFF – “Fortalecimento do Marco Nacional de Conhecimento e Informação para Subsidiar Políticas de Manejo Sustentável dos Recursos Florestais” é financiado pelo *Global Environment Facility* (GEF) e tem a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) como agência implementadora. Tem por objetivo o desenvolvimento e apoio a processos decisórios estratégicos sobre manejo dos recursos naturais informados e participativos, com ênfase no controle das mudanças adversas do uso do solo na incorporação da conservação da biodiversidade no manejo florestal e na melhoria da qualidade de vida. As atividades realizadas com apoio desse projeto estão voltadas à implantação do Inventário Florestal Nacional.

Os principais resultados alcançados no ano de 2012 foram a seleção e contratação de empresas para realizar o inventário florestal em parte dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, bem como a formalização de parceria com o Museu Botânico Municipal de Curitiba para realizar a identificação botânica do IFN no Paraná e a realização do 1º Simpósio Nacional de Inventário Florestal. Além disso, foram realizadas atividades para formalização de parcerias para realizar: i) o controle de qualidade dos

trabalhos em campo nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro; ii) a identificação botânica das espécies coletadas nos estados do Ceará, Sergipe, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; iii) o desenvolvimento da metodologia para executar a análise de paisagem do IFN; iv) o desenvolvimento de um programa de pesquisas relacionadas ao IFN; e v) a definição da metodologia para coleta de informações de florestas plantadas.

O PCT “Valorização Energética das Florestas Brasileiras pelo Conceito de Biorrefinarias” é uma parceria com o Departamento de Florestas do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (Cirad). Tem por objetivo a transferência de tecnologias entre a França e o Brasil e a difusão de processos no sentido de desenvolver uma base de conhecimento e competências na produção de bicompostíveis e de energia elétrica através da biomassa, agregando valor aos produtos florestais.

As publicações técnicas e científicas da cooperação permitiram fazer a difusão de processos que foram montados para pesquisa no LPF/SFB, destacando-se os seguintes sistemas: dois aparatos de pesquisa para pirólise sob pressão; um sistema de fluidização de partículas de biomassa para estudo de leitos de gaseificação; um sistema de termogravimetria sob pressão; um sistema de torrefação de biomassa como preparação de resíduos para geração de energia; um sistema de carbonização com recuperação de voláteis; e um sistema de micro torrefação de biomassa. Três desses sistemas foram transferidos do laboratório de energia do Cirad em Montpellier para o LPF/SFB, em Brasília. Os demais foram projetados e construídos pela cooperação no Brasil.

O PCT “Produção Sustentável de Florestas Nacionais sob Regime de Concessões Florestais” tem por objetivo a realização de estudos necessários para a introdução do regime de concessões florestais no Brasil para a produção sustentável de madeira, bem como a elaboração dos planos de manejo das Florestas Nacionais de Caxuanã, Altamira e Itaituba – Pará. O Projeto sofreu atrasos por um conjunto de fatores que impactaram sua execução física e financeira. Fatores institucionais, como mudanças de governo e greves, além da criação e estruturação de duas instituições envolvidas no projeto (ICMBio e Serviço Florestal Brasileiro), que, por sua vez, compartilham responsabilidades na gestão de Florestas Nacionais, tiveram enorme impacto sobre o projeto. Entretanto, o seu objetivo central foi cumprido com a criação da Lei nº 11.284/2006, que introduz o regime de concessões florestais, com o estabelecimento do Serviço Florestal Brasileiro. O Projeto foi encerrado no fim de 2012.

O Projeto de Cooperação Financeira “Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia” conta com recursos do banco alemão KfW. Tem por objetivo a promoção do desenvolvimento socioeconômico e a conservação ambiental na Amazônia Legal com base na exploração sustentável dos recursos florestais e pretende contribuir como alternativa sustentável à agropecuária, buscando o manejo

florestal como atividade econômica de maior expressão regional.

O Projeto de quatro anos de duração tem como principais eixos: o fortalecimento institucional do Serviço Florestal Brasileiro por meio da instalação de unidades regionais; o apoio à implantação de Florestas Nacionais (Flonas) nas regiões da BR 163 e Purus-Madeira; o apoio ao treinamento e capacitação para o manejo florestal; a difusão de sistemas de produção silvicultural com espécies nativas; e a difusão tecnológica para a utilização de resíduos florestais para a produção de energia.

O contrato de contribuição financeira foi assinado em dezembro de 2011. Durante o ano de 2012, foram instituídas as instâncias de coordenação do projeto e iniciado o processo de contratação de uma empresa que será responsável por acompanhar e monitorar a execução do projeto, conforme exigências do banco alemão.

Conclusões

Este Relatório apresentou, de forma detalhada, os resultados alcançados pelo Serviço Florestal Brasileiro em 2012, de acordo com seu planejamento estratégico. Diante disso, pode-se afirmar que os objetivos e as metas físicas e financeiras do órgão atingiram resultados satisfatórios.

Em 2012, foram lançados dois editais de concessão florestal, que totalizaram 197.763 hectares de florestas públicas. Os contratos de concessão não foram assinados, mas a previsão de assinatura é no primeiro semestre de 2013. Além disso, foi iniciada a elaboração de mais três editais de concessão florestal, para as Florestas Nacionais do Amana, de Altamira e do Crepori, cuja previsão de lançamento é, também, no primeiro semestre de 2013, perfazendo 1.107.542 hectares.

Foi dada continuidade à gestão dos contratos de concessão que estão em execução, com a atividade produtiva em andamento. Os quatro contratos em produção arrecadaram, em 2012, R\$ 402.719,59, para uma produção de 24.125,28 m³.

Ainda no âmbito das concessões florestais, destaca-se a cooperação estabelecida com a International Finance Corporation (IFC), organismo internacional associado ao Grupo Banco Mundial, que tem como objetivo realizar uma análise completa da estrutura legal e técnica do processo de concessão florestal.

Com o objetivo de implementar e concluir o primeiro ciclo do Inventário Florestal Nacional, em 2012, foram consolidadas as parcerias com os governos dos estados do Paraná, do Rio Grande do Sul, do Ceará, de Sergipe e do Rio de Janeiro, onde foram realizadas contratações para a execução do Inventário em 2013.

Ainda em relação à implementação do Inventário Florestal Nacional, há três projetos que estão financiando a execução do IFN em todo o país, com recursos que somam cerca de 115 milhões de reais.

Outros resultados importantes para a realização do IFN foram: a implementação do Projeto GCP/BRA/079/GEF – Fortalecimento do Marco Nacional de Conhecimento e Informação para Subsidiar Políticas de Manejo Sustentável dos Recursos Florestais, financiado pelo Global Environment Facility (GEF); a aprovação do Plano de Investimentos do Brasil junto ao Forest Investment Program (FIP), que inclui recursos para realização do IFN em todo bioma Cerrado; e a aprovação do projeto do IFN junto ao Fundo Amazônia, que prevê a realização do inventário no bioma Amazônia.

Em 2012, para a promoção do manejo florestal comunitário e familiar, o Serviço Florestal Brasileiro beneficiou diretamente 1.648 famílias, por meio de ações de assistência técnica e capacitação. A pulverização das ações voltadas ao fomento das atividades florestais e a falta de entendimento entre os

diversos órgãos que tratam da temática é um desafio. Assim, em 2012 foram realizadas diversas reuniões com vistas a articular as políticas e os programas dos demais ministérios, para maior efetividade das ações de apoio ao manejo florestal comunitário (MFC), em especial no que tange à promoção de assistência técnica com ênfase em atividades florestais. As ações de assistência técnica, as capacitações e as articulações com outros órgãos terão continuidade em 2013.

O Fundo Nacional de Fomento Florestal iniciou a execução de 21 projetos e selecionou outros 77, cuja implementação iniciou em 2013. Assim, foram selecionadas iniciativas que abrangerão aproximadamente 2.400 capacitações. O FNDF ampliou sua escala de atuação, por meio de cooperação técnica com o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), que disponibilizou R\$ 7,4 milhões. Esses recursos foram utilizados na contratação de projetos de apoio ao manejo florestal da Caatinga.

Diante do desafio de gerir as florestas públicas da União, destaca-se que a gestão florestal brasileira necessita de uma reestruturação institucional no âmbito federal. A atual estrutura de governo que trata do setor possui muitos gargalos e lacunas. A existência de vários órgãos envolvidos em um mesmo processo, como é o caso da concessão florestal, gera atrasos e ineficiência, prejudica o clima de negócios e o alcance de objetivos. Dessa forma, o Serviço Florestal Brasileiro tem discutido com o Ministério do Meio Ambiente uma proposta de reestruturação do marco institucional da gestão florestal.

Declarações Anexas

DECLARAÇÃO

Eu, Maristela Martins Miguel, CPF nº 570.850.211-87, Analista Estratégica, exercido no Serviço Florestal Brasileiro, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 19 de março de 2013.

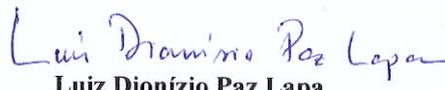

Maristela Martins Miguel
(CPF: 570.850.211-87)

Analista Estratégica/SFB

DECLARAÇÃO

Eu, Luiz Dionízio Paz Lapa, CPF nº 386.043.531-00, Coordenador de Licitações e Contratos, exercido no Serviço Florestal Brasileiro, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade, estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 19 de março de 2013.



Luiz Dionízio Paz Lapa

(CPF: 386.043.531-00)

Coordenador de Licitações e Contratos/SFB

Serviço Florestal Brasileiro
www.florestal.gov.br
SCEN, Av. L4, Trecho 2, Bloco H
70.818-900 / Brasília - DF
Tel. +55 61 2028-7272 / +55 61 2028-7269 (Fax)